



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI



TARSILA NERY DOS SANTOS AMARAL

**CLÍNICA PSICANALÍTICA COM PESSOAS NEGRAS:
O QUE DIZEM AS(OS) PSICÓLOGAS(OS) NEGRAS(OS) NO BRASIL?**

Salvador

2024

TARSILA NERY DOS SANTOS AMARAL

**Clínica psicanalítica com pessoas negras:
O que dizem as(os) psicólogas(os) negras(os) no Brasil?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia do Desenvolvimento.

Linha de pesquisa: Contextos de Desenvolvimento, Clínica e Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Suelly Aires

Salvador

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

A485 Amaral, Tarsila Nery dos Santos
Clínica psicanalítica com pessoas negras: O que dizem as(os) psicólogas(os) negras(os) no Brasil? / Tarsila Nery dos Santos Amaral, 2024.
114 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suely Aires
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

1. Psicanálise. 2. Psicologia clínica. 3. Relações étnicas. 4. Ética. I. Aires, Suely.
II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 305.8

Responsável técnica: Aleksandra Barreto da Silva - CRB/5-1366



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
MESTRADO ACADEMICO E DOUTORADO



TERMO DE APROVAÇÃO

**CLÍNICA PSICANALÍTICA COM PESSOAS NEGRAS:
O QUE DIZEM AS(OS) PSICÓLOGAS(OS) NEGRAS(OS) NO BRASIL?**

Tarsila Nery dos Santos Amaral

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Suely Aires Pontes (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Fabio Santos Bispo
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Profa. Dra. Eliane Silvia Costa
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Salvador, 26 de agosto de 2024.

Dou fé

Documento assinado digitalmente
SUELY AIRES PONTES
Data: 05/09/2024 08:37:04-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Suely Aires Pontes

AGRADECIMENTOS

Abro esta seção trazendo imensa gratidão à minha orientadora, Suely Aires, que não largou a minha mão em nenhum momento. Obrigada por ter confiado na minha escrita e estimulado o potencial deste trabalho; serei sempre grata por ter apresentado suas colocações com rigor, ética e muito cuidado. Não poderia ter concluído este trabalho sem sua orientação, dedicação, paciência e acolhimento durante todo o processo.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência de fomento que me contemplou com uma bolsa de pesquisa, de modo a garantir que fosse possível disponibilizar tempo e esforços para a realização deste estudo. Faço um agradecimento à minha família, saudando primeiramente as mais velhas presentes em vida, minha avó paterna, Terezinha Amaral, e minha tia-avó materna, Cléa dos Santos, em seguida, todas(os) as(os) tias(os), primas(os) e agregadas(os), assim como todas(os) aquelas(es) que compuseram minha família estendida e as(os) que já não estão mais entre nós.

É imprescindível fazer um agradecimento especial à minha mãe, Tânia Cristina Nery, e à minha irmã, Tâmara Amaral, pelo suporte incondicional durante essa jornada. Expresso também minha profunda gratidão à minha filha, Flora, que foi uma parceira dedicada e demonstrou extrema compreensão ao longo de todo o processo de execução, construção e finalização desta dissertação.

Igualmente, agradeço à minha analista, Ivana Costa, pela escuta atenta e a todas(os) as(os) analisantes que recebi no meu consultório, esta pesquisa também é fruto dos nossos encontros. Às minhas companhias na vida, Alisson Soledade, Betânia Barreto, Camila Moraes, Caroline Coelho, Elisa Caballero, Ellen Barros, Ricardo França, Sarine Schneider, Valdete Ribeiro e todas(os) aquelas(es) que fizeram (ou ainda fazem) parte da minha rede

afetiva, expresso minha gratidão. Não sei o que seria de mim sem o apoio, encorajamento, compreensão e toda a parceria que me ofertaram nos momentos mais complexos.

Também sou grata aos colegas do *Fórum do Campo Lacaniano Salvador*, do grupo de pesquisa *HIATO: psicanálise, clínica e política* e do *Coletivo Ocupação Psicanalítica*, pelas discussões enriquecedoras e pelo ambiente estimulante, assim como às parcerias de trabalho na *Coletiva Muitas Psi* e na *Escola Afro-brasileira Maria Felipa*. Obrigada a todas(os) aqueles que me ofereceram incentivo constante!

Iniciar esta pesquisa durante a pandemia de COVID-19 trouxe adversidades particulares. À tensão do isolamento social somaram-se as preocupações sobre os possíveis impactos na realização, duração e conclusão desta tarefa. Particularmente, posso dizer que a experiência de construção desta pesquisa de mestrado foi marcante em minha vida. Vivenciei experiências desafiadoras e transformações inimagináveis durante a realização desta dissertação. Estive em contato com grandes referências profissionais e me surpreendi com o alcance deste trabalho, desde quando ainda era um projeto de pesquisa.

Assim, expresso minha gratidão a todas(os) as(os) professoras(es) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA, que contribuíram para a ampliação das perspectivas em torno do tema trabalhado. Com muito carinho, também gostaria de expressar meu sincero agradecimento a todas(os) as(os) membras(os) das bancas de qualificação e defesa, Andréa Hortélio Fernandes, Eliane Silvia Costa, Fábio Santos Bispo e Milena Rocha Nadier, que trouxeram pontuações e sugestões que colaboraram significativamente para o andamento desta pesquisa.

Reverencio, com muita gratidão, todas(os) as(os) psicólogas(os) e demais intelectuais negras(os) que vieram antes de mim e se dispuseram a propor reflexões sobre as relações raciais no Brasil, e aquelas(es) que se colocam como aliados na defesa de um debate aprofundado acerca desta temática.

*Today and all days,
I am thankful for women of color
who love/write/create/emote
from the root
and never
apologize for their magic.
(CHISALA, 2019, s.p.)*

Survival

*I have always wondered
how women who carry war
inside their bones
still grow flowers
between their teeth.
(UMEBENYUO, 2016, p. 19)*

RESUMO

Esta dissertação aborda a ampliação dos espaços de formação em Psicologia no Brasil, com destaque para o aumento e a diversificação do número de psicólogas(os). O estudo enfatiza a necessidade de incluir o debate sobre relações raciais na formação desses profissionais, especialmente considerando as dinâmicas raciais no Brasil. Com base nesse contexto, a pesquisa investiga o *saber-fazer* de psicólogas(os) brasileiras(os) autodeclaradas(os) negras(os) diante de pessoas negras na clínica psicanalítica. O quadro teórico é fundamentado na Psicanálise e inclui uma revisão da literatura sobre psicanálise e relações raciais, destacando diversos entendimentos sobre o impacto do racismo na subjetividade, na sociedade e na prática psicanalítica. O objetivo principal é investigar o que psicólogas(os) brasileiras(os) autodeclaradas(os) negras(os) dizem de sua atuação na clínica psicanalítica com pessoas negras, contribuindo para a identificação de operadores clínicos que considerem a singularidade do fazer psicanalítico e promovendo novas articulações teórico-clínicas entre Psicologia, Psicanálise e estudos decoloniais. A produção de dados envolveu seis entrevistas individuais realizadas virtualmente, utilizando o modelo de entrevista clínica. As(os) participantes foram nomeadas(os) em homenagem a reis e rainhas africanos, reconhecendo a potência de suas falas e a contribuição das(os) pessoas negras(os) na construção de saídas inventivas para se opor à manutenção da colonialidade, propondo novos rumos na diáspora. A análise dos dados procedeu à identificação de significantes privilegiados nas falas das(os) entrevistadas(os), permitindo tecer articulações que refletem sobre a formação das(os) psicanalistas no Brasil, a prática na clínica psicanalítica com pessoas negras e as costuras entre o corpo teórico da psicanálise, a perspectiva decolonial e saberes afro-diaspóricos. Os achados desta pesquisa aprofundam as discussões sobre os caminhos que as(os) psicanalistas e praticantes de psicanálise negras(os) vêm tomando para a formação da(o) analista racializada(o), a orientação da escuta psicanalítica, a condução ética e um *saber-fazer* político e poético na clínica psicanalítica com pessoas negras. Este trabalho apresenta novas perspectivas para os espaços de formação que ainda desconsideram a importância das dinâmicas de racialização na estruturação psíquica e na construção da realidade subjetiva. As principais contribuições envolvem a formalização de uma aposta no entrecruzamento da ética psicanalítica com a ética decolonial e o acesso às perspectivas atuais sobre o *saber-fazer* da(o) analista negra(o) na clínica psicanalítica com analisantes negras(os).

Palavras-chave: Psicanálise; Clínica; Relações Étnico-raciais; Ética; Decolonialidade.

ABSTRACT

This dissertation addresses the expansion of training spaces in Psychology in Brazil, highlighting the increase and diversification of the number of psychologists. The study emphasizes the need to include the debate on racial relations in the training of these professionals, especially considering the racial dynamics in Brazil. Based on this context, the research investigates the know-how of self-declared Black Brazilian psychologists in dealing with Black individuals in the psychoanalytic clinic. The theoretical framework is grounded in Psychoanalysis and includes a literature review on psychoanalysis and racial relations, highlighting various understandings of the impact of racism on subjectivity, society, and psychoanalytic practice. The main objective is to investigate what self-declared Black Brazilian psychologists say about their practice in psychoanalytic clinics with Black people, contributing to the identification of clinical operators that consider the uniqueness of psychoanalytic practice and promoting new theoretical-clinical articulations between Psychology, Psychoanalysis, and decolonial studies. Data production involved six individual interviews conducted virtually, using the clinical interview model. Participants were named after African kings and queens, recognizing the power of their voices and the contribution of Black individuals in creating inventive solutions to oppose the maintenance of coloniality, proposing new paths in the diaspora. The data analysis proceeded with the identification of privileged signifiers in the interviewees' speeches, allowing for articulations that reflect on the training of psychoanalysts in Brazil, the practice in the psychoanalytic clinic with Black people, and the intersections between the theoretical body of psychoanalysis, decolonial perspective, and Afro-diasporic knowledge. The findings of this research deepen discussions about the paths that Black psychoanalysts and practitioners have been taking towards the formation of the racialized analyst, the orientation of psychoanalytic listening, ethical conduct, and a political and poetic know-how in the psychoanalytic clinic with Black people. This work presents new perspectives for training spaces that still disregard the importance of racialization dynamics in the structuring of the psyche and the construction of subjective reality. The main contributions involve formalizing a commitment to the intersection of psychoanalytic ethics with decolonial ethics and access to current perspectives on the know-how of Black analysts in psychoanalytic clinics with Black analysands.

Keywords: Psychoanalysis; Clinic; Ethnic-racial Relations; Ethics; Decoloniality.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

ANPSINEP – Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDH – Comissão de Direitos Humanos

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CRP – Conselho Regional de Psicologia

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

EC – Entrevista Clínica

EREP N/NE – Encontros de Estudantes de Psicologia do Norte e Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IPA – *The International Psychoanalytical Association*

MEC – Ministério da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
MARCO CONCEITUAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	27
ESCREVIVÊNCIA DE UMA CLÍNICA RACIALIZADA	49
DELINEAMENTO METODOLÓGICO	56
Entrevistas Clínicas	58
Caracterização das(os) participantes	60
DESENLACES DA INVESTIGAÇÃO	63
Formação da(o) analista racializada(o)	64
<i>Orientação</i> da escuta psicanalítica	77
Ética, política (e poética) na clínica psicanalítica com pessoas negras	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
ANEXO I: Roteiro de Entrevista Clínica	110
ANEXO II: Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido	111
ANEXO III: Termo de Confidencialidade	114
ANEXO IV: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	116

INTRODUÇÃO

A profissionalização da Psicologia no Brasil completa 62 anos no dia 27 de agosto de 2024. Ainda que os primórdios da organização destes profissionais tenha como marco o ano de 1962, devido a Lei nº 4.119¹ que regulamentou a profissão. Nota-se que a categoria ganhou maior consistência a partir do final da década de 70, com a instalação dos primeiros Conselhos Regionais e do Conselho Federal. Esta área de atuação abrange campos de conhecimentos que trazem origens comuns e uma diversidade de práticas que são forjadas pelos profissionais a fim de abranger seu amplo escopo.

Simone Nogueira (2020), ressaltando as bases epistemológicas que constituem as principais referências para a Psicologia enquanto ciência e profissão, avaliou suas produções e efeitos. Seu trabalho apontou a existência de uma tradição fincada em solo euro-americano, devido não só à “origem européia e estadunidense” (p. 22) de seus fundadores, mas, principalmente, à difusão de uma visão de mundo que advém de um modelo ideológico que consiste na ideia “de que a Europa é o centro do mundo e este é o único modelo válido para normatizar a realidade” (Nogueira, 2020, p. 27). Inconveniente identificado não só nas raízes da Psicologia, mas também no que se reproduz em seus saberes e práticas atualmente. Este infortúnio provoca pesquisadores de diferentes territórios a tomar o fazer desta profissão como objeto de estudo.

Dedicando-se à investigação da epistemologia da psicologia, Xóchitl García (2011) salienta o trabalho desenvolvido na Universidade Autónoma Metropolitana do México por professoras que colaboraram significativamente para a construção de uma perspectiva da Psicologia sobre base filosófica crítica e não positivista científica. Esta antropóloga e psicóloga mexicana apresenta um texto que expõe “a formação da noção de tempo junto com a alteridade e o sujeito na história” (García, 2011, p. 185). De acordo com a análise empreendida por ela, “a reflexão sobre o sujeito e o tempo no pensamento filosófico e científico começou principalmente com a concepção de um sujeito absoluto, atemporal, universal, sem considerar o outro” (García, 2011, p. 177).

Tomando o século XVII como ponto de partida para importantes construções epistemológicas, compreende-se que a filosofia cartesiana constitui alicerce que colaborou com a fundamentação da Psicologia. Logo, deve-se levar em conta que esta visão

¹ A lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo (Brasil, 1962).

considerava a razão como o princípio do conhecimento e propunha um método para chegar a uma única verdade, criando um Sujeito-Razão, imortal, não determinado por um início ou fim, ou seja, atemporal. A partir daí, este sujeito atemporal buscará uma Verdade absoluta, e a diversidade de conclusões será rejeitada como um desvio da razão por não utilizar um método único (García, 2011, p. 179).

A partir do ponto de vista de Georges Canguilhem (1973) sobre a história da Psicologia, pode-se afirmar que a construção desse campo de conhecimento está ligada ao legado de renomados físicos, médicos, filósofos e outros pensadores que atuaram no continente europeu entre os séculos XVII, XVIII e XIX. De acordo com Schultz e Schultz (1981), as bases desta área de atuação emergiram das concepções de ciência universal e atemporal que preponderavam naquele período. Logo, entende-se que:

a Psicologia não se desenvolveu no vácuo, sujeita apenas a influências interiores. Ela é parte da cultura mais ampla em que funciona, estando portanto exposta a influências externas que moldam a sua natureza e a sua direção de maneiras significativas (p. 25).

Logo, algumas marcas incrustadas na Psicologia permitem identificar a origem de seus fundadores enquanto também carregam vestígios de tradições e dinâmicas sociais. Sendo assim, é possível identificar como os conhecimentos produzidos se articulam com a difusão de uma visão de mundo que advém de modelos ideológicos específicos. Vale mais uma vez afirmar e denunciar que a base do conhecimento psicológico foi construída por um conjunto de sujeitos que partiam da premissa de que “a Europa é o centro do mundo e este é o único modelo válido para normatizar a realidade” (Nogueira, 2020, p. 27).

Ao longo da história da Psicologia, diversos caminhos foram abertos, o que a transformou em um vasto campo de atuação e investigação presente em todo o mundo. Notadamente, reconhece-se que atualmente ela se constitui como uma profissão que contribui significativamente para a ampliação da compreensão das dinâmicas subjetivas, relacionais e sociais. Deste modo, os conhecimentos advindos de seus campos de estudo repercutem nas experiências sociais e dão lastro para perspectivas sobre o mundo e os sujeitos. Contudo, conforme aponta Nogueira (2020)

a visão de mundo europeia em si não se constitui um problema para a produção de conhecimento em Psicologia ou nas Ciências Sociais como um todo. Entretanto, o modelo ideológico eurocêntrico e racista que vem sendo reproduzido com base na imposição colonialista e capitalista moderna, com seus princípios orientadores que visam dominação e opressão de tudo o que não seja correspondente ao homem branco descendente de europeu de classe média, isto sim, é um problema (p. 28).

Kabengele Munanga (2017) adverte que “a ciência biológica demonstrou, já na segunda metade do século vinte, que a raça não existe e, conseqüentemente, que são absurdas as crenças baseadas na superioridade e inferioridade raciais dos grupos humanos” (p. 33). Mas, ainda assim, há uma lógica que persiste no imaginário coletivo, marcando as dinâmicas relacionais e sendo expressa em diversas representações sociais. O debate sobre os determinantes que se apresentam para os diferentes grupos raciais no Brasil requer uma análise apurada que compreenda múltiplas perspectivas de abordagem.

Ao recorrer aos levantamentos populacionais brasileiros, é possível visualizar que a população negra – grupo composto por pessoas pretas e pardas – segue representando a maioria numérica na distribuição nacional². Vale destacar que o Brasil experimentou profundas reformulações em suas principais políticas públicas entre os anos de 2003 e 2015 (durante os mandatos de grupos políticos alinhados à centro-esquerda, com modelo de governo progressista). A implementação da Lei de cotas³ – assim como do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Programa Universidade para Todos, Sistema de Seleção Unificada e Fundo de Financiamento Estudantil – forjou um novo cenário nas Instituições de Ensino Superior (IES) que segue provocando reverberações em todas as áreas de atuação técnico-profissionais. Contudo, o levantamento de indicadores sociais realizado periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidencia a continuidade de um panorama que revela significativa desvantagem socioeconômica da população negra em relação à população branca⁴.

Assumindo as marcas culturais que cada território convoca, a Psicologia foi tomando diferentes contornos aqui no Brasil. Sua inserção teve como marca primordial a valorização de dinâmicas que carregavam um cunho elitista ao mesmo tempo em que reforçavam um alinhamento ideológico a perspectivas eurocêntricas e racistas. Deste modo, compreende-se que

historicamente, a Psicologia brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo, tendo produzido conhecimento que o legitimasse, validando cientificamente estereótipos

² Atualmente 56,10% da população nacional é negra, conforme os dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019).

³ Lei nº 12.711 de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Estabelece que as instituições devem implementar a reserva de vagas para ingresso nos cursos de graduação, é uma ação afirmativa destinada a garantir o acesso de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, sejam oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita, autodeclaradas/os como pretas/os, pardas/os, indígenas e/ou pessoas com deficiência. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)

⁴ Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (IBGE, 2018).

infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias, inclusive por tomar por padrão uma realidade que não contempla a diversidade brasileira (CFP, 2017, p. 75).

Entretanto, a partir da implementação das políticas de ações afirmativas – a pouco mais de uma década – é possível notar que a inauguração desse conjunto de medidas que visa proporcionar o acesso de um grande número de estudantes negros(os) e indígenas nas IES brasileiras também provocou uma mudança no perfil das universidades e instaurou um cenário que traz “um novo colorido, frescor, novos questionamentos, contribuições epistemológicas, mas também novas demandas” (Da Silva, 2022, p. 03). Portanto, a ampliação do acesso ao ensino superior deu espaço a uma nova geração de estudantes, professores e pesquisadores, assim como criou um terreno que permite a retomada de antigos questionamentos e a proposição de profícuas discussões sobre temas como a defesa dos direitos humanos, o combate às opressões, as relações raciais, de classe e de gênero, etc.

Atualmente, para trabalhar como psicóloga(o) no Brasil, além da exigência de graduação em IES reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), se faz necessário realizar um cadastro junto ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) que é a entidade responsável por regulamentar e fiscalizar a atuação da categoria. Portanto, o exercício profissional está atrelado à vinculação ao Conselho Regional de Psicologia (CRP) de cada região. Assim, de acordo com o Código de Ética Profissional das(os) Psicólogas(os) (CFP, 2005), as(os) profissionais devem garantir uma atuação baseada no respeito, que promova a liberdade, dignidade, igualdade e integridade do ser humano. Logo, é fundamental que as(os) psicólogas(os) sigam atentas(os) às dinâmicas de mudança da sociedade, mantendo-se em constante atualização e reflexão sobre os padrões esperados quanto às práticas.

Em 1998 foram instaladas as primeiras Comissões de Direitos Humanos (CDH)⁵ dos CRPs, e, ao longo dos anos, estes espaços se tornaram ferramentas potentes para a atualização, formação e mobilização da categoria. Suas publicações seguem reiterando a necessidade de um compromisso das(os) Psicólogas(os) brasileiras(os) com a defesa da democracia e com uma atuação profissional contextualizada. Um dos boletins da CDH salienta que

(...) nossa arma é o diálogo pluralizado, pois ele nos dá alicerce para pormos em xeque a mercantilização das relações, dos afetos e dos bens sociais, e com isso o neoliberalismo, o racismo, o sexismo e o capacitismo. A transformação social exige consciência política, e o inverso também é verdadeiro (CFP, 2021, p. 8).

5 Mais informações em: <https://site.cfp.org.br/cfp/comissao-de-direitos-humanos/>

Como já foi pontuado, inicialmente a formação da(o) psicóloga(o) esteve vinculada a um cenário de ascensão da ditadura civil-militar, o que repercutia nas possibilidades de acesso às IES, nas referências bibliográficas disponibilizadas, nos debates propostos, e, consequentemente, nas experiências de atuação. Logo, como os diversos movimentos de transformação na sociedade repercutem diretamente no fazer profissional, a partir das políticas de ações afirmativas instituídas pelo governo brasileiro, todos os campos de atuação sofreram mudanças significativas (e na psicologia não haveria de ser diferente), pois, com a chegada de um novo perfil de estudantes e professores, a experiência universitária passou a envolver novos debates e referências. Neste cenário, o percurso formativo na Psicologia segue sendo atravessado pelas dinâmicas inerentes às constantes mudanças nos contextos político, econômico e cultural do país. Assim, diversas(os) pesquisadoras(es) que se dedicam ao debate sobre as relações raciais na formação e atuação das(os) psicólogas(os) tiveram seus trabalhos evidenciados, e, nas últimas décadas, vimos debates de grande relevância social ganhando espaço entre profissionais e estudantes de Psicologia.

Contudo, é válido destacar que, assim como “os resultados do Movimento Negro – representado, principalmente por psicólogas negras – passaram a influenciar parte das(os) profissionais da Psicologia” (CFP, 2017, pp. 75-76), o movimento de ampliação dos espaços de formação aliado às políticas de ações afirmativas promoveu não só o aumento do número de Psicólogas(os) habilitadas(os), mas também uma diversificação no perfil da categoria.

De acordo com a investigação sobre o exercício profissional da(o) Psicóloga(o) no Brasil – que cobriu o percurso histórico da Psicologia desde a regulamentação da profissão em 1962 até a primeira década dos anos 2000 –, a profissão enfrenta um movimento de expansão que está relacionado à ampliação do quantitativo de cursos de formação tanto nas IES públicas quanto privadas, o que segue se desdobrando na interiorização do trabalho das(os) psicólogas(os) e no contínuo crescimento do número de profissionais (Bastos, Gondim e Rodrigues, 2010). O cenário encontrado na época da realização da pesquisa permitiu concluir que

no período de 15 anos, cresceu no país como um todo, e com percentuais sempre acima de 100%, o total de cursos, de vagas oferecidas, de demanda no vestibular, de ingressos nos cursos e de concluintes (...) No caso do Nordeste, vale destacar a situação do Estado da Bahia. Até 1997, existia apenas um curso de Psicologia que oferecia 80 vagas. (Bastos, Gondim & Rodrigues, 2010, pp. 35-36)

Ademais, este estudo também permitiu verificar que, até o ano de 2007, mais da metade das(os) Psicólogas(os) eram oriundas(os) “de famílias de mais baixa escolaridade e, provavelmente, de mais baixa renda.” (Bastos, Gondim & Rodrigues, 2010, p. 42). A discussão em torno de quais são os grupos populacionais que compõem as famílias de baixa escolaridade e renda não fez parte dessa investigação sobre o perfil profissional da categoria, no entanto outras investigações sobre o perfil das(os) Psicólogas(os) brasileiras(os)⁶ permitiram visualizar as características presentes na distribuição étnico-racial dos profissionais ativos no país. Os resultados do primeiro levantamento nacional realizado apontaram que dos 146.721 profissionais registrados no Brasil, apenas 24.162 eram negras(os).

Em uma versão atualizada deste estudo, ao elaborar uma caracterização do perfil das(os) psicólogas(os) no Brasil a partir dos dados levantados pelo Censo da Psicologia Brasileira. Hugo Sandall, Fabiana Queiroga e Sônia Gondim (2022) destacaram que houve um crescimento expressivo no número de inscritos nos CRPs, saltando de pouco mais de 60 mil profissionais em 1986 para 428.791 psicólogas(os) em 2022. De acordo com os dados sociodemográficos fornecidos pelos profissionais que participaram do censo da Psicologia brasileira também foi possível identificar que 64% dos participantes se autodeclararam como pessoas brancas, confirmando a manutenção de um perfil que não representa com fidelidade a distribuição racial no Brasil e que é atravessado pelo conjunto de iniquidades que também se apresentam à população negra em outros campos de atuação. Sendo assim, temos um panorama em que “a distribuição de renda no campo profissional da Psicologia reproduz as desigualdades de acesso aos melhores rendimentos identificados nas estatísticas do país” (De Carvalho-Freitas, Bentivi e Sandall, 2022, p. 62). A disparidade entre as oportunidades de trabalho e a credibilidade profissional que são oferecidas a pessoas negras e brancas coaduna com a representação social que é difundida socialmente e que constantemente não vincula pessoas negras a posições de destaque profissional, dando contorno a mais um resultado do racismo estrutural. Cida Bento (2022) destaca que “tratar das desigualdades de raça e gênero no mundo do trabalho toca em pontos centrais da condição da população negra no Brasil” (p. 88). Esta autora também aponta que as dinâmicas relacionais instituídas desde o período escravocrata seguem se re-atualizando nas estruturas políticas e sociais.

Tendo em vista que a desigual distribuição racial entre as(os) Psicólogas(os) brasileiras(os) reflete as nuances desse contexto mais amplo, se torna essencial uma análise desta questão nos debates sobre formação e atuação das(os) Psicólogas(os), pois tanto

⁶ Pesquisa empreendida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sob encomenda do CFP, com profissionais que se encontravam ocupados em 2014 (DIEESE e CFP, 2016).

estudantes quanto profissionais são confrontados com barreiras que interferem em suas possibilidades de acesso, permanência e reconhecimento nos espaços educacionais e no mercado de trabalho. Muitas vezes, antes mesmo do início da vida profissional, durante a formação universitária, o impacto das relações raciais no Brasil chega a repercutir no desenlace do percurso profissional – e atravessar os estudantes de modo diferenciado –, pois o conjunto de experiências que geralmente é apresentado nas IES tende a favorecer e potencializar as pessoas brancas, enquanto estabelece uma série de desafios e dilemas para as pessoas negras. Maria Lúcia da Silva (2022) aponta que as(os) discentes universitárias(os) negras(os) são expostas(os) a situações que revelam a manutenção de graves problemáticas nas relações entre pessoas brancas e negras e defende que as IES devem cumprir seu papel social no enfrentamento ao racismo de modo a fortalecer a promoção de um ambiente mais equânime. Pois, atualmente, “a entrada na universidade reedita a violência racial vivenciada no primeiro momento da vida escolar” (Da Silva, 2022, p. 01). Logo, temos um cenário em que podem se apresentar interferências específicas no percurso de formação e atuação das(os) profissionais da Psicologia a partir de sua racialidade, e, considerando-se as interseccionalidades de gênero e classe, as repercussões podem ser ainda mais significativas.

Com um foco aprofundado nestas problemáticas, Alessandro Santos e Lia Schucman (2015) observaram que o papel da Psicologia diante das dinâmicas de exclusão, invisibilização, patologização e manutenção das desigualdades sociais vem sendo fortemente questionado pelas(os) profissionais no Brasil. Ainda assim, o debate sobre relações raciais e Psicologia requer mais visibilidade, pois persiste uma reduzida divulgação da produção científica que aborda esta temática. Estes autores apontam que a noção de raça não vem sendo discutida de modo a favorecer a devida apropriação e construção de uma perspectiva crítica em grande parte dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia do país. A discussão apresentada também permitiu localizar algumas dificuldades encontradas pelas(os) estudantes universitárias(os) que se interessam pelo tema, porque eles geralmente se veem diante de barreiras no acesso a referências clássicas e atuais, revelando um contexto que pode vir a dificultar o processo de elaboração dos trabalhos acadêmicos e o aprofundamento das investigações nesse campo de conhecimento. Contudo, mesmo que o estudo desta temática venha ganhando espaço nos programas de pós-graduação de todas as regiões do país nas últimas décadas, segue compondo uma área que geralmente é preterida na distribuição de recursos e que, ao mesmo tempo, requer um maior aporte de investimentos.

Um importante alerta quanto às problemáticas que a ausência de conhecimentos atualizados sobre as relações raciais no Brasil apresentam para a prática da(o) Psicóloga(o)

está presente na pesquisa de Marizete Gouveia e Valeska Zanello (2019). A análise destas autoras revela que a narrativa de mulheres negras que passaram por experiências de atendimento individual realizado por Psicólogas brancas indicou o contato com uma Psicologia colonizada que se expressa na atuação de profissionais que desconsideram as complexidades relativas às relações raciais no país, reproduzindo violências raciais e pautando-se em lógicas racistas. Sendo assim, é possível afirmar que os momentos de exercício profissional também se mostram como potenciais experiências de confrontação com as repercussões do racismo estrutural, a exemplo do racismo institucional e de outras tantas dinâmicas racistas que se apresentam tanto às(aos) psicólogas(os) quanto às(aos) pacientes negras(os).

Logo, é inequívoca a importância do debate sobre relações raciais para a formação das(os) Psicólogas(os) brasileiras(os) e é importante salientar que cada profissional adota uma perspectiva que vai refletir na condução de sua prática, podendo influenciar na percepção do alcance e escopo da sua atuação. Destacamos que a compreensão dos determinantes sociais que impactam nas condições de vida é fator essencial a ser considerado independentemente da linha teórica. Atualmente a categoria conta com espaços importantes para a mobilização em torno deste debate, a exemplo da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP)⁷ que se compromete a tornar esta discussão prioritária, se engajando em ações que buscam reforçar os compromissos éticos firmados pelas(os) profissionais habilitadas(os) ao exercício profissional da Psicologia.

Uma outra entidade que cabe destaque, por seu papel na promoção do desenvolvimento e aprimoramento da formação em Psicologia no Brasil, é a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP)⁸ que, desde 1998, reúne profissionais engajadas(os) na reflexão sobre a formação oferecida nas IES do país e na defesa do compromisso com a realidade social brasileira, cooperando com o desenvolvimento do ensino de Psicologia de forma que a atuação profissional se mantenha vinculada à ética e ao exercício da cidadania.

Requisito essencial para a obtenção do título de Psicóloga(o) e experiência crucial no percurso de graduação, o estágio obrigatório supervisionado pode operar como uma ponte para a atuação profissional, pois “é a etapa inicial do exercício profissional com supervisão, é

⁷ Esta organização é fruto do engajamento em movimentos de organização da categoria, desde 2014 promove ações, debates e estudos para sensibilizar a categoria acerca dos impactos e efeitos do racismo. Mais informações disponíveis em: <https://www.instagram.com/anpsinep/>

⁸ Esta entidade também advém do engajamento em movimentos de organização da categoria, desde 1999 se propõe a promover o desenvolvimento e aprimoramento do ensino de Psicologia no Brasil. Mais informações disponíveis em: <https://abepsi.org.br/>

a oportunidade do aprendizado na prática, é, portanto, o principal elo do exercício profissional com a formação” (CFP, 2013, p. 07). Este componente curricular se propõe a garantir que as(os) estudantes tenham diferentes possibilidades de contato com situações e contextos de trabalho. Para Bruno Cury (2012), após a regulamentação da profissão no país, a categoria se viu diante de grandes avanços no que diz respeito à sistematização de questões práticas relacionadas à formação. A consolidação das diretrizes curriculares nos cursos de graduação em Psicologia conduziu a uma estrutura generalista na qual é disponibilizada uma ampla variedade de campos de atuação e abordagens teóricas. No entanto, quando se trata dos estágios, observa-se que as abordagens teóricas variam de acordo com o quadro de professores e supervisores disponíveis em cada instituição a cada período, o que pode vir a direcionar a decisão dos estudantes quanto às ênfases curriculares e abordagens teóricas preferenciais. Este autor indica que, diante disso, é possível afirmar que “o estágio não parece formar profissionais próximos da realidade da população brasileira” (Cury, 2012, p. 114), o que pode estar relacionado ao que ele identifica como uma carência de experiências que possam favorecer o desenvolvimento “de análise da realidade brasileira, que envolveria postura crítica e ética” (p. 115). Considerando que tal estudo reflete uma realidade que sofreu grandes alterações ao longo dos últimos doze anos, vale ressaltar que tais resultados podem se mostrar obsoletos diante do cenário atual nas IES brasileiras. Seguindo numa outra perspectiva, a discussão proposta por José Antonio da Silva, Maria Thereza Coelho e Suely Aires Pontes (2019) indica que a experiência de estágio supervisionado em clínicas-escola pode configurar importante ponto de acesso para o aprofundamento do conhecimento teórico e prático. Estes autores apontam que, além de contribuir para a formação das(os) Psicólogas(os), a oportunidade de exercitar a escuta clínica em um modelo de *setting*⁹ tradicional, contando com momentos de supervisão, pode convocar os sujeitos ao engajamento em seus percursos singulares de aperfeiçoamento e repercutir significativamente na atuação profissional.

Atentando para o texto estabelecido pela Resolução CNE/CES N° 8, de 7 de maio de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Psicologia, verifica-se que está estipulado no artigo doze que “os domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo no país podem constituir ponto de partida para a

⁹ Barros (2013) descreve o *setting* como “um espaço que se oferece para propiciar a estruturação simbólica dos processos subjetivos inconscientes, reunindo as condições técnicas básicas para a intervenção psicanalítica” (p. 71). De acordo com este autor, o *setting* é um campo que engloba todos os elementos que organizam o contexto clínico, como o espaço físico de atuação, o contrato estabelecido e os princípios da relação transferencial estabelecida entre as(os) psicanalistas e seus analisantes.

definição de ênfases curriculares” (Brasil, 2004). Sendo assim, tais domínios acabam por dar o contorno para os campos de estágio que são ofertados pelas IES. Ao tecer uma crítica quanto a esta configuração, Jefferson Bernardes (2012) salienta que, geralmente o que se entende por domínio consolidado, corresponde às áreas de conhecimento e campos de atuação hegemonicamente vinculados ao exercício profissional na Psicologia. Logo, ainda que se proponha uma formação generalista, persistem modos de preservação de uma formação que põe ênfase sobre aquilo que corresponde aos *modus operandi* presentes nos campos mais comuns de atuação – os quais seguem contemplando prioritariamente as áreas de Psicologia Clínica, Psicologia Escolar, Psicologia Hospitalar e Psicologia Organizacional e do Trabalho. Desta forma, entende-se que

a formação generalista não pode ser reduzida a um transitar, em pouco tempo, entre áreas ou campos de atuação em Psicologia; não pode ser confundida com a agregação da experiência dos estudantes por meio de um *pot-pourri* de diferentes áreas ou campos de atuação em Psicologia. Tampouco pode ser confundida com pluralidade ou diversidade (sugere-se sempre que os cursos sejam plurais em suas abordagens teóricas, garantindo, assim, a diversidade na formação) (Bernardes, 2012, p. 223).

Contudo, de acordo com Cury (2012), algumas instituições optam por dar “um foco maior na teoria psicanalítica, tanto no que diz respeito às disciplinas teóricas em sala de aula quanto aos estágios curriculares” (p. 109), o que dialoga com a perspectiva de José Carlos Silva (2010), que destaca como “nas primeiras décadas do século XX, a influência e difusão da Psicanálise no Brasil também pode ser entendida como uma forma de solidificação da Psicologia enquanto ramo de saber” (p. 40). Portanto, mesmo atravessando um longo processo de mudanças, ajustes e reformulações, atualmente ainda se localizam muitas IES onde opta-se pela manutenção de uma “ênfase somente em área tradicional da Psicologia, o que provoca prejuízo na amplitude do saber adquirido” (Silva, 2010, p. 302), e indica a existência de um direcionamento para modelos específicos de atuação – que na universidade investigada por Silva (2010) correspondia à área clínica e à perspectiva psicanalítica.

Entretanto, este autor também argumenta que, a partir das especificidades relativas à psicanálise e dos resultados encontrados, pode-se conjecturar que “uma ênfase psicanalítica não limita tal entendimento da realidade e nem uma atuação profissional crítica mesmo atuando em áreas que não seja a clínica” (p. 327) por se constituir como um campo de conhecimento que oferece um olhar amplo, embasado e crítico acerca da subjetividade, das interações humanas e dos fenômenos sociais.

Os primeiros encontros com o *corpus* teórico da Psicanálise geralmente se dão nos cursos de graduação em Psicologia, pois, conforme foi discutido, existe uma hegemonia nos currículos acadêmicos que seguem oferecendo vias preferenciais de contato com esta práxis, de modo que a leitura de teóricos da psicanálise permanece capturando muitos estudantes e extrapolando os muros das IES. Todavia, diferentemente do percurso de formação das(os) Psicólogas(os) – que responde a uma estrutura padrão regimentada pelo MEC –, a formação em Psicanálise requer seus próprios caminhos e procedimentos que foram amplamente debatidos por seus precursores e atualmente segue como pauta essencial para a comunidade psicanalítica. Jane Russo (2004) destaca como

desde seus primórdios, a psicanálise não se constituiu oficialmente enquanto profissão. A formação do analista se deu (e se dá) fora das instâncias oficiais de consagração (escola, faculdade etc.), embora nelas possa se apoiar. É uma formação que independe de reconhecimento oficial (como exige qualquer outra profissão bem estabelecida) e se calca inteiramente na autorização dos próprios pares. Essa autorização pode ser mais, ou menos burocratizada; mais, ou menos ritualizada; pode depender de condições mais, ou menos objetivas; pode até exigir determinados títulos escolares prévios. Seja qual for o tipo de exigência ou o grau de burocratização da formação, de fato todo candidato ao título de psicanalista tem que se submeter, como condição *sine qua non* de acesso ao título, a uma análise pessoal (p. 39).

As peculiaridades na difusão da psicanálise produziram contornos distintos em cada região, as prevalências teóricas, dispositivos clínicos e composição da comunidade psicanalítica podem variar bastante entre os estados e cidades. Entretanto, considerar a especificidade das dinâmicas raciais em um país como o Brasil é uma tarefa que se impõe a qualquer sujeito independentemente de seu território geográfico e grupo racial. Como consequência do aumento da quantidade de Psicólogas(os) negras(os) em todo país vê-se também uma ampliação da presença de pessoas negras na comunidade psicanalítica. Contudo, Fabio Bispo (2022) ressalta a “necessidade de um imenso esforço intelectual e político para que as práticas clínicas e as construções teóricas da psicanálise se desvencilhem da tendência colonial que atravessa o campo do saber” (p. 2). Ainda que os trabalhos pioneiros de autores negra(os) venham sendo frequentemente utilizados como referência central, a discussão sobre o *saber-fazer (savoir-faire)* das(os) praticantes da psicanálise na clínica com pessoas negras se expande significativamente no Brasil.

Ao considerar o percurso de formação e atuação profissional das(os) praticantes da psicanálise negras(os) é possível se deparar com vasto campo de leituras, perspectivas e

apostas que levam a singularidades no percurso de *letramento racial*¹⁰ e na prática clínica. Ouvidos atentos podem acompanhar o burburinho que percorre consultórios, corredores, salas de aula, supervisões clínico-institucionais individuais e coletivas. Como profissional que se faz presente nestes espaços, tive acesso a muitos relatos e fui testemunha de vivências comuns às(aos) colegas negras(os). No compartilhamento de situações cotidianas é comum ver emergir grande número de questionamentos, desafios e problematizações sobre como as dinâmicas raciais atravessam a prática clínica. A transmissão sobre os caminhos adotados na condução dos percursos de análise pode colaborar com o debate sobre os operadores clínicos, direção do tratamento e manejo da transferência na clínica psicanalítica.

Cabe enfatizar que a Psicanálise implica uma ética específica que norteia a condução do trabalho clínico. Luis Izcovich e Cícero Oliveira (2018) apontam como “a ética da psicanálise diz respeito à satisfação da pulsão com relação ao desejo” (p. 21) e, por consequência, recusa os imperativos e “vai na contramão da ética da felicidade” (Izcovitch & Oliveira, 2018, p. 23). Ao considerar que a intersubjetividade não produz um saber sobre o inconsciente, o compromisso para sustentação da clínica psicanalítica requer o empenho em ocupar a posição necessária para que o analisante possa seguir seu percurso que é pautado pelo próprio inconsciente. Dialogando com esta perspectiva, Bispo (2022) ressalta que “seja na religião, seja na civilização, seja na ciência, seja nas identidades, o que a psicanálise critica é a tendência à dominação e à totalização” (p. 6). Portanto, ainda que as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise considerem a demanda por felicidade que se presentifica na sociedade, em suas práticas, visam a posição do sujeito situando-se de modo a favorecer a produção de efeitos transformadores na relação com o desejo e a pulsão.

De acordo com Jorge Broide e Emília Estivalet Broide (2016), “qualquer dispositivo dentro ou fora de nosso consultório particular surge a partir de uma cuidadosa escuta – já na transferência – da demanda da urgência pessoal ou social pela qual fomos chamados” (p. 47). Estes autores citam Lacan ao afirmar que

quando a interpretação recai sobre a neutralidade benevolente e o “querer o bem do outro”, esta nada tem a ver com a direção da cura. A direção da cura é no sentido do desejo. O analista paga com palavras, com sua pessoa e com seu ser; o lugar do analista é o da falta-a-ser. O analista é livre em sua tática, momento e número de interpretações, desde que esta esteja ligada a uma estratégia, e está vinculada à transferência, mas da qual o analista não é o dono, visto que o analisante lhe atribui significado, ou seja, a

10 O conceito de Letramento Racial tem base na Teoria Racial Crítica e pode ser descrito como “uma compreensão das formas poderosas e complexas pelas quais a raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais de indivíduos e grupos” (Skerrett, 2011, p. 314).

pessoa do analista serve de suporte da fantasia que o analisante coloca (Broide e Broide, 2016, p. 54).

Logo, conforme mencionado por Broide e Broide (2016), “sempre há um lugar e que podemos nos colocar em uma boa posição de escuta. E o sujeito fala. Seja quem for e seja onde for” (p. 77). Portanto, é importante demarcar que as(os) analistas e praticantes da psicanálise negras(os) que recebem pessoas negras para atendimentos individuais em seus consultórios (ou por meio de plataformas de comunicação à distância) oferecem a possibilidade de escuta psicanalítica em dispositivo clínico tradicional; ou seja, recebem cada analisante que direciona suas questões e demandas em associação livre, sustentam uma atenção flutuante, interpretam e fazem manejos conforme orientação teórica do campo psicanalítico em associação com o que vem a ser construído como seu estilo próprio. Geralmente a condução é atribuída ao particular de cada caso, mas ao levar em conta o discurso corrente¹¹ sobre como as diferenças raciais influenciam o atendimento psicológico, evidencia-se a importância de considerar as questões raciais para realizar um trabalho adequado. Seguindo no debate sobre as intervenções e manejos que entram em cena nos trabalhos realizados a partir da perspectiva psicanalítica, Broide e Broide (2016) também destacam que

o ato psicanalítico não é uma ideia, não é um artifício teórico; é operação, é corte, e tem lugar no plano transferencial da práxis analítica no consultório, nas políticas públicas de saúde e assistência social, ou demais espaços marcados pela presença do psicanalista. O tempo do ato é o instante, sempre fugidio, em que, pela transferência, estabelece-se um antes e um depois que produz no sujeito - e também na instituição - a possibilidade de novas significações, possibilitando ao eu uma nova organização do sintoma e da história ao enlaçar o significante primordial a um conjunto de outros significantes, modificando significações cristalizadas e lugares sintomáticos gozosos (Broide e Broide, 2016, pp. 88-89, 94).

Esta discussão sobre o ato psicanalítico ilustra a complexidade envolvida no exercício prático das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise, e destaca aspectos que precisam ser explorados mais a fundo. Lacan (1958/1998) já apontava que “o analista é menos livre em

11 Atualmente um grande número de artigos e matérias discutem as diferenças no atendimento psicológico de pessoas negras e brancas. Segundo Tamara Nassif na Agência Universitária de Notícias do Instituto de Psicologia da USP, “o racismo estrutural é negligenciado por psicólogos não-negros em atendimentos, o que reflete diretamente no contexto atual e na saúde mental da população negra” (Instituto de Psicologia da USP, 2019). Coadunando com esta perspectiva, Paulo Eduardo Camargo-Cruz (2023) enfatiza a importância do reconhecimento do racismo como um determinante social das condições de saúde da população negra e o esforço para combater as iniquidades sociais que impactam nos serviços de saúde através de políticas públicas e registros administrativos de saúde.

sua estratégia do que em sua tática” (p. 595), pois é quem dirige o tratamento, nesse jogo em que o manejo da transferência e do tempo exercem papel central. Sabrina Cristiane Vale e Júlio Eduardo de Castro (2013) levantam um debate sobre a direção do tratamento psicanalítico no qual a ênfase recai sobre a noção de que tanto a leitura de Freud acerca da atemporalidade do inconsciente, quanto a de Lacan sobre a noção de tempo lógico e de ato psicanalítico, se tornaram balizadores que seguem orientando o trabalho das(os) psicanalistas e praticantes de psicanálise.

Quando se trata da prática clínica de psicanalistas que se autodeclararam negras(os), há um desafio adicional: a necessidade de elaborar as “feridas narcísicas produzidas pelo racismo”, como apontado por Maria Lúcia da Silva (2022, p. 10). Este processo de elaboração ocorre, muitas vezes, no espaço da própria análise pessoal do psicanalista. Sendo assim, esta dissertação parte da intenção de explorar e compreender como as(os) psicanalistas negras(os) constroem e sustentam suas práticas clínicas diante das demandas que são apresentadas por pessoas negras. Este enfoque é crucial para acessar o que é dito acerca do saber-fazer desses profissionais e as particularidades envolvidas na clínica psicanalítica com analisantes negras(os) no Brasil, levando em consideração as experiências de racismo e a construção identitária desses sujeitos dentro do contexto clínico.

A aposta na pertinência de escutar o que pode ser dito sobre a clínica se sustenta na noção de que, ao falar sobre sua prática, revela-se algo das dinâmicas subjetivas e permite-se o acesso às dimensões éticas que a sustentam. Sidi Askofaré (2006) afirma que as práticas de cuidado sempre remetem a saberes e discursos que as fundam, justificam, orientam e esclarecem. De acordo com esta perspectiva, a lógica de um discurso se faz ver por meio do que se revela na transmissão da prática que o assegura. Sendo assim, compreende-se que a fala das(os) psicólogas(os) negras(os) sobre suas práticas pode dar pistas sobre o que vem a se configurar como entendimento teórico, técnico e ético da clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é: Investigar o que psicólogas(os) brasileiras(os) autodeclaradas(os) negras(os) dizem de sua atuação na clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil. E os objetivos específicos são: Analisar as falas de psicólogas(os) negras(os) que atuam na clínica psicanalítica sobre experiências, manejo da transferência e encruzilhadas na clínica psicanalítica com pessoas negras; Identificar operadores clínicos que considerem o psicanalista, suas invenções e a singularidade de seu fazer; e Tecer articulações teórico-clínicas entre psicologia, psicanálise e estudos decoloniais.

MARCO CONCEITUAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

“Nossa ciência só se transmite ao articular oportunamente o particular”
(Lacan, 1966/1998, p. 638)

Este estudo se encontra amparado em um quadro teórico constituído pela Psicanálise – a partir dos ensinamentos de Sigmund Freud e de Jacques Lacan – em articulação com a obra de Frantz Fanon, devido a suas considerações fundamentais para o entendimento dos sujeitos de pesquisa. De acordo com Achille Mbembe (2018), as inegáveis contribuições do legado teórico de Fanon se fazem ver de várias formas; elas se firmam, especialmente, por meio da presença nos estudos contemporâneos e de suas repercussões

em campos tão diversos como a crítica literária e artística, a psicanálise e a crítica psiquiátrica, os estudos da raça e das diásporas (*critical race studies*), da diferença sexuada (feminismo, *queer*), dos saberes subalternos (*subaltern studies*), mesmo da circulação contemporânea de todos os tipos de fluxos (*public culture*) (p. 07).

Os trabalhos de outros autores da psicanálise e das ciências sociais são situados como eixos de articulação que permitem aprofundar o debate sobre os aspectos singulares que são identificados no exercício da clínica psicanalítica que é operada por analistas negras(os) no Brasil. Isto posto, apresentamos os caminhos que permitiram encaminhar a investigação. Inicialmente empreendeu-se uma revisão de literatura sobre psicanálise e relações raciais, o que permitiu reconhecer uma diversidade de entendimentos sobre os impactos do racismo na subjetividade, na sociedade e na prática clínica. Foi identificada vasta literatura que conta com relatos de experiência, discussões de caso clínico, *escrevivências*¹², pesquisas acadêmicas, etc.

Dentre os trabalhos consultados, destacamos o artigo de Thiago Laurentino (2020), que discute a negligência histórica da Psicologia em abordar questões raciais. Ele destaca que, apesar de o racismo ser uma realidade concreta e documentada, a produção de

12 O termo “escrevivência” foi proposto pela escritora Conceição Evaristo, e inspira uma metodologia de produção escrita que valoriza a transmissão oral que se faz presente nas culturas africanas e afrodiáspóricas. Lissandra Soares e Sandrine Machado (2017) apresentam este conceito como um método de investigação e produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais, especialmente na Psicologia Social. De acordo com estas autoras, a produção de Conceição Evaristo coloca ênfase sobre a necessidade de provocar incômodo na produção científica hegemônica, que segue sendo predominantemente branca e androcêntrica. Assim sendo, é possível afirmar que as escrevivências representam uma escolha metodológica que pode marcar uma virada epistêmica, por se apoiar na sustentação de uma ética engajada com a militância política de mulheres negras. Esta ferramenta metodológica também foi utilizada por Cristiane Ribeiro (2020) para, no enlaçamento com a psicanálise e no cruzamento com pensadores decoloniais, discutir “o lugar da autoria na constituição do sujeito político” (p. 34).

conhecimento na área frequentemente naturalizou ou ignorou as desigualdades vividas pelas pessoas negras. Este texto enfatiza que a Psicologia, como ciência e profissão, tem muito a contribuir para a compreensão e combate ao racismo, mas que essa potencialidade é subutilizada devido à falta de inclusão de conteúdos raciais na formação acadêmica. O autor também menciona avanços recentes, como a criação de organizações e publicações focadas na questão racial. Conforme sua perspectiva, ainda que tenhamos um longo caminho a percorrer para que a Psicologia adote uma postura verdadeiramente antirracista, é necessário empenho para o processo de construção de uma consciência racial dos profissionais da área, que pode vir a ser desenvolvida por meio do diálogo e estudo contínuos.

Em articulação com esta discussão, Paulo Vitor Navasconi (2023) debate a necessidade urgente de repensar a Psicologia brasileira, destacando o silenciamento histórico da intelectualidade negra nesta área. Este autor argumenta que a Psicologia no Brasil está predominantemente conectada com epistemologias eurocêntricas e estadunidenses, desde sua regulamentação até os tempos atuais, o que resulta na manutenção de uma desconexão com a realidade da população negra brasileira e com a perpetuação de violências coloniais e epistêmicas. Ele também defende a importância de reconhecer e valorizar as contribuições intelectuais e acadêmicas das(os) intelectuais negras(os) de dentro e fora da academia, propondo uma Psicologia que seja inclusiva e antirracista. Esta perspectiva indica que também é através da desnaturalização da ausência de corpos negros nos espaços de produção de conhecimento, que podemos atuar no combate ao epistemicídio e promover um campo de saberes mais democrático e representativo das diversas cosmovisões que estão presentes em nosso território.

Contudo, a revisão sistemática dos estudos com foco em racismo e preconceito racial publicados pela Psicologia brasileira que foi realizada por Airi Sacco, Maria Clara Couto e Sílvia Koller (2016), permitiu visualizar os caminhos percorridos pelas(os) psicólogas(os) no debate sobre esta temática. As conclusões trazidas por estas autoras indicaram a ausência de um padrão linear no ritmo de publicações e a existência de um número relativamente baixo de pesquisas sobre racismo e preconceito racial. Elas também apresentaram chaves de entendimento importantes para a compreensão do cenário em que se encontrava a discussão no país, chamando atenção para a indicação de que a orientação teórica mais utilizada era a Psicologia Social, seguida pela Psicanálise. Esta revisão também evidenciou que, entre os artigos empíricos, predominavam trabalhos que se ocupavam do debate sobre as cotas de acesso ao ensino superior.

Já nos artigos teóricos, por sua vez, os temas que frequentemente circulavam giravam em torno dos debates sobre as origens do preconceito racial e suas formas de expressão, as consequências do preconceito para as vítimas de racismo e as influências de teorias raciais no desenvolvimento da Psicologia. O trabalho destas autoras também ressalta a importância da produção de mais pesquisas sobre a interface entre Psicologia e relações raciais, posto que esta é uma temática crucial para a compreensão das experiências vivenciadas pelas(os) brasileiras(os).

Sendo assim, nos juntamos aos trabalhos destacados em suas pontuações e críticas, e reiteramos a afirmação da necessidade de maiores investimentos nos estudos sobre racialidade no Brasil, para que este debate possa contar com mais avanços em seu desenvolvimento, difusão e apuração metodológica.

O artigo de Adriana Sampaio, Lidiane Aparecida de Araujo e Cristina Mair Rauter (2023) insere um outro elemento significativo no debate ao abordar a questão do corpo negro no *setting* psicanalítico, pois apontam as dificuldades e desafios enfrentados na clínica psicanalítica quando se leva em conta o legado eurocêntrico que segue presente na Psicologia e na comunidade psicanalítica brasileira. Elas recorrem às proposições de Donald Winnicott e Wilhelm Reich para pensar o manejo na clínica, também buscam um diálogo com os postulados de Baruch Spinoza, o que afasta os argumentos centrais de uma perspectiva conciliável com a perspectiva lacaniana, mas, que, no entanto, apresenta elementos que devem ser considerados independentemente de filiação teórica e/ou linha de orientação clínica. Pois, estas autoras destacam que, no Brasil, frequentemente os corpos negros são reduzidos a símbolos de dor e sofrimento. Logo, é necessário desconstruir esse enquadramento limitado, propondo uma clínica que reconheça as pessoas negras em sua integridade, de modo a evitar a reprodução de objetificações e estereótipos que historicamente agem de modo a aprisionar suas identidades. A proposta apresentada por Sampaio, Araujo e Rauter (2023) convida as(os) psicólogas(os) e psicanalistas a construir um *setting* que considere as singularidades dos corpos negros, promovendo um espaço onde essas pessoas possam expressar sua totalidade de ser, sem as limitações impostas pelas abordagens mais conectadas com minuciosidades que sustentam uma valorização de elementos que demarcam um tradicionalismo. Porém, chama atenção o fato de que ao longo deste texto é construído um diálogo apenas com autores europeus, de modo com que as autoras assumam uma performance que pode desfazer o argumento que buscam afirmar. Por conseguinte, alinhamos nossa perspectiva com a visão de que

as singularidades só serão escutadas se contemplarmos as vicissitudes de suas relações com a estruturas sociais (...) a quebra com a lógica binária, ancorada na falácia da neutralidade e do epistemicídio branco-colonial é condição *sine qua non* para abertura à multiplicidade dos seres humanos (Sampaio, Araujo e Rauter, 2023, p. 16).

A escuta clínica envolve mais do que corpos, bocas e ouvidos. É uma experiência que requer o desejo de ofertar sua presença e se dispor para o encontro, ao mesmo tempo em que demanda uma conduta ética, habilidade técnica e certa dose de versatilidade. Com seu léxico próprio, a psicanálise traz contornos específicos para a clínica que são definidos por sua práxis e amparados em vasto arsenal teórico. Historicamente tem sido uma área que apresenta chaves importantes para leitura das dinâmicas sociais, interpessoais e individuais em todo o mundo, pois, a invenção da psicanálise permitiu um novo modo de conceber o sujeito em sua relação com a cultura, o corpo, o tempo, os semelhantes e as diferenças.

Neste trabalho, tomamos a noção de corpo em uma dupla acepção: como materialidade do organismo humano – corpo vivo que “é a condição do gozo”, conforme apontou Jacques-Alain Miller (1999, p. 27); ao mesmo tempo em que representa um *corpus* que se constitui do universo linguageiro no qual estamos todas(os) inscritas(os). Logo, pego emprestada as palavras de Neusa Santos Souza que descreve o corpo “com o qual a psicanálise opera” como uma “imagem feita de palavra e de afetos” (Souza, 2008a/2021, p. 155). Souza (2008a/2021) indica que “para se ter um corpo é preciso inventá-lo, é preciso construir uma imagem, imagem esta que vai fazer desse organismo um corpo unificado” (p. 155), pois o caminho percorrido entre a fragmentação corporal inicial e o alcance da unificação requer um exercício de articulação e pontos de apoio que vão oferecer algum tipo de suporte. Isto posto, cabe enfatizar que para haver um corpo antes “é preciso que a ordem simbólica já exista no mundo do homem, extraída da sua língua” (Miller, 1999, p. 21). Sendo assim, seguindo em conformidade com a acepção de Souza (2008/2021), podemos considerar o corpo como “um fato do dito” (p. 156), sendo, portanto, possível afirmar que a linguagem vai dar os contornos para o que vivemos como sendo nossos próprios corpos.

Miller (1999) destaca como “na nossa experiência analítica, apreendemos a vida a partir de um corpo” (p. 26). Nessa direção, discute como a psicanálise nos convida a colocar o “corpo entre parênteses” (p. 28) recusando intervenções diretas sobre a superfície que recobre o corpo, já que a pele funciona como um ponto central no diálogo entre o interno e o externo em relação ao sujeito – é um órgão que se encontra em constante intersecção. Contudo, também adverte que “essa colocação entre parênteses do corpo realça ainda mais o que resta do corpo na própria operação analítica e o que permanece ineliminável: a presença dos corpos” (Miller, 1999, p. 28). Este é um ponto importante em nossa argumentação, pois

permite enlaçar a discussão apresentada por Fanon quanto aos modos como a racialização pode oferecer maneiras distintas de sofrer no próprio corpo. Fanon (1952/2008) enfatiza como as sociedades atravessadas pela colonialidade reiteram as representações que preservam a ideia de que “o preto é um objeto fobógeno e ansiógeno” (p. 134). Sua leitura também indica que a constante exposição a estas imagens leva as pessoas negras a viverem “uma ambiguidade extraordinariamente neurótica” (p. 162) de modo a imprimir uma imagem pejorativa de si mesmas que gera intenso sofrimento.

Em diálogo com esta perspectiva, Isildinha Baptista Nogueira traçou uma hipótese sobre os caminhos para produção de tais vivências no Brasil. Seu trabalho discutiu as consequências inscritas na psique de pessoas negras e revelou como a cor do inconsciente determina os percursos experienciados por cada um. Nogueira (1998/2021) marca que como o inconsciente de pessoas negras e brancas é fundamentado em representações e significações racistas do corpo negro alguns sentidos passam a ser introjetados, levando as pessoas negras ao fardo de “sofrer o próprio corpo” (p. 68). Sua leitura indica como o contexto brasileiro vai trazer contornos específicos em que

o racismo não se formula explicitamente, mas antes sobrevive num devir interminável, como uma possibilidade virtual (...) o terror de possíveis ataques (de qualquer natureza, desde física à psíquica) por parte dos brancos cria para o negro uma angústia que se fixa na realidade exterior e se impõe inexoravelmente. (Nogueira, 1998/2021, p. 126)

Logo, há uma estrutura social racista que é cotidianamente reatualizada e segue expondo os corpos negros a sucessivos ataques. Estas experiências podem afetar as pessoas negras tanto no plano social quanto no psíquico. Portanto, ao reconhecer que o atendimento clínico de pessoas negras exige ir além da escuta literal, é essencial considerar em suas falas e sintomas as vivências que revelam o que Munanga (2021) descreve como “configurações psíquicas peculiares” (p. 25), ou seja, os ditos que atravessam os corpos negros. Pois,

disseram que nossos corpos negros são feios, introjetamos e aceitamos; que nossa pele preta é feia e fabricaram produtos para alisar o cabelo, o que aceitamos também; disseram que não somos inteligentes e criativos; não temos história e identidade. Aceitamos e começamos a produzir outras subjetividades sobre nossas vidas, partindo das imagens dos outros sobre nossos corpos (Munanga, 2021, p. 26).

Reconhecemos que a psicanálise dá suporte para manejar as expressões de ambivalências afetivas que emergem na experiência clínica, pois elas são comuns e esperadas, já que estão relacionadas à transferência e advém das dimensões que se originam

na dualidade pulsional – trazendo traços das pulsões que se fazem ver como marca da polaridade amor e ódio. Contudo, os achados de Fanon (1952/2008) e de Souza (1983/2021) também indicam que na clínica psicanalítica com pessoas negras podemos nos deparar com corpos investidos por sentidos de negação e inferioridade. Logo, é sempre preciso escutar, dar espaço para surgir a singularidade dentro do conjunto de experiências que é apresentada por cada analisante. Pois, deste modo, se faz possível acompanhar as dinâmicas que expressam como as pessoas negras podem passar a controlar, observar e vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que foram coagidos a desejar. Assim como, podem indicar quando a amargura, desespero e/ou revolta resultantes da diferença em relação ao branco podem se traduzir em ódio ao corpo negro, intensa exigência e/ou injustificada vergonha de si.

Diante de tudo isso, seguimos com a indicação de Baldini e Souza (2012) que aponta como “a letra inscrita na carne do sujeito se imiscui em sua pele, realiza seu corpo, conforma sua língua, enforma sua ideologia” (p. 3), logo, como “a ideologia é inconsciente” (p. 5), a queda da estrutura linguística racista que segue fornecendo substrato ao inconsciente se mostra ainda mais urgente.

Assim, como aponta Munanga (2021), atentamos que “a luta pela libertação do negro passa necessária e absolutamente pela desconstrução das imagens negativas contra ele forjadas pela ideologia racista e pela reconstrução de novas imagens que o libertem da alienação e da negação de sua humanidade” (p. 34). Pois, seria um equívoco negligenciar como “a ação política poderia fracassar por causa da sobrevivência inconsciente do mito da branquira nas próprias formas em que essa ação política se expressa” (p. 38). Portanto, é importante considerar que as pessoas carregam “no imaginário inconsciente e nas representações do corpo” (Munanga, 2021, pp. 36-37) uma determinação que influencia seus processos de identificação e que assume diferentes contornos para cada grupo étnico-racial.

Ademais, cabe enfatizar que essa crítica não visa deslegitimar ou negar os conceitos e fundamentos psicanalíticos. A extensa produção freudiana e as leituras apresentadas pelos autores pós-freudianos seguem fornecendo os pressupostos básicos para a clínica psicanalítica. Considerando os diversos temas abordados por Sigmund Freud, optamos por direcionar uma ênfase especial para sua produção acerca das dinâmicas que se estabelecem na condução de uma análise. Sendo assim, se mostra relevante abordar, já de início, a noção de transferência e dos elementos que fundamentam seu manejo na clínica psicanalítica.

Como parte de sua apresentação sobre a teoria geral das neuroses, Freud (1917/2014) traçou uma descrição do fenômeno que “surge no paciente desde o início do tratamento e que,

por algum tempo, representa a mola propulsora do trabalho” (p. 586). Em sua compreensão, o direcionamento de sentimentos para a figura do terapeuta comparece em toda experiência clínica e é o que constitui a noção de transferência. Sendo assim, os pacientes transferem “intensos sentimentos afetuosos, que não se justificam nem pela conduta do médico nem pela relação no tratamento” (Freud, 1917/2014, p. 583). O uso que as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise fazem do que emerge na experiência clínica vai trazer a questão sobre a interpretação e intervenção diante destes afetos, indicando assim a necessidade de um domínio da técnica psicanalítica para o manejo da transferência.

Sendo assim, a partir dos ensinamentos freudianos, compreende-se que – como em um jogo de xadrez – a entrada em um percurso de análise se articula com sua saída, e o manejo da transferência – que é compreendido aqui como a expressão do que se revela como o modo com que cada profissional vem a reconhecer e intervir sobre as dinâmicas transferenciais – é aspecto crucial para localização dos caminhos adotados por cada analista.

O abrangente debate sobre a condução do processo e direção do tratamento segue vigente entre os profissionais que se orientam pela psicanálise, levando a uma vasta gama de entendimentos quanto aos percursos na clínica psicanalítica. Dominique Fingermann (2009) aponta que “o progresso na clínica psicanalítica não pode se reduzir à leitura e à descoberta do desejo indestrutível, mas, como aponta e aposta Freud (...) uma análise deve conduzir um sujeito a uma outra vivência do tempo que passa” (pp. 61-62). A invenção da psicanálise permitiu um novo modo de conceber os sujeitos e suas relações com o tempo, noção central na teoria e prática clínica. Apesar da crítica sobre o sujeito da psicologia que se pretende atemporal, neste campo temos contato com

as reminiscências das históricas, o “fora do tempo” da pulsão, o retorno do recalcado do sintoma, a persistência do trauma, a validação *après-coup* da sua inscrição como irreversível, a inércia da fantasia, as voltas da repetição, o caleidoscópio dos sonhos que compõem as suas cenas numa confusão total da cronologia, a reedição transferencial de laços anacrônicos (Fingermann, 2009, p. 60).

Aprofundando-se na questão do tempo, Fingermann (2009) também salientou como, a partir do advento da psicanálise, tornou-se possível engendrar uma prática que considere como a “temporalidade linear cronológica” (p. 60) contesta a “temporalidade do sujeito do inconsciente” (p. 60), uma vez que esta perspectiva permite identificar como “o ser humano encontra-se estruturalmente tomado numa temporalidade de antecipação-retroação” (Fingermann, 2009, p. 61). A descrição dessa estrutura aponta tanto para a dinâmica de formação dos sintomas, quanto para os percursos de análise e as possibilidades de elaboração

dos conflitos. Logo, trazendo um entendimento particular sobre o sujeito, o tempo, a produção e o tratamento dos sintomas, “a psicanálise propõe a produção do um por um, o singular (...) é subversiva sem ser revolucionária” (Izcovich e Oliveira, 2018, p. 22).

Acrescenta-se a este debate as considerações acerca de como, desde Freud, as interrogações sobre os modos de sustentar a prática psicanalítica geram um amplo debate que se volta para múltiplos caminhos nos entendimentos a respeito da formação do analista e da condução do tratamento.

Tendo em vista o debate lacaniano sobre a condução da prática clínica, destaca-se a compreensão de que “há, entre significante e significado, uma outra relação que é a de efeito de sentido” (Lacan, 1964/2008, p. 241). Portanto, o significante “constitui o sujeito em sua liberdade em relação a todos os sentidos” (p. 244). Como tais dimensões incidem no que vem a se constituir como transferência, é importante demarcar como os efeitos de transferência carregam cargas de afeto. Pois, conforme vemos em Freud (1930/2010), “desconhecendo essas profundas relações, é impossível nos orientarmos nas fantasias, nas associações influenciadas pelo inconsciente e na linguagem sintomática dos seres humanos” (p. 178).

Logo, quando abordamos a relação entre analista e analisante, mostra-se de especial relevância destacar o caráter de resistência e oposição que se apresenta numa análise, já que

estamos presos em esperar esse efeito de transferência para poder interpretar e, ao mesmo tempo, sabermos que ele fecha o sujeito ao efeito de nossa interpretação. O efeito da alienação em que se articula na relação do sujeito ao Outro, o efeito que somos, é aqui absolutamente manifesto (...) é por isso que, por trás do amor dito de transferência, podemos dizer que o que há é a afirmação do laço do desejo do analista com o desejo do paciente (Lacan, 1964/2008, p. 246).

Cabe levar em conta que, desde o início da teorização lacaniana, o modo como as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise conduzem as experiências na clínica psicanalítica rende inesgotável discussão. Observamos a transmissão empreendida por Dominique Fingermann (2009) sobre a perspectiva lacaniana, ela destaca que “onde se encontrava inalterada a repetição do mesmo e da mesmice, ele introduz o ato do analista que produz a repetição como escansão de pura alteridade, que faz diferente, e faz diferença no termo de uma análise” (p. 62). Em consonância com esta leitura, trazemos a perspectiva de Sonia Alberti (2004) que propôs um debate sobre como a psicanálise situa uma discursividade específica onde sempre se visa o sujeito. Pois, nota-se que

Freud constrói uma teoria que se baseia exclusivamente na fala do sujeito, o que também implica que não há, de saída, verdadeiro e falso (...) A releitura que Lacan

pôde fazer da obra de Freud, atribuiu à psicanálise um discurso particular – o que de maneira alguma impede com que se mantenha conectado a outros discursos –, um discurso que se sustenta não dos títulos, como o discurso universitário, mas do próprio saber no lugar da verdade, sempre enquanto meio dizer (...) Não é de títulos que a psicanálise se sustenta, nem tampouco de verdades preconcebidas, mas do fato de que o saber não é senão um subconjunto de um conjunto muito maior, no qual aquele se insere, o conjunto do não saber. (pp. 60-61)

Sendo assim, compreende-se que, na perspectiva psicanalítica, o processo de tornar-se sujeito ocorre enquanto uma dinâmica em que cada um se ocupa da tarefa de integrar sua função de sujeito à sua existência de desejo. Pierre Kaufmann (1996) ressalta que, de acordo com esta leitura, o corpo se apresenta tanto como instrumento quanto como imaginário e simbólico. Portanto, o que permite a circulação do desejo é a existência de um lugar de diferença com o Outro.

Lançando mão das proposições lacanianas sobre a causalidade psíquica¹³, Fanon se tornou o “herdeiro mais polêmico de Freud” (Said, 2004, p. 49). Ele buscou abordar o negro e suas atitudes no mundo branco, se colocou em oposição à organogênese das doenças mentais, sustentou a defesa de uma perspectiva que considerava os aspectos que explicam o adoecimento psíquico por meio de sua sociogênese e se aprofundou no estudo das implicações trazidas pelas dinâmicas raciais para a saúde mental das pessoas negras. Seus achados permitiram traçar uma significativa problematização sobre as relações raciais e – por ser um homem negro em uma sociedade racista – ele também pôde apresentar preciosas observações sobre as dinâmicas que compareciam durante sua atuação como médico em países como Argélia, Tunísia e França.

Said (2004) destaca como Fanon sustentou o argumento de que “para os europeus, o mundo não-europeu contém apenas nativos” (p. 50) e, a partir da crítica a esta dinâmica, construiu uma perspectiva que abarca a noção de que existem dimensões filosóficas, sociais e psicopatológicas que atravessam a existência das pessoas em territórios marcados pela colonialidade¹⁴. Examinando as dinâmicas de violência presentes nas relações interraciais, Fanon construiu um legado de problematização dos entendimentos psicanalíticos ao mesmo tempo em que questionou a universalidade de seus conceitos.

Os argumentos utilizados por este autor são repletos de exemplos retirados da literatura, produção científica e dinâmica social. Seus textos apontam como a experiência de racialização garante para brancos e negros modos específicos de viver, por apresentar

13 Ver: Fanon (1951/2020, pp. 369-386)

14 A noção de colonialidade descreve o fenômeno que garante a propagação da lógica inaugurada com o colonialismo, que modelou as relações sociais, geopolíticas e econômicas e segue presente em tempos atuais. Ver: Quijano (2005)

convocações desiguais que se dão a partir do modo como cada um é abordado nas experiências sociais. Logo, enquanto o branco vive uma realidade de posituação e valorização de sua imagem, “o negro vive uma ambiguidade extraordinariamente neurótica” (Fanon, 1952/2008, p. 162) que o leva a imprimir uma imagem negativa de si mesmo e gera intenso sofrimento.

O trabalho de Fanon apresenta uma leitura essencial para compreender os modos de sofrimento produzidos pelo racismo. Portanto, o que está descrito nas produções que adotam uma perspectiva fanoniana segue indicando que esta é uma experiência ainda muito comum na atualidade, já que as pessoas negras ainda são reiteradamente expostas a uma lógica de depreciação da própria imagem, pois mantém-se um cenário descrito por Fanon (1952/2008) no qual se repete a lógica em que

percebo que o preto é o símbolo do pecado, começo a odiá-lo. Porém constato que sou negro. Para escapar do conflito, duas soluções. Ou peço aos outros que não prestem atenção à minha cor, ou, ao contrário, quero que eles a percebam. Tento, então, valorizar o que é ruim – visto que, irrefletidamente, admiti que o negro é a cor do Mal (p. 166).

Logo, conforme destacado por Mbembe (2020), é possível considerar que, a partir da perspectiva fanoniana, compreende-se como “o racismo opera e constitui a partir de dentro o sujeito exposto à sua fúria” (Mbembe, 2020, p. 133). Deste modo, temos em consideração que a dominação racial produz modos específicos de constituição do sujeito, e o negro é constituído sob o jugo do “desejo de subordinação” (p. 133) e da redução “ao estado de sujeito racial” (p. 133). Portanto, defende-se que a superação destas estruturas é um imperativo urgente que deve seguir sendo diuturnamente problematizada por estudiosos e ativistas. Grada Kilomba (2019) aborda aspectos que complexificam esta questão e enfatiza como

a escravização, o colonialismo e o racismo cotidiano necessariamente contêm o trauma de um evento de vida intenso e violento, evento para o qual a cultura não fornece equivalentes simbólicos e aos quais o sujeito é incapaz de responder adequadamente (p. 214).

Então, segundo esta perspectiva, o processo de elaboração – e superação – dos efeitos do racismo se apresenta como uma tarefa árdua que envolve complexas dinâmicas sociais e psíquicas. Logo, tendo em vista as repercussões psíquicas do racismo na vida das pessoas negras, evidencia-se como

os dolorosos efeitos do trauma mostram que as/os africanas/os do continente e da diáspora foram forçadas/os a lidar não apenas com traumas individuais e familiares dentro da cultura branca dominante, mas também com o trauma histórico coletivo da escravização e do colonialismo reencenado e reestabelecido no racismo cotidiano, através do qual nos tornamos, novamente, a/o 'Outra/o' subordinado e exótico da branquitude (Kilomba, 2019, p. 215).

A luta contra as forças que estruturam e fortalecem a manutenção do racismo tem assumido várias frentes, atualmente é possível identificar como ela abarca tanto as dimensões singulares da existência de pessoas negras quanto as dimensões coletivas que correspondem às vivências sociais e políticas. Souza (1983/2021) aponta como

o contexto familiar é o primeiro lugar em que a ação constituinte do ideal do ego se desenrola. É aí que se cuida de arar o caminho a ser percorrido, antes mesmo que o negro, ainda não sujeito, a não ser ao desejo do Outro, construa o seu projeto de chegar lá. Depois, é a vida de rua, a escola, o trabalho, os espaços de lazer (p. 68).

Conforme esta perspectiva, à medida que o Ego das pessoas negras é constantemente pressionado a alcançar um ideal inatingível, há uma tentativa de se alinhar a um ideal impossível de alcançar. Assim, o Ego recorre a diversas estratégias, todas marcadas por um constante aumento dos esforços e uma exigência contínua de maximizar suas capacidades. Deste modo, temos que “a distância entre o ideal e o possível cria um fosso vivido com efeito de autodesvalorização, timidez, retraimento e ansiedade fóbica” (Souza, 1983/2021, p. 73). Logo, de acordo com Souza (1983/2021), ser negro é

tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (p. 115).

Trazendo a aposta na autodeclaração racial como parte crucial do processo de entendimento de si como uma pessoa negra, Fanon também ressaltou como em seu próprio percurso veio a entender que “desde que era impossível livrar-me de um *complexe inato*, decidi me afirmar como Negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer; só havia uma solução: fazer-me conhecer” (Fanon, 1952/2008, p. 108). Portanto, estes autores enfatizam que a afirmação da negritude se faz enquanto uma escolha de vida, movimento significativo para as pessoas negras por permitir uma compreensão sobre si e sobre as

dinâmicas que se apresentam em suas experiências pessoais e profissionais. Enfatizamos que, em gesto anterior, assumindo um movimento semelhante, Freud também optou pela autodeclaração racial ao demarcar que “eu próprio sou judeu, e sempre me parecera não somente indigno como positivamente insensato negar esse fato” (Freud, 1939/2019, p. 269).

Logo, podemos afirmar que a construção de uma percepção sobre a própria racialidade é peça central para o entendimento sobre os percursos de cada um como sujeito, e, conseqüentemente, para a análise de sua atuação sobre o mundo.

Como já mencionado, devido ao contexto sócio-histórico do Brasil – da colonização portuguesa até os dias atuais –, as engrenagens que sustentam a máquina colonial de violência e extermínio da população negra seguem a todo vapor. A psicanálise vem sendo convocada – devido a seu *corpus* teórico e clínico – para a discussão sobre as relações raciais desde a sua chegada ao Brasil. Como forma de saudar e reconhecer o trabalho de quem inicialmente se comprometeu com este debate, faço referência a autores que foram pioneiros no estudo da psicanálise neste território e se mostraram essenciais para a instalação do discurso psicanalítico no país.

A história da psicanálise no Brasil é marcada pelo fato de um homem negro, que também foi peça central na medicina, ter se mostrado particularmente atento às implicações da racialidade do adoecimento psíquico das pessoas negras e ter sido o primeiro divulgador dos conceitos psicanalíticos no país. Conforme aponta Ana Karina Sorrentino (2021), “Juliano Moreira inaugurou a disciplina psiquiátrica brasileira, se aventurou pelos primórdios da teoria de Freud e ainda questionou a ideia que se tinha dos alienados mentais” (p. 02). Ele também teceu críticas “ao nacionalismo e às ideologias civilizatórias” (Sorrentino, 2021, p. 07), contribuindo sobremaneira para a abertura de um campo de discussão contra-hegemônico sobre a saúde mental, que segue se desdobrando.

Tempos depois, viu-se a construção do legado de uma mulher negra, socióloga, que atuou como pioneira da Psicanálise no Brasil, foi a primeira analisante brasileira a realizar um percurso didático que lhe permitiu desenvolver uma vasta trajetória de discussões e contribuições teóricas sobre as relações raciais no país. Carlos César Frausino (2020) aponta como “a história de São Paulo, da psicanálise e do modernismo, no primeiro quartil do século XX, está intimamente associada à história de Virgínia Leone Bicudo” (p. 181). Estes dois personagens icônicos abriram as portas para o debate psicanalítico sobre as dinâmicas de racialização e as repercussões psíquicas do racismo.

Partindo do cenário encontrado no Brasil a partir da década de 30, Russo (2004) apresenta um percurso histórico que detalha a chegada e disseminação da Psicanálise. Sua

descrição revela que, naquele período, a elite intelectual se deparava com um apelo para superar o determinismo biológico, ao mesmo tempo em que enfrentava o desafio de dar respostas sobre o progresso e a viabilidade da nação brasileira. Contudo, um seletivo grupo que usava de bases deterministas passou a ser convocado a construir um projeto para a nação.

Naquele momento prevalecia a ideia de que as relações interraciais eram responsáveis por repercussões negativas que inviabilizariam o desenvolvimento. Na contramão desse argumento, muitos intelectuais passaram a se aproximar dos ensinamentos freudianos, pois a Psicanálise representava “uma das formas possíveis de escapar do estrito determinismo biológico, sem abrir mão da ideia de progresso e evolução” (Russo, 2004, p. 56). Freud (1930/2010), contudo, questionou abertamente a noção de progresso, como vemos em seu comentário sobre os avanços impressionantes nas ciências naturais e em suas aplicações técnicas, de modo a alcançar um domínio sobre a natureza que antes parecia inimaginável. Ainda que as pessoas se orgulhem, com razão, dessas conquistas, esse novo poder e a dominação das forças naturais não gerou um aumento da satisfação ou felicidade na vida.

A Psicanálise passou a adentrar também os salões e espaços acadêmicos, trazendo uma nova perspectiva para pensar a sexualidade, a educação e as dinâmicas sociais. Em outro trabalho sobre a difusão da Psicanálise no país, Russo (2002) descreveu como a adesão dos movimentos de contracultura e do público leigo contribuiu para a propagação de conceitos psicanalíticos de modo a incidir em uma rápida apropriação entre os adeptos da crítica antipsiquiátrica, o que veio a repercutir no estabelecimento de uma cena psicanalítica nas grandes cidades de diferentes regiões. Logo, considera-se que os caminhos trilhados pela comunidade psicanalítica no Brasil se mostraram difusos, pois grande parte dos praticantes da psicanálise se voltava exclusivamente para os espaços catedráticos, enquanto outros também optaram por manter o discurso psicanalítico em circulação nos meios de comunicação mais populares.

Ao considerar que múltiplas perspectivas são compartilhadas em nome da Psicanálise, buscamos destacar que não há uma única Psicanálise, e sim um campo vivo que atravessa disputas internas por comportar diferentes filiações, discursos e posições. Sendo assim, entende-se que, além da diferença nos meios preferenciais para difusão dos conceitos, na comunidade psicanalítica se vê uma flagrante diversidade de leituras. Conforme Russo (2002), os anos 30 constituíram um período que preparou o solo para construção das primeiras sociedades de formação brasileiras oficialmente vinculadas à *International Psychoanalytical Association* (IPA) nas duas décadas seguintes, porque naquele momento havia “um interesse generalizado pela chamada questão sexual” (p. 56). Este movimento foi

seguido pela “intensa difusão social da psicanálise” (p. 40) que ocorreu nos anos 70 e pela “entrada do discurso lacaniano no campo psicanalítico” (p. 40) nos anos 80.

Rafael Lima (2021), em sua tese de doutorado, explorou a trajetória da psicanálise durante a ditadura civil-militar brasileira. Este autor destaca tanto a tensão entre colaboração e resistência ao regime político vigente na época, quanto o impacto das políticas repressivas sobre a prática psicanalítica. Sua leitura aponta para a construção de estratégias dos movimentos psicanalíticos para resguardar certa autonomia, ao mesmo tempo em que outros setores da psicanálise se alinhavam com os ideais veiculados pelo regime militar. Lima (2021) afirma que, a partir dos anos 70, com a abertura política no Brasil, a psicanálise se expandiu significativamente em sua diversidade, por meio da intensa ampliação dos movimentos psicanalíticos pelo país. De acordo com seu argumento, estes movimentos estiveram associados à difusão de questionamentos e desafiaram a hegemonia dos discursos tradicionalistas, o que permitiu criar um tipo de “biblioteca crítica psicanalítica” (p. 30). A partir da análise deste cenário, Lima (2021) destaca como estes movimentos foram cruciais para a quebra da centralidade que se colocava sobre o Instituto de Psicanálise do Estado de São Paulo, de modo a colaborar com o desenvolvimento de novas agendas clínicas e intelectuais que se mostravam comprometidas com a defesa da democracia e da autonomia da psicanálise no país. A detalhada descrição que este autor propõe para apresentar a trajetória de chegada e consolidação da psicanálise no Brasil permite identificar um percurso de difusão do movimento lacaniano que passou inicialmente por estados como Rio de Janeiro e Pernambuco e São Paulo, se expandindo também por cidades como Brasília, Salvador, Curitiba, Natal, Porto Alegre e Fortaleza. Ao observar os fatores que confluíram para difusão do lacanismo pelo Brasil, Lima (2021) associou as influências culturais (a exemplo de movimentos como o Tropicalismo, a poesia concreta e a cena de arte contemporânea) com outro fator relevante naquele período histórico, que foi o retorno de exiladas(os) políticos que tiveram contato com o movimento lacaniano na Europa. Destacando que essa disseminação foi anterior a chegada da *The International Psychoanalytical Association* (IPA), Lima (2021) também argumenta que, enquanto as normativas institucionais da IPA imobilizaram e lentificaram sua expansão, as características inerentes ao lacanismo impulsionaram sua difusão, pois

Na desobrigação da hierarquia institucional da análise didática, reside a ideia de que toda análise levada a contento “produz” um analista. Na prática cotidiana da clínica, a conduta das polêmicas sessões de tempo variável permitiu uma flexibilização incomum nos preços objetivamente praticados nas análises, o que a tornava mais acessível às camadas médias da população. Em continuidade com essa prática também será

suspendida a norma regulatória em que uma “análise que forma analistas” deve ser realizada na frequência de três a cinco vezes por semana, ao longo de um total arbitrário de horas somadas ao longo de certo número de anos. Na perspectiva lacaniana, o que define o “fim da análise”, entendido como finalidade e término da análise, é sobretudo a própria experiência da análise, e não uma instância regimental que lhe seja externa. A máxima de que “o analista se autoriza de si mesmo e de alguns outros” é a aposta lacaniana em instituir um campo capaz de regular a si próprio quanto aos códigos de reconhecimento mútuo. (p. 380)

Logo, compreende-se que a proposta de articulação entre cura e emancipação que foi apresentada pelo movimento lacaniano encontrou terreno fértil e favorável para sua expansão no Brasil devido, principalmente, ao teor de suas ideias e a receptividade das(os) brasileiras(os) que naquele período estavam lidando com um contexto político que começava a transitar de um regime autoritário para um democrático.

Camila Fonteles e Denise Coutinho (2016) também destacam que, os anos 90 deram contornos mais nítidos para o que veio a se delinear como uma *psicanálise brasileira*. Esta denominação é associada ao movimento de ampliação na divulgação da produção de autores nacionais e no que se percebe como sendo parte de uma “tomada de consciência do peso dos movimentos psicanalíticos brasileiros na cena internacional” (Fonteles e Coutinho, 2016, p. 184). Junto com a expansão do alcance da psicanálise e das discussões sobre diversos temas que a cercam veio também uma ampliação do olhar para os atravessamentos que as relações raciais trazem para a subjetividade das pessoas no Brasil. Maria Lúcia da Silva (2017) incrementou o debate sobre a psicanálise no Brasil ao discutir os impactos das experiências de racialização e demarcar a necessidade do compromisso “com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades” (p. 87). Sendo assim, conforme estas autoras, o que se estabelece como uma *psicanálise brasileira* na atualidade compreende a percepção de como o campo psicanalítico se constrói no país, e leva em conta as singularidades que marcam as(os) brasileiras(os) individual e coletivamente.

Neusa Santos Souza foi uma psiquiatra negra, brasileira e baiana, que também se dedicou com rigor ao estudo da psicanálise. Em seu trabalho, discute como a realidade sociocultural do racismo afeta as pessoas e inscreve marcas em suas subjetividades. Nessa direção, ela afirma que a sociedade brasileira se desenha conforme uma estrutura que remete a um “tripé formado pelo *continuum* de cor, ideologia do embranquecimento e democracia racial” (Souza, 1983/2021, p. 50). De acordo com esta leitura, compreende-se que as narrativas uníssonas que depreciam tudo que está associado à negritude, operam de modo a

reproduzir e atualizar o mito negro¹⁵, contribuindo sobremaneira para que ele siga sendo introjetado a partir da frequente exposição a imagens negativas e das dinâmicas inconscientes que daí decorrem. Ademais, Souza (1983/2021) também destaca como

a representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instância biológica. Essa representação exclui a entrada do negro na cadeia dos significantes, único lugar de onde é possível compartilhar do mundo simbólico e passar da biologia à história (p. 57).

Portanto, o significante que demarca a cor negra segue inserido em um arranjo semântico que confere características pejorativas aos sujeitos e contribui para a atribuição de uma natureza inaceitável a seus corpos. Como consequência, as pessoas negras passam a controlar, observar e/ou vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que constantemente são coagidas a desejar. O que, segundo Souza (1983/2021), leva a uma identidade negra que geralmente redonda em sofrimento. A experiência pessoal de Neusa Souza, como mulher negra e praticante da psicanálise, permitiu que pudesse escutar, acompanhar e observar um bom número de pessoas negras. Sua análise precisa lhe permitiu identificar a presença de elementos que indicavam como a amargura, desespero e/ou revolta, resultantes da marca de diferença que se inscreve pelo racismo, podiam vir a se traduzir em ódio ao corpo negro. Esta compreensão a levou a afirmar que a tarefa de simbolizar tais vivências requer árduo trabalho psíquico, pois o ideal do ego das pessoas negras se funda “na dupla opressão de classe e de cor” (Souza, 1983/2021, p. 69). De tal forma que

o relacionamento entre o ego e o ideal do ego é vivido sob o signo da tensão (...) O negro, certamente, não é o único a viver esta experiência. É certo que existe sempre, em todo sujeito não psicótico, uma relação de tensão entre essas instâncias, devido a um *quantum* de insatisfação resultante do inexorável fracasso em atingir o ideal desejado (...) Nesta tentativa de realização – tão imperiosa quanto impossível – o ego lança mão de táticas diversas, cujo denominador comum se faz representar por um redobrar permanente de esforços, por uma potencialização obrigatória de suas capacidades (Souza, 1983/2021, pp. 70-71).

Como resultado, temos um contexto no Brasil em que, independentemente das condições de vida, as(os) negras(os) são expostas(os) a dinâmicas raciais que promovem uma convocação inconsciente ao imperativo de ser a(o) melhor “na realidade, na fantasia, para se

15 De acordo com Souza (1983/2021), “o mito é uma fala, um discurso – verbal ou visual –, uma forma de comunicação sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é uma fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que se pode entender como resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas” (p. 54).

afirmar, para minimizar, compensar o “defeito”, para ser aceito. Ser o melhor é a consigna a ser introjetada, assimilada e reproduzida” (Souza, 1983/2021, p. 73). Em diálogo com esta perspectiva, Isildinha Nogueira (1998/2021) enfatizou que o inconsciente é o discurso do Outro, logo, em nosso contexto, ele é branco. Portanto, ainda que haja uma recusa de sua própria imagem, os negros se veem atravessados por representações em relação a si mesmos que levam à permanência em um cativeiro psíquico da imagem racista. Assim o sujeito se vê fadado a viver uma experiência que o convoca a “sofrer o próprio corpo” (p. 68). Sobre isso, esta autora também destaca que

é justamente porque o racismo não se formula explicitamente, mas antes sobrevive num devir interminável, como uma possibilidade virtual, que o terror de possíveis ataques (de qualquer natureza, desde física à psíquica) por parte dos brancos cria para o negro uma angústia que se fixa na realidade exterior e se impõe inexoravelmente (Nogueira, 1998/2021, p. 126).

Lélia Gonzalez (1988/2020) também fez uso da psicanálise para lançar o alerta de que a colonialidade não estava superada no Brasil. Esta importante voz do movimento negro destacou que o racismo se expressa “enquanto denegação de nossa *ladino-amefricanidade*” (p. 127). Recorrendo a exemplos identificados em expressões sociais, culturais e linguísticas, ela também indicou que a *bunda* é o “objeto parcial por excelência da nossa cultura” (Gonzalez, 1988/2020, p. 128). Esta autora propôs ampla discussão sobre as dinâmicas que dão contorno ao racismo à brasileira¹⁶. Gonzalez (1988/2020) empreendeu minuciosa descrição de como os modelos sócio-econômicos, relacionais e psicológicos unem colonizador e colonizado em efeitos de alienação que garantem a “eficácia da dominação colonial” (p. 130). Seu trabalho auxilia na análise das marcas coloniais que persistem na construção das dimensões psíquicas e no entendimento de sua função como peça chave na estruturação de pactos intergeracionais que promovem a manutenção de vantagens estruturais.

Em outro trabalho de impacto que ganhou significativo destaque, Gonzalez (1983/2020) apontou como uma lógica racista é impressa nas relações sociais, estruturas de poder, divisão social do trabalho, produção de conhecimento e identidades. Partindo da crítica à persistência de um racismo que se configura de modo particular, esta autora denunciou como ele se constitui de modo a ser “suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais

¹⁶ De acordo com Munanga (2017) o *racismo à brasileira* se mostra um fenômeno que pode ser descrito como “um crime perfeito”, pois “além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros”, portanto constitui um fenômeno “difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos” (pp. 40-41).

exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (p.73).

Seus textos revelaram a face sintomática das relações raciais no Brasil, pois, conforme destaca, o silêncio – que por vezes predomina diante da estrutura racista – pode se equivaler à dinâmica de ocultação do sintoma por manifestar algo do cálculo neurótico entre gozo e angústia. Sendo assim, “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (Gonzalez, 1983/2020, p. 76). Como as marcas da colonialidade seguem presentes de diversas formas, esta autora também buscou enfatizar o modo como os lugares de doméstica, mulata e mãe preta foram sendo instituídos através da perpetuação de um imaginário social e de deslocamentos significantes. De acordo com esta leitura, as conexões entre racismo e sexismo produzem dinâmicas particulares e violentas que incidem sobremaneira nas mulheres negras.

Patricia Hill Collins (2021) aprofunda esta questão ao apontar que “as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero (...) se sobrepõem e funcionam de maneira unificada” (p. 16). A noção de que a experiência dos sujeitos diante das diferenças raciais e de gênero sempre tem sua interpretação determinada pelo lugar em que cada um é situado no discurso hegemônico remete ao conceito de interseccionalidade que é amplamente trabalhado por esta autora.

Seguindo este mesmo caminho no debate, Cida Bento (2022) expõe as complexidades que envolvem a quebra da lógica que historicamente vem moldando as relações entre brancos e negros no Brasil. Esta autora considera os impactos de uma herança que não se reconhece coletivamente e se inscreve na subjetividade das(os) brasileiras(os). Seu trabalho denuncia

a existência de um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais (...) Assim é que a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito do seu grupo (p. 23)

Este pacto suprime recordações vergonhosas que se associam ao período escravocrata e promove impactos que favorecem a população branca em detrimento de outros grupos raciais. Aproximando-se desta questão, Andrea Guerra (2020) discutiu o papel das(os) analistas e praticantes da psicanálise diante da perpetuação do racismo, tendo indicado três movimentos decisivos para um trabalho clínico e político que se faz necessário no contexto brasileiro. De acordo com sua perspectiva, se faz essencial a elucidação da complexa trama das relações raciais, o reconhecimento da branquitude e um esforço cotidiano para desmontar o sistema de privilégios que promove o racismo. Para que, assim, se opere uma psicanálise que retome “sua função crítica e social e coloca em ação sua matriz original de disciplina

dedicada à transformação” (Guerra, 2020, p. 11). As dinâmicas psíquicas que se apresentam para as pessoas negras são ricamente discutidas em casos clínicos apresentados por um vasto número de psicólogas(os) praticantes da psicanálise brasileiras(os). Ao ressaltar a importância de uma compreensão racializada do contexto para sustentação da prática psicanalítica, Maria Lúcia da Silva (2017) aponta como

a clínica vai nos informando como os atributos construídos social e historicamente, ligados à sua condição racial e reconhecidamente identificados no imaginário social como pertencentes aos negros, os acompanham ao longo de suas vidas, construindo um ideal de ego incompatível com a dignidade humana, impedindo-lhes mobilidade e produzindo diversas dificuldades (pp. 86-87).

Em consonância com essa perspectiva, Isildinha Nogueira (1998/2021) enfatizou como “as estruturas de poder e dominação não são alheias às psicanálises praticadas nos consultórios” (p. 55). Esta psicanalista fez uma importante convocação aos pares ao propor que se permitissem olhar para suas práticas de modo a questionar os possíveis efeitos do racismo na clínica psicanalítica.

Com o compromisso de aprofundar o debate sobre as interações do racismo com a experiência clínica, Jurandir Freire Costa (2021) apresenta um caso clínico em que um analisante se deparou com grande dificuldade para realizar o “trabalho de perlaboração ao longo da cura” (p. 29). Este renomado psicanalista atribuiu essa dificuldade no progresso clínico à percepção de que “os recursos simbólicos de que dispunha para enfrentar a ideologia racista eram, àquela altura, escassos, pois a realidade do racismo era sistematicamente negada, minimizada ou ignorada” (p. 29). Curiosamente, este autor reconhece as limitações com as quais o analisante se deparou e não problematiza sua condução ao longo do percurso nem aponta o fato de ser um homem branco. Portanto, nota-se a importância de interrogar como os recursos simbólicos das(os) psicólogas(os) praticantes da psicanálise negras(os) podem reverberar nos caminhos adotados para o manejo da transferência na condução dos percursos de análise.

Como o encontro com analisantes negras(os) pode abarcar uma ampla gama de experiências, é fundamental considerar a análise de bell hooks (2019) sobre as relações raciais nos Estados Unidos, pois esta autora discute o modo como “muitas pessoas negras se recusam a avaliar nossa condição presente porque elas não querem ver imagens que podem forçá-las a militar” (p. 39). Para hooks (2019), ainda que a militância possa ser “uma alternativa à loucura” (p. 39), geralmente convoca a experiências que são dolorosas, o que mobiliza intensas resistências. Numa direção semelhante, a partir da análise das experiências

de massa, Freud (1921/2011) situa que “quando há um poderoso ímpeto à formação de grupo as neuroses podem recuar e ao menos por algum tempo desaparecer” (p. 110). Ou seja, há algo da experiência de agrupamento entre pessoas negras, ou de aquilombamento¹⁷, que pode colaborar – ainda que temporariamente – com a redução do sofrimento psíquico.

Considerando que a luta política da população negra não se faz sozinha – apartada da sociedade –, porque almeja a construção de elos mais inclusivos, há de se considerar as dinâmicas presentes nas interações interracialias, pois é inegável que coexistem diferentes percepções e representações sobre estes encontros. Entretanto, conforme vemos em hooks (2019)

(...) ódio e medo estão entre os primeiros sinais que a “negritude” evoca na imaginação pública dos brancos (e de todos os outros grupos que aprenderam que o jeito mais rápido de demonstrar concordância com a ordem supremacista branca é compartilhar suas suposições racistas). Em um contexto supremacista branco, “amar a negritude” raramente é postura política refletida no dia a dia. Quando é mencionada, é tratada como suspeita, perigosa e ameaçadora (p. 45).

Considerando que o encontro entre analista e analisante na clínica psicanalítica constitui uma experiência que tende a evocar uma série de sentimentos amorosos e hostis¹⁸, destaca-se a importância de se atentar às dinâmicas que se apresentam nas relações interracialias, haja vista que

toda pessoa negra consciente de que foi “o único” em um ambiente predominantemente branco sabe que tal posição é em geral convidativa para ouvir narrativas racistas, rir de piadas sem graça, ser submetido a várias formas de assédio racista. E a autosegregação parece particularmente intensa entre estudantes universitários que (...) estão despreparados para confrontar e desafiar o racismo branco e, com frequência buscam o conforto de estar apenas com outros negros (hooks, 2019, p. 54).

A redução do sofrimento psíquico que é associada às vivências grupais *afro-referenciadas*¹⁹ é frequentemente mencionada nos discursos de pessoas negras que se articulam em organizações científicas, políticas e comunitárias. Entretanto, levamos em

17 A noção de aquilombamento remete à proposta de quilombismo apresentada por Abdias Nascimento (2021), conforme esta perspectiva: “Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. (...) Um futuro de melhor qualidade para a população afro-brasileira só poderá ocorrer pelo esforço enérgico de organização e mobilização coletiva, tanto da população negra como das inteligências e capacidades escolarizadas, para a enorme batalha no fronte da criação teórico-científica” (pp. 02-03).

18 Disponível em: [Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989](#).

19 São propostas de experiências, práticas e atividades orientadas por tradições e conhecimentos africanos e/ou afro-brasileiros. Com formatos e objetivos bastante variáveis, elas geralmente trazem como marca a valorização e promoção da cultura, identidade e história da população negra.

consideração o fato de que as tensões não se restringem apenas às relações interracialis. Pois, conforme vemos em hooks (2019), não há surpresa em se deparar com o “tamanho das massas de pessoas negras (todos eles se identificando como antirracistas) apegadas às estruturas de pensamento da supremacia racial branca, permitindo que essa perspectiva determine como eles veem a si mesmos e a outras pessoas negras” (p. 46). Quando se trata do encontro entre mulheres negras, em especial, geralmente revelam-se “reações hostis ao cuidado” (hooks, 2019, p. 96), que ocorrem devido às ambivalências presentes nas experiências cotidianas de cuidado essencial. Pois, de acordo com hooks (2019), “essa dor internalizada tão profunda e a autorrejeição estimulam a agressividade direcionada à imagem no espelho” (p. 97). Sendo assim, é essencial ter em vista que as demandas que são levadas pelas(os) analisantes negras, quando buscam sessões com analistas e praticantes da psicanálise negras(os), pode carregar uma multiplicidade de afetos e dizer da emergência de diferentes formas de cuidado.

Por fim, é importante demarcar que, ainda que os argumentos apresentados por bell hooks (2019) deem conta de explicitar uma série de dinâmicas que parecem estar presentes em toda comunidade negra afrodiaspórica, existem diferenças significativas entre o racismo norte-americano e o brasileiro.

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) destacaram como a questão racial desempenhava um papel central nas discussões acadêmicas e políticas nos Estados Unidos, sendo possível identificar a dominância das perspectivas assimilacionistas na sociologia norte americana, o que se incorpora à tendência de subestimar os efeitos de todo preconceito, discriminação e violência racial operado pelas pessoas brancas. Ademais, eles afirmam que

a insistência em conceitualizar o negro simplesmente como um segmento explorado (ou superexplorado) da classe trabalhadora e explicar as hierarquias raciais unicamente em termos dos interesses e estratégias da classe capitalista tende a ofuscar o que há de específico na opressão racial. É por esse motivo que militantes e intelectuais negros americanos, não obstante adotar posturas anticapitalistas, têm insistentemente assinalado a duplicidade da exploração de classe e opressão racial. (p. 78)

Contudo, no Brasil, a relação entre as pessoas brancas(os) e negras(os) também é atravessada pela ideologia da democracia racial, que consiste na disseminação da inconsistente ideia de que a colonização foi um processo que trouxe alguma vantagem para as pessoas negras e indígenas, associada ao mito de que as relações interracialis se dão de modo harmônico e de que o racismo é um crime perfeito²⁰, pois ainda que seja amplamente presente

20 Ainda que o crime de racismo tenha sido tipificado pela [Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989](#).

e sistemático, é contraditoriamente difícil de ser reconhecido e punido efetivamente. A retórica de igualdade que dá contorno ao mito da democracia racial é amplamente criticada por sua explícita tentativa de negação e disfarce das profundas e persistentes desigualdades raciais no Brasil. Pois, conforme Gonzalez e Hasenbalg (1982), esta é uma leitura que não abarca o reconhecimento de que o racismo à brasileira pode ser mais do que um fenômeno transitório.

Em síntese, com este marco conceitual teórico-metodológico que foi delineado, evidenciamos a base na qual nos apoiamos para dar solidez à análise das falas de psicólogas(os) negras(os) sobre a clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil. Destacamos que a integração de perspectivas teóricas e metodológicas se mostrou um caminho necessário, a fim de abarcar a complexidade das experiências raciais.

ESCREVIVÊNCIA DE UMA CLÍNICA RACIALIZADA

Giovana Xavier (2019, p. 82) destaca “a importância de localizar saberes e fazer ciência partindo dos lugares de fala de intelectuais negras”. Esta autora enfatiza que “Conceição Evaristo chama essa relação entre subjetivo e objetivo *escrevivência*. Isto é, o texto que você escreve carrega necessariamente quem você é” (p. 92). Sendo assim, reconhecemos a potência em adotar a *escrevivência* como ferramenta de transmissão, pois, a partir desta ferramenta metodológica, é possível assumir uma posição que afirma a inexistência da neutralidade e da distância entre sujeito e objeto. Logo, se faz essencial para o desenvolvimento desta dissertação a construção de uma apresentação pessoal que diga do percurso singular que venho percorrendo.

Empreender uma transmissão que dê mostras dos caminhos trilhados ao longo de um percurso é tarefa cara a qual comumente se dispõem os praticantes da psicanálise junto à comunidade psicanalítica. Por se constituir enquanto uma práxis que se sustenta pelo tripé composto por análise pessoal, supervisão e estudo teórico, a prática psicanalítica requer constante movimento de lançar-se diante das questões próprias ao sujeito que se autoriza como psicanalista e/ou praticante da psicanálise.

Sendo assim, me apresento como Psicóloga negra e praticante da psicanálise. Mas não só, pois também sou uma mulher cis, engajada na luta antirracista, feminista e antiproibicionista, mãe de Flora (uma criança negra de oito anos), tutora de Piccolo, Dudu e Nzinga. Nasci na cidade de Salvador – BA, a capital mais negra do Brasil²¹. O fato de me sentir pertencente a um território, grupo social e campo ético-político comporta características que ajudam a desenhar minha identidade pessoal e profissional.

O trabalho com a clínica psicanalítica tem sido meu principal campo de prática profissional desde o fim da graduação. Admito que tive a sorte de encontrar professores incríveis pelo caminho, que abriram as portas para oportunidades que impulsionaram esse percurso. Meu primeiro encontro com a Psicanálise se deu no curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)²² por meio de componentes curriculares que se amparavam em leituras psicanalíticas. Não foi amor à primeira vista, pois sentia grande desconforto com dinâmicas classistas e eurocêtricas que se faziam ver em determinados textos. O encanto só veio a partir da experiência de estágio

21 A [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e a Estimativa populacional FJP](#) (2017) revela que quase 80% habitantes da cidade de Salvador se autodeclararam negros.

22 Com um projeto pioneiro, esta IES traz a concepção de ação afirmativa em seu cerne, pois encontra-se localizada na região do recôncavo da Bahia e pauta o compromisso com as questões étnico-raciais. Ver: Silva (2020)

supervisionado, quando tive acesso a uma perspectiva crítica e socialmente implicada da psicanálise. Reconheço que acessar a clínica psicanalítica pelas experiências de estágio supervisionado em Psicologia me permitiu refletir sobre o caminho necessário para garantir uma atuação responsável. A partir desse momento me vi convocada para o início do percurso rumo à minha análise pessoal, o que requer certa disponibilidade de tempo e dinheiro. Ao mesmo tempo, busquei seguir com uma dinâmica de estudo sistemático que trouxe ferramentas para sustentar a escuta diante do exercício da prática clínica e para elaborar relatos sobre estas experiências que eram dirigidos para os momentos de supervisão coletiva.

Após a finalização desta etapa, me dispus a seguir por um período atuando como extensionista no Serviço de Psicologia da UFRB e atendendo a população que residia na região. Sendo assim, um elemento que considero central para situar minhas experiências é o fato de que comecei meu percurso na psicanálise em um território marcado por questões socioeconômicas e raciais, pois, ainda na graduação pude integrar um projeto de extensão universitária que me permitia acolher gratuitamente a população e exercitar uma escuta operada a partir da ética psicanalítica. Nesse período, residia em um território onde pulsam fortes tensões raciais e econômicas, para situar mais precisamente, me encontrava em Santo Antônio de Jesus, cidade localizada no Recôncavo da Bahia, região que teve presença marcante no plano cultural e político do Brasil, embora seja pouco mencionada atualmente.

De acordo com Fernando Pedrão (2007), no período colonial o recôncavo baiano abrigava uma sociedade muito urbanizada que trazia complexidades relativas às dinâmicas interacionais, pois “foi a principal sede da produção açucareira na Bahia (...) sede exclusiva de uma produção fumageira especializada (...) além de sede, também, da primeira produção petroleira do país” (p. 9). Tal contexto envolvia o reconhecimento da cidadania, história, valores e beleza de algumas pessoas, e um movimento geralmente atrelado à estereotipação “pela visão escravista” (p. 11) que conduzia a negação de tantas outras.

Naquele momento, o Serviço de Psicologia da UFRB era um espaço aberto em que recebíamos adultos de ambos os sexos. Além da população parda, que representa a maioria da população²³, lá também era possível ter acesso a diferentes grupos de pessoas que se identificavam como brancas e eram oriundas das regiões rurais e urbanas, deste e de outros municípios da região.

Trago estes pontos para situar como, desde o início, e ao longo da minha atuação na clínica psicanalítica com pessoas negras, fui me permitindo interrogar sobre os operadores

²³ De acordo com o [Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil](#), nos levantamentos mais recentes 76,45% da população do município de Santo Antônio de Jesus -BA se autodeclarou negra.

clínicos, o manejo da transferência, as invenções e singularidades que se apresentam nesse fazer. Destaco meu contexto inicial porque ali surgiram os primeiros ruídos e indagações sobre como meu corpo negro haveria de ser recebido na função de analista e a partir de quais contornos seria possível operar com ele ao longo dos atendimentos.

Legitimamente, as(os) leitores podem se perguntar: *Mas quem são seus analisantes hoje? Quais corpos elas(es) habitam?* Considero que estes são aspectos extremamente relevantes para compreender os caminhos trilhados até aqui. Contudo, antes de responder a esta questão, enfatizo que, desde o início da minha formação, já sabia, de saída, que a cada agendamento poderia ocorrer pelo menos um encontro, o que exigiria a minha presença, e me colocaria em contato com uma diversidade inimaginável de pessoas. Considerando que como praticante da psicanálise opto por me colocar na função de analista, logo cedo compreendi que ali, no *setting*, também seguiria habitando um corpo – o meu corpo, que é carregado de melanina e revestido por uma pele de cor preta. Portanto, antes mesmo de iniciar a minha prática clínica, já sabia que, a depender de quem estivesse do outro lado na sala, poderia me ver diante de dinâmicas que apresentariam barreiras e/ou convites para interação; ou seja, estava ciente de inaugurar um caminho que seria capaz de conduzir a incontáveis vias a serem percorridas ao longo das sessões realizadas, assim como a uma série de violências e microagressões raciais.

Depois de concluir a graduação no Recôncavo voltei para minha cidade natal. Novamente estava diante de um território tenso, local de muitos contrastes, embates e contradições quanto às relações raciais, de classe e de gênero. Minhas origens familiares correspondem a mesma lógica de miscigenação e migração que geralmente se apresenta para a população negra no Brasil. As histórias compartilhadas entre gerações trazem a marca comum de uma dinâmica que exalta o papel das mulheres negras na gestão do cotidiano e do engajamento dos homens negros para se firmarem no mercado de trabalho. O entrecruzamento de culturas e o sincretismo religioso permeiam as experiências, entretanto evidencia-se a escolha por um aterramento nos ensinamentos do candomblé e da umbanda, que ofereceram base para a compreensão do mundo e das éticas relacionais tanto na família paterna quanto na materna.

Todas as gerações familiares que tive contato traziam um discurso racializado de compreensão de si e da sociedade. Faço referência e peço reverência a todas(os) mulheres e homens negras(os) que lutaram com empenho para garantir a possibilidade de um futuro aos que viriam. O projeto de resistência e sobrevivência das pessoas negras atravessa os séculos, se iniciou bem antes de meu nascimento e persiste enquanto demanda coletiva que segue

agregando os sujeitos em laços de cooperação e afeto – aspectos cruciais para a sustentação da luta política. A trajetória de ascensão social empreendida pelas gerações anteriores da minha família me ofereceu um contexto de privilégios econômicos que favoreceu o acesso ao ensino superior. Dando sequência ao legado de todas(os) que já se foram, meus pais, irmãos, tios e primos buscam manter uma lógica que forneça apoio e suporte financeiro mútuo, de modo a contribuir para a continuidade de diversos percursos pessoais e profissionais nas gerações seguintes.

Venho sustentando minha análise pessoal por mais de uma década, passei por alguns analistas ao longo deste percurso e pude vivenciar tensões, desconfortos e potências no árduo compromisso semanal de manter a fala livre para que os significantes deslizem. Estive como analisante diante de analistas brancos e negros e pude identificar diferenças no que tange à transferência, escuta clínica e estilo das intervenções. Não busco atribuir um motivo ou justificativa que diga de tais caminhos, mas afirmo que não só é possível notar dinâmicas singulares em cada uma destas experiências, como também se destacam determinadas repetições (que também se fazem presentes nos relatos de outras pessoas negras). Assim, fui notando que em meu percurso de análise estive diante de silenciamentos operados por analistas brancas(os), observei como é comum um movimento de sair da posição de analista ao se deparar com questões que implicam o olhar sobre a racialidade, e, também, me senti deslegitimada diante de intervenções propostas tanto por profissionais brancas(os) quanto negras(os) que não possuíam letramento racial.

Quando adentrei os espaços de formação propostos por instituições psicanalíticas me vi diante de dinâmicas que também envolvem a disponibilidade para fazer acontecer um espaço de trocas. A comunidade psicanalítica se constitui a partir dos movimentos de transmissão que agitam e fazem circular o discurso da psicanálise. Contudo, sentia o desconforto de notar que havia uma prevalência de pessoas brancas nestes espaços, além de sérios impedimentos quanto aos horários e preços das atividades, o que vinha a inviabilizar a presença de colegas e demais interessados nos debates. Os diversos modos de entendimento sobre as dinâmicas relacionais entre brancos e negros me chegaram ainda na infância, geralmente por meio de orientações, advertências e zombarias familiares. Meu contexto socioeconômico permitiu o acesso a espaços que geralmente são ocupados por pessoas brancas, estudei em escolas particulares, cresci e residi em bairros de classe média.

Contudo, sempre me soube preta... Dentro das dinâmicas de miscigenação, nasci com a pele escura, retinta, marca que trouxe elementos de distinção a partir do modo como o

colorismo²⁴ faz apelo nas leituras sociais. Sendo assim, desde a mais tenra infância, vivencio uma série de microagressões raciais no cotidiano. Ter ferramentas para compreender as engrenagens que instituem e sustentam essas estruturas se tornou uma urgência muito precocemente em minha vida. Portanto, considero que meu percurso de racialização se deu desde os momentos iniciais devido ao universo simbólico no qual fui inscrita. O germinar das interrogações que culminam nesta investigação tiveram início há cerca de quinze anos, quando me aproximei do movimento estudantil universitário²⁵ e passei a me debruçar sobre o estudo das relações raciais em componentes ofertados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde (NEGRAS) da UFRB. Desde então, segui me aprofundando em projetos de extensão, formações, congressos, eventos e experiências de articulação política. Dentre tantos espaços pelos quais circulei, destaco a significativa importância da construção dos Encontros Regionais de Estudantes de Psicologia²⁶, quando tive acesso às discussões que atentavam para os caminhos na formação profissional de psicólogas(os) no Brasil.

Meus primeiros contatos com uma Psicologia antirracista e atenta aos desafios sociais se deram nestes espaços. Lá também pude participar de vivências que estimularam uma conexão com territórios quilombolas e de preservação da cultura popular. Outro caminho importante para minha formação se deu em espaços que buscam se debruçar sobre a proposta de uma clínica psicanalítica atenta às relações raciais²⁷. Durante cerca de dez anos venho exercendo a Psicologia, principalmente na clínica em consultório particular. Ao longo deste período também trabalhei em diferentes instituições de saúde, como a Clínica de Psicologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, onde exercitei o diálogo constante com colegas de diferentes linhas teóricas. Em paralelo, também trabalho como psicóloga escolar na rede privada de ensino, sou a responsável pelo Setor de Psicologia da Escola Afro-brasileira Maria Felipa que é uma instituição de educação infantil com proposta de ensino decolonial, as experiências vivenciadas neste espaço trazem uma constante convocação para a

24 O termo colorismo faz referência a hierarquização de pessoas negras com base no tom de pele, de acordo com este conceito, compreende-se que as pessoas que possuem o tom de pele mais claro tendem a ser privilegiadas em detrimento daqueles que possuem um tom de pele mais escura. No Brasil, o colorismo opera como reforçador das desigualdades que atravessam dimensões sociais, culturais e econômicas. Essa dinâmica favorece a lógica de embranquecimento da população e comporta o engodo de que a aproximação dos padrões eurocêntricos de beleza poderia implicar em ganhos na aceitação social. Contudo, não abarca a complexidade inerente as relações interraciais no país, posto que reforça preconceitos e contribui para a perpetuação de estigmas (Devulsk, 2021).

25 Durante o curso de graduação integrei o diretório acadêmico de Psicologia e me aproximei de coletivos estudantis de universitárias(os) negras(os).

26 Integrei a comissão organizadora dos Encontros de Estudantes de Psicologia do Norte e Nordeste (EREP N/NE) durante os anos de 2010 a 2014.

27 Como exemplo destaco o curso “*Psicanálise e Relações raciais: teoria e clínica*” que é oferecido desde 2020 pelo Instituto Gerar de Psicanálise e os seminários preparatórios do “*Colóquio Internacional Psicanálise e Decolonização: O racismo em questão*”, realizados ao longo do ano de 2021 pelo núcleo PSILACs.

ampliação do repertório sobre os referenciais africanos, afro-brasileiros e indígenas, e os desafios produzem um grande aprofundamento no meu letramento racial, além de potencializar minha atuação como psicanalista na clínica com pessoas negras.

Vale ressaltar também que a oportunidade de integrar a *Coletiva de Psicólogas Feministas Muitas Psi*²⁸ e de dialogar com o grupo de *Integração Interestadual do Coletivo Ocupação Psicanalítica*²⁹ se mostraram de especial relevância para meu percurso de aperfeiçoamento pessoal por se configurarem como espaços formativos, de atuação e que também se colocam como rede afetiva de apoio.

Desde o início do meu percurso na clínica orientei meu trabalho a partir da perspectiva psicanalítica, estive em contato com analisantes brancas(os) e negras(os), assim como supervisoras(es) de ambos os grupos raciais. Como me proponho uma perspectiva racializada para leitura das dinâmicas sociais, trago uma bagagem que geralmente permite identificar a reprodução de lógicas racistas em diferentes discursos, práticas e comportamentos. Reconheço que vem sendo bastante comum o encontro com pessoas negras cujos corpos estão investidos por sentidos de inferioridade, além de me deparar com dinâmicas que revelam intensa exigência e injustificada vergonha de si. Por vezes o manejo da transferência se mostra mais complexo do que o habitual, trazendo à tona tensões em torno do pagamento, da identificação e da implicação no processo. Ao mesmo tempo, vejo o emergir de saídas inventivas para dar conta dos desafios que ali se fazem presentes.

Portanto, tomo as palavras de psicanalistas negras como flechas que foram atiradas e seguem no ar. “É possível ser um artista ou um intelectual negro sem precisar, o tempo todo, ocupar o lugar de quem falará sobre racismo?” (Fabiana Villas Boas, 2021 p. 54); “Quanto ser uma das poucas intelectuais negras dentro dessa maquinaria branca me custaria emocionalmente?” (Grada Kilomba, 2019, p. 64); “Como vencer as resistências ainda existentes?” (Maria Lúcia da Silva, 2017, p. 74).

Assim, junto com elas, me lanço em uma lacuna que já foi apontada e que segue insuficientemente perseguida por pesquisadoras brasileiras(o)s, os quais ainda dão pouca

28 A *Coletiva Muitas Psi* é um grupo, inicialmente composto por Psicólogas feministas, e que, atualmente tornou-se uma rede de atendimento integral à saúde que une os saberes da Psicologia com a Medicina de Família e Comunidade. Construímos uma atuação voltada ao enfrentamento das desigualdades de gênero e completamos oito anos oferecendo ações de promoção da saúde mental (como rodas de conversa, atendimento clínico individual, acolhimento e matriciamento), além de espaços de apoio financeiro, estudos teóricos e discussão de casos clínicos, onde compartilhamos experiências e questões profissionais. No ano de 2024 recebemos o Prêmio Esperança Garcia que foi entregue a mulheres e coletivos que se destacam na luta pela justiça, igualdade e direitos humanos em Salvador.

29 O *Coletivo Ocupação Psicanalítica* é um grupo de pesquisa, ensino e extensão que se origina a partir do trabalho de integrantes do Núcleo PSILACS (Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A proposta de construção interinstitucional conta com membros de seis estados e eixos em diferentes IES públicas do país que se debruçam sobre a psicanálise em suas articulações com o antirracismo e a decolonialidade.

atenção às experiências entre pessoas negras na clínica, pois se ocupam principalmente das relações interraciais³⁰. Sendo assim, esta investigação se debruça sobre o que é possível dizer acerca do que se dá na clínica psicanalítica quando analistas e/ou praticantes da psicanálise e analisantes se identificam como negras(os).

30 Ver em Alberti (2004), Santos e Schucman (2015), Guerra (2020), etc.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Adotamos a orientação de Maria Cecília Minayo (1998) que aponta um horizonte para as pesquisas qualitativas em que a amostra deve se aproximar da capacidade de “refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões” (p. 102). Nesta investigação focamos em modos de aprofundar e abranger as falas dos participantes. Para tanto, foi desenhada a possibilidade de construir uma amostra não probabilística, do tipo intencional, que, durante a realização do estudo, seguiu aberta para inclusão progressiva a partir do que pudesse emergir nos encontros realizados durante o trabalho de campo e os diálogos teóricos. Também tomamos como referência a pesquisa conduzida por Souza (1983/2021, p. 108), de modo que foi importante seguir no caminho que esta autora propõe e, assim, considerar que “qualquer unidade social” pode ser entendida “como representativa da totalidade”, ainda que sigamos na busca por “enxergar a questão sob várias perspectivas, pontos de vista e de observação” (Minayo, 1998, p. 103). No entanto, compreende-se que estamos lançando luz sobre um objeto que não há de ser totalmente apreendido, posto que a questão se situa sob incontáveis ângulos – tantos quanto as transmissões que se façam possíveis.

O desenvolvimento desta investigação conduziu a um caminho em que se mostrou necessário conjugar métodos, pois, como estamos ancoradas na teoria psicanalítica, temos sua base teórico-metodológica como aporte, em costura com a metodologia de pesquisa em ciências humanas apresentada por Minayo (1998) e dialogando com a compreensão e dispositivo próprios da Análise do Discurso (AD) conforme a perspectiva de Michel Pêcheux.

A proposta de articulação entre elementos da Psicanálise, da linguística e da dialética fornecida pela AD subsidiou o raciocínio acerca da emaranhada rede de significações e das diversas camadas presentes nos discursos que emergiram das falas das(os) participantes. Por se tratar de uma pesquisa orientada pela palavra, que se propõe a interrogar analistas e praticantes da psicanálise negras(os) sobre suas experiências na clínica com pessoas negras, investiu-se na pertinência de escutar o que pode ser dito sobre a clínica. Baseando-se na noção de que o sujeito, ao falar sobre sua prática, revela algo das dinâmicas subjetivas ao mesmo tempo em que permite o acesso às dimensões éticas que a sustentam.

Deste modo, a produção de dados visou apontar vias de compreensão do que tem sido construído como um *saber-fazer* diante do que é dirigido pelas pessoas negras às(aos) psicólogas(os) brasileiras(os) que se autodeclaram negras(os) e atuam na clínica psicanalítica. Tendo em vista que a necessidade de conjugar métodos para a análise do material produzido se deve à riqueza do material presente nas entrevistas realizadas, mostrou-se de fundamental

importância para a discussão buscar um modo de aprofundamento das falas que considerasse o alinhamento à psicanálise como modo de ancoragem da pesquisa.

Deste modo, o critério para composição do conjunto de participantes se deu com base na autodeclaração racial, formação profissional, área, público e território de atuação das(os) participantes que deveriam ser exclusivamente psicólogas(os), de nacionalidade brasileira, autodeclaradas(os) negras(os), com registro ativo no CRP e que atuam na clínica psicanalítica com pessoas negras. Todas(os) convidadas(os) para contribuir com a investigação atenderam aos critérios: possuir formação acadêmica em Psicologia, ser brasileira(o), se autodeclarar como negra(o) e sustentar uma prática clínica psicanalítica com pessoas negras.

Elas(es) foram inicialmente contatadas(os) por meios comunicacionais como telefone, e-mail e redes sociais. Logo após, tivemos breves momentos de interação para agendamento e esclarecimento de eventuais dúvidas. Realizou-se uma entrevista-piloto em ambiente virtual (na plataforma *Zoom Meeting*) para avaliação do instrumento e da plataforma escolhida para gravação – com participante escolhido aleatoriamente – e, após a aprovação do formato proposto, sucedeu-se a realização de uma série de entrevistas individuais. No começo de todas as entrevistas houve a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido solicitado o assentimento para registro e publicização dos materiais produzidos. Todas(os) as(os) participantes concordaram com a gravação e transcrição dos materiais produzidos durante a entrevista. Como forma de garantir o sigilo das informações acessadas, foi construído um banco de dados no qual não se apresentam informações que permitam identificar as(os) participantes, de modo com que possa ser compartilhado com outras(os) pesquisadoras(es) que desejem colaborar com análises posteriores, conforme informado no início de todas as entrevistas.

As observações que emergiram durante todas as fases da investigação também compõem o conjunto de fontes documentais produzidas ao longo desta pesquisa, registradas em um diário de campo. O projeto para realização deste estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFBA conforme o parecer nº 5.494.703.

Entrevistas Clínicas

A construção dessa investigação exigiu a utilização de um instrumento que permitisse compreender a noção de que a entrevista deve se orientar pela palavra do entrevistado, seguindo a direção apresentada pela associação livre. Nesse sentido, busquei inspiração em Tânia Ferreira (2018), pois ela realizou uma pesquisa na qual entrevistou psicanalistas brasileiras(os) para saber sobre suas experiências no atendimento psicanalítico a crianças autistas. Diante da dificuldade em localizar um instrumento metodológico que permitisse analisar as falas acerca de embaraços das(os) psicanalistas e saídas inventivas construídas na clínica psicanalítica com crianças autistas, ela empenhou-se na construção de um instrumento denominado de Entrevista Clínica (EC). Para Tânia Ferreira e Angela Vorcaro (2019) mostrou-se essencial desenhar um modo de enquadrar “os embaraços dos psicanalistas no tratamento psicanalítico (...) e as saídas inventivas construídas frente a esses embaraços” (p. 31). Considerando que a análise destes elementos colabora para a compreensão dos diferentes caminhos e problemáticas que afloram na clínica psicanalítica, adotamos este modelo de EC.

O formato proposto consiste na realização de entrevistas individuais semi-estruturadas nas quais a mediadora parte de perguntas disparadoras para abrir os tópicos de investigação. Este instrumento se caracteriza por sua estrutura própria, pois convida “àquele que fala a escutar o que diz” (Ferreira, 2018, p. 30). Essa proposta demarca como

não se trata apenas de oferecer a palavra, mas de supor saber no entrevistado, se surpreender com o que produz sobre sua realidade, sua vida, suas experiências, operando, no mesmo movimento, uma possibilidade de que ele se aproprie do que diz e, no ato mesmo da enunciação, se renove e se crie (...) é uma aposta na palavra daquele que fala na pesquisa, em seu saber, e, principalmente, nos efeitos dessa palavra sobre ele mesmo e nas pesquisadoras e do que disso se pode transmitir para contribuir na construção de políticas públicas e de operadores clínicos que considerem o psicanalista, suas invenções e a singularidade de seu fazer (Ferreira, 2018, p. 30).

Sendo assim, recorreremos à EC para interrogar as(os) participantes sobre o que podem dizer de suas experiências no atendimento psicanalítico a pessoas negras. A Entrevista Clínica foi utilizada como orientação, de modo a seguir um ritmo de associação livre enquanto permitia abordar questões-chave que pudessem facilitar a abertura, ampliação e aprofundamento da fala. As perguntas buscavam interrogar sobre o percurso de formação, condução do processo analítico, direção do tratamento e manejo da transferência. O roteiro das ECs realizadas encontra-se em anexo. Minha decisão de conduzir as entrevistas clínicas pessoalmente seguiu a intenção de construir um espaço ocupado apenas por pessoas negras,

na aposta de que as(os) analistas e praticantes da psicanálise negras(os) poderiam falar diretamente com uma psicóloga analista também negra e integrante da comunidade psicanalítica, sobre uma prática comum a ambas(os), ainda que específica em sua execução, dado a singularidade do percurso de cada um(a).

Sendo assim, busquei construir um cenário propício para um diálogo aberto. Para realização das transcrições contei com o apoio de duas parcerias que assinaram termo de sigilo para preservação dos dados. Por fim, foi empreendida uma dinâmica de leitura minuciosa das entrevistas, dos registros em diário de campo e de referências bibliográficas que se articulam com as temáticas abordadas nas falas das(os) participantes.

Caracterização das(os) participantes

Tabela 1: Caracterização das(os) participantes

Participante	Gênero	Cadastro Nacional de Psicólogas(os)	Tempo de formação em Psicologia	Menciona vinculação a instituição psicanalítica
Amina	Feminino	Ativo CRP-RJ	30 anos	Sim
Kanuni	Feminino	Ativo CRP-ES	< 10 anos	Não
Nzinga	Feminino	Ativo CRP-PB	11 anos	Sim
Meekulu	Feminino	Ativo CRP-BA	6 anos	Sim
Shaka Zulu	Masculino	Ativo CRP-BA	> de 30 anos	Sim
Sundiata Keita	Masculino	Ativo CRP-SC	> de 20 anos	Sim

A escolha por entrevistar apenas psicólogas(os) negras(os) orientadas(os) pela Psicanálise advém dos debates presentes ao longo dos meus caminhos de formação e atuação nesta abordagem teórica. É uma opção que se justifica pela intenção de preservar um alinhamento à área de concentração de Psicologia do Desenvolvimento e à linha de pesquisa Contextos de desenvolvimento, clínica e saúde, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA. Desejamos que este trabalho consiga trazer contribuições que se somem significativamente aos estudos sobre os diferentes domínios de desenvolvimento das pessoas negras e que também permita aprofundar reflexões sobre a prática profissional das(os) psicólogas(os) na atenção à saúde mental das pessoas negras no Brasil. Sendo assim, consideramos que, conforme é destacado por Freud (1923/2011)

a suposição de que há processos mentais inconscientes, o reconhecimento da teoria da resistência e da repressão, a consideração da sexualidade e do complexo de Édipo são os principais conteúdos da psicanálise e os fundamentos de sua teoria, e quem não puder aceitá-los não deveria considerar-se um psicanalista (p. 292).

Portanto, considerando que seria necessário estabelecer quem seriam as(os) participantes que viriam a colaborar com esta pesquisa, encaramos o desafio de definir previamente quem seria considerada(o) como psicanalista e como praticante da psicanálise. Assim, levamos em consideração a ideia de que “é absolutamente desaconselhável empreender tratamentos psicanalíticos sem um treino rigoroso, e o médico que se aventura a

fazê-lo confiando apenas em seu diploma não tem mais competência do que um simples leigo” (Freud, 1926/2011, p. 295). Deste modo, entendemos que as(os) psicólogas(os) entrevistadas(os) deveriam ser apenas aquelas(es) que se nomeiam como psicanalistas, praticantes e/ou orientadas(os) pela psicanálise. O fato de mencionarem algum percurso de formação psicanalítica, sustentar uma prática clínica ancorada nesta abordagem e/ou serem reconhecidas(os) dentro da comunidade psicanalítica também foram considerados como elementos que demarcam uma afiliação à orientação psicanalítica.

O conjunto de participantes foi composto por dois homens e quatro mulheres de diferentes regiões do Brasil. Como forma de garantir a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas, foi necessário recorrer a utilização de nomes fictícios. As(os) seis entrevistadas(os) foram nomeados como *Amina*, *Sundiata Keita*, *Kanuni*, *Nzinga*, *Meekulu* e *Shaka Zulu*³¹. A escolha por nomes de reis e rainhas africanos responde à intenção de reconhecer a potência das falas apresentadas e afirmar como as(os) negras(os) inventam modos de atravessar a colonialidade e propõem novos rumos na diáspora. As(os) participantes foram convidados a informar como se autodeclaram racialmente e qual sua nacionalidade, e, eventualmente, informaram sobre a situação de seu registro junto ao CRP de sua região.

A partir da busca no Cadastro Nacional de Psicólogas(os)³² verificou-se que todas(os) as(os) entrevistadas(os) se encontram com cadastro ativo. Por atuarem nas regiões nordeste, sudeste e sul estão vinculadas(os) aos CRPs responsáveis pelos estados da Bahia, Paraíba, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. *Sundiata Keita*, *Nzinga*, *Amina*, *Meekulu* e

31 Amina foi uma rainha guerreira do Reino Hausa de Zazzau, região onde atualmente se localiza o norte da Nigéria. Ela se destacou por suas habilidades como estrategista militar, pois conduziu campanhas militares bem-sucedidas e teve papel significativo na defesa contra invasores externos, contribuindo para a expansão do reino e consolidação do poder entre seu povo. (Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/amina-de-zaria-c-1533-1583/>)

Sundiata Keita foi o fundador do Império Mali que se tornou peça central na história africana por unificar vários reinos em sua região e estabelecer um império grandemente poderoso. (Conrad, 2010)

Kanuni foi a rainha do povo Kwangali na região de Okavango, Namíbia, tendo sido a única mulher a deter essa posição suprema no nordeste da Namíbia no século XX, apesar dos esforços coloniais para masculinizar a liderança tradicional. (Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/kanuni-c-1900-1992/>)

Nzinga Mbandi foi soberana dos reinos de Congo e Matamba, na região onde atualmente se situa Angola. Também conhecida como Rainha Jinga, ela foi considerada uma heroína nacional e atualmente é reverenciada pelo papel crucial na luta contra a ocupação colonial portuguesa, sua memória possui caráter tanto político quanto religioso, e, geralmente, é associada à ideia de resistência cultural. (Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/nzinga-mbandi-1583-1663/>)

Meekulu, nome completo Mkwangombe Auguste Mkwahopo Immanuel, foi a primeira mulher recrutada pelo Exército de Libertação Popular da Namíbia (SWAPO); ela ficou conhecida como “grande mãe” pela intensa dedicação ao seu povo e por ter cuidado de crianças em campos de refugiados durante a luta pela independência da Namíbia. (Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/meekulo-mukwahepo-1937-2018/>)

Shaka Zulu foi um rei da nação Zulu, na África do Sul. Ele foi reconhecido por suas habilidades de liderança, assim como pelas inovações, reformas militares e administrativas. Sob seu comando o reino Zulu expandiu de tal modo que se tornou um império que se estendia pelo sudeste do continente africano. (Boahen, 2010)

32 Disponível em: <https://cadastro.cfp.org.br/>

Shaka Zulu mencionaram participação em instituições e/ou coletivos de psicanálise. Contudo, ainda que este vínculo com as instituições psicanalíticas não fosse explicitamente declarado, é possível identificá-lo, pela escolha de referências mencionadas e conceitos utilizados. Portanto, é possível afirmar que todas(os) as(os) participantes se situam numa psicanálise que está inscrita no campo lacaniano. Por fim, destacamos que devido a aspectos relativos ao percurso de formação e autorização, foram entrevistadas(os) tanto praticantes da psicanálise quanto psicanalistas, ou seja, acessamos profissionais que possuem um tempo diferente de formação, e que, portanto, se situam em pontos distintos de suas trajetórias profissionais.

DESENLACES DA INVESTIGAÇÃO

Para identificar operadores clínicos que considerem (a)o psicanalista, suas invenções e a singularidade de seu fazer, tomou-se um caminho que permitiu identificar os significantes privilegiados que respondem à questão de pesquisa e que se somam à proposição de conceitos psicanalíticos, de modo a permitir uma possibilidade de análise dos conteúdos que se apresentaram nas entrevistas. As entrevistas foram via de acesso para duas dimensões essenciais: as falas e os discursos que se revelam ao longo das interações com as(os) participantes e possuem temporalidade particular, trazendo elementos que dizem da relação sujeito-objeto.

Os discursos apresentados pelas(os) participantes nos deram pistas sobre o que se configura como entendimento teórico, técnico e ético acerca do *saber-fazer* da(o) psicanalista e praticante de psicanálise negra(o) na clínica psicanalítica com analisantes negras(os). A partir da leitura minuciosa do material produzido, foi possível operar uma análise significativa, que consistiu na identificação de significantes privilegiados que veiculam perspectivas singulares acerca do *saber-fazer* diante dos embaraços e desafios que surgem na clínica e/ou impulsionam as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise na direção de saídas criativas e invenções. Esta ferramenta se mostrou uma potente via para orientar os rumos na discussão que decorreu da produção de dados. Pois, conforme destaca Hook (2019)

dentro de qualquer rede discursiva ou “sistema de signos”, existem certos significantes privilegiados, o que Lacan inicialmente se referiu a “*points de capiton*” (1993), pontos nodais, que funcionam para “abaixar” o significado e assegurar a troca harmoniosa de significantes. Tais significantes são evidentes no nível da fala cotidiana, tipicamente como aqueles termos repetidos com frequência ou afetivamente carregados que funcionam para fundamentar um argumento ou significado. Esses significantes, paradoxalmente, assumem uma importância desproporcional em relação aos significantes circundantes. (...) Tais significantes desempenham um papel integrador, eles modulam os efeitos da legibilidade de um conjunto de elementos discursivos de outro modo indeterminado (p. 84).

Logo, entende-se que tais significantes podem se atrelar ao significante mestre tanto em sua função discursiva quanto em sua função psíquica. Assim, destacamos que nas falas das(os) entrevistadas(os) emergiram significantes que estão vinculados a representações que são substancialmente diferentes para pessoas negras, brancas ou pertencentes a outros grupos étnico-raciais. Tais significantes remetem a temas específicos que, assim como conduzem a uma discussão acerca da questão de pesquisa, também podem abrir caminho para novos debates.

Formação da(o) analista racializada(o)

Dentro desta temática se localizam os fragmentos das entrevistas em torno do que se nomeia como formação. Por considerar que as estruturas de poder e dominação não são alheias às psicanálises praticadas nos consultórios, foi possível notar que as(os) entrevistadas(os) associaram o significante formação às noções de engajamento, dedicação, investimento, responsabilidade, seriedade, compromisso, tempo, ausência, caminhos e barreiras. Todas(os) entrevistadas(os) se mostraram confortáveis e dispostas(os) para responder às questões colocadas. Em geral, suas falas indicaram como se faz essencial observar as engrenagens que sustentam as articulações entre raça, gênero e classe para compreender as relações raciais no Brasil e também transmitiram aspectos que demarcam as singularidades no letramento racial. Na história particular de cada um, diferentes portas de entrada permitiram o início de um entendimento de si mesma(o) como pessoa negra e um estudo sobre as relações raciais. Contudo, nota-se que, em geral, o ponto de partida para o aprofundamento nestas questões aparece de modo associado a fragmentos de memória que se mostram presentes em relatos de episódios cotidianos, onde foi preciso se haver com as experiências de heteroidentificação racial, as próprias dinâmicas de questionamento acerca da autodeclaração racial e os caminhos de entendimento sobre as identidades raciais que foram se formando.

Tendo em vista as especificidades na formação das(os) psicanalistas, é possível notar que as falas apresentam uma ênfase sobre elementos específicos que situam – e dão um lugar de evidência para – a noção de que a formação se dá a partir do tripé composto por análise pessoal, supervisão e estudo teórico, tendo como elementos cruciais para sua sustentação a construção de laços de trabalho com os *(im) pares* da comunidade psicanalítica e o atravessamento de um percurso que conduza ao letramento racial. Por compreendermos que o letramento racial é condição necessária, mas não suficiente, para uma clínica antirracista, vemos no trabalho de Lia Schucman (2012) que o conceito de *Racial Literacy*, foi apresentado pela antropóloga France Winddance Twine no início dos anos 2000, serve para aprofundar o debate sobre como as pessoas brancas obtêm um campo de entendimento aprofundado sobre as dinâmicas raciais nas quais estão imersas, seus privilégios e os mecanismos de manutenção desta estrutura. No entanto, este trabalho também demarca que a noção de *Racial Literacy* envolve a compreensão acerca da necessidade de um percurso de aprendizado sobre as identidades raciais e relações interraciais, assim como das dinâmicas sociais atreladas à noção de raça e ao racismo. Logo, conforme Schucman (2012), para

pensar o contexto brasileiro, podemos considerar que a tradução literal deste conceito como “alfabetização racial” (p. 103) pode ser substituída pela ideia de letramento racial que comporta um sentido semelhante e, ao mesmo tempo, está mais associado à noção de conhecimento.

É possível identificar que as falas das pessoas entrevistadas dialogam diretamente com esta perspectiva, revelando um campo de entendimento comum sobre os percursos de tomada de consciência sobre as relações raciais e a própria racialidade. Deste modo, nota-se que, ainda que as falas de Nzinga e Sundiata Keita sejam as que colocaram maior ênfase nesta questão, há um aparente consenso entre as(os) entrevistadas(os) no que tange à percepção de que as(os) analistas e praticantes de análise negras(os) – e não negras(os) – precisam se haver com sua racialidade em seus próprios percursos de análise para que possam conduzir a análise de pessoas negras no Brasil. Sendo assim, vemos que Nzinga³³ enfatiza como “pensar raça fez mudar completamente a escuta na clínica, inclusive de coisas que já estavam postas”. De acordo com sua experiência pessoal e profissional compreende que “o letramento racial rompe um tiquinho a ignorância”. Pois, de alguma forma, desvela até aquilo que insistimos em não querer ver.

O ponto de vista transmitido por Nzinga foi complementado com a percepção de que “no *setting* por muito tempo eu violencei os sujeitos por não escutar isso e também fui violentade nesse espaço”. Em sua fala, também apresenta a noção de que “ter esse letramento racial é poder colocar em certa medida o gozo no simbólico, poder dar nome, dar nome a isso. Porque às vezes o sujeito é pura angústia, é atravessado por questões de racialidade e não consegue entender”. Nota-se então, nesta entrevista, que a formação de Nzinga foi influenciada por uma busca pessoal para aprofundar o entendimento sobre as questões raciais, suas leituras e implicações dentro do campo da psicanálise. Seu relato evidencia que, desde cedo, sentiu a necessidade de entender as relações raciais no Brasil e como essas relações influenciam a saúde mental das pessoas negras. Contudo, sua formação acadêmica não abarcou com profundidade as discussões sobre racialidade, o que a levou a buscar conhecimento de forma independente e a trilhar seu percurso de letramento racial a partir de experiências sociais, estudos autônomos e de seu percurso de análise pessoal. Conforme apresentado anteriormente, a análise pessoal é parte essencial do percurso de formação das(os) psicanalistas e praticantes de psicanálise.

Descrevendo uma trajetória semelhante, Sundiata Keita afirma seu entendimento de que “no *setting* analítico com pessoas negras só é possível escutar porque eu parto desse

33 As frases entre aspas são fragmentos de falas das pessoas entrevistadas. Optamos por este modo de apresentação para manter a fluidez do texto, evitando trechos longos e quebra de frases.

princípio, do processo analítico, de também ter revisado e repassado as experiências de racismo, e o preço que eu pago por ser uma pessoa negra no Brasil, por ser uma pessoa negra numa sociedade racista”. Sua fala defende a ideia de que a análise do próprio analista é fundamental para ele conseguir escutar as questões do sujeito que passam pelas questões raciais. As falas de Sundiata Keita corroboram esta compreensão e enfatizam que não há exceção a esta regra. Logo, independentemente do grupo racial, ou de qualquer outro elemento, o dispositivo analítico deverá fazer parte da experiência pessoal daqueles que se dispõem a ocupar este lugar. Sendo assim, de acordo com Sundiata Keita, “a gente poderá encontrar sujeitos negros que, em função de não terem investido numa formação analítica a sério, no tripé proposto para a formação do analista, de análise pessoal a longo tempo, supervisão e estudo permanente, ele possa também não conseguir acessar questões necessárias de sustentação do processo analítico”. Sendo assim, evidencia-se uma defesa da perspectiva de que levar a sério um percurso de análise e chegar a seu termo é aspecto essencial para a formação das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise e, portanto, deve estar conjugada com a sustentação de um percurso de letramento racial, visto que ele traz importantes ferramentas que podem colaborar com a construção de meios para lidar com os atravessamentos e repercussões subjetivas das dinâmicas de racialização.

Na entrevista com Amina também surgiram falas sobre as lacunas na formação no que se refere às questões raciais. Observou que durante sua trajetória acadêmica, pouco se discutia sobre o impacto do racismo na saúde mental. A partir de suas inquietações, foi necessário empreender um percurso de estudos complementares focados em história e cultura afro-brasileira, além de buscar modos de acessar conhecimentos sobre epistemologias africanas, afro-diaspóricas e afro-brasileiras. De acordo com a fala de Amina, o movimento de expandir o campo de interesse, buscando novos referenciais, é elemento crucial para operar uma clínica psicanalítica que aborda o sofrimento psíquico decorrente do racismo.

Nesta entrevista também foi mencionada a integração dos referenciais clássicos da psicanálise com os trabalhos de autoras negras brasileiras, como Neusa Souza e Lélia Gonzalez, a fim de proporcionar um atendimento mais contextualizado e eficaz para as pessoas negras. Para Amina, a conscientização sobre as relações raciais e a análise pessoal das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise são elementos essenciais para reconhecer e intervir diante dos impactos do racismo na saúde mental das(os) analisantes. Suas falas enfatizam a importância do letramento racial para a clínica psicanalítica no Brasil, por considerar que é uma experiência que pode contribuir para uma escuta qualificada e sensível às experiências das pessoas independentemente de seu grupo racial. Amina relata que ela

passou a notar a chegada de pessoas negras em sua clínica, e, “a partir das questões que se apresentavam no *setting* com pessoas negras, começou a percorrer as minhas lembranças, das minhas memórias. Na minha análise pessoal isso se tornou também, talvez, um tema mais estruturado”. Sendo assim, observa como, em sua trajetória, “a clínica me convocou a revisitar essas questões de forma mais estruturada, eu acho, e de forma mais frequente”. Experiências semelhantes foram relatadas por aqueles participantes que enfatizaram os atravessamentos particulares que os laços sociais produziram no modo como se constituíram enquanto sujeito e psicanalista.

Corroborando esta perspectiva, Shaka Zulu enfatizou que, conforme seu entendimento “nós, enquanto profissionais negros, precisamos nos fortalecer para lidar com esse preconceito e não nos deixar abatermos por isso, e enfrentar, na medida do possível. [...] sabendo de que ali é algo mais além de que apenas um preconceito a você, mas é esse discurso da branquitude, de como se você não pudesse ter profissionais capacitados e negros”. Os modos como cada pessoa pode vir a construir essa via de fortalecimento são ponderados a partir de diferentes elementos. Entretanto, nota-se que há um predomínio de duas perspectivas gerais: uma que enfatiza processos coletivos de fortalecimento psíquico, como o aquilombamento enquanto reorientação ética; e outra que lança uma aposta maior no investimento em dinâmicas de auto-defesa, por considerar que elas poderiam contribuir significativamente para um fortalecimento pessoal e, em alguns casos, chegaria a blindar o sujeito das repercussões do racismo. As ideias que carregam a noção de que haveria uma espécie de blindagem das pessoas negras por conta de sua condição socioeconômica, papel social, profissão e/ou ou fenótipo³⁴, são frequentemente criticadas por autores que dialogam com a Teoria Racial Crítica e com os movimentos sociais organizados. Acerca desta questão, Shaka Zulu destaca como “não me deixei abater em lugar nenhum que fiz minha formação escolar ou universitária em função de ser negro; eu me colocava como uma outra pessoa qualquer ali, independente da minha cor, o que importava pra mim era o que eu conhecia e queria conhecer. E os laços que eu queria estabelecer, fosse com branco, preto amarelo”.

34 Por compreender que a divisão entre pretos e pardos é uma artimanha da colonialidade, enfatizamos que esta cisão ajuda a evitar a organização política. Portanto, destacamos que no Brasil o racismo é um dado estruturante das relações. Assim, as diferenças nas interações sociais que se dão a partir de características fenotípicas são distintas para pessoas pretas e pardas. Deste modo, vemos que, particularmente entre as pessoas pardas, devido a maior presença de traços fenotípicos miscigenados e menor presença de traços negroides, se faz presente a ideia de que é possível recorrer a artifícios que venham a conferir uma passabilidade entre pessoas brancas. Ou seja, as pessoas pardas geralmente são instruídas a lidar com sua negritude de modo a evitar serem reconhecidas *a priori* como parte da população negra. Logo, é comum que as experiências destas pessoas envolvam a tentativa de apagamento e/ou negação de traços fenotípicos, assim como de referenciais culturais, políticos e estéticos.

O modo como as pessoas negras se colocam diante do mundo branco é constantemente problematizado e costuma seguir caminhos que foram transmitidos por ensinamentos de seus ancestrais, familiares e do conjunto de pares. Sendo assim, conforme é enfatizado por Nogueira (1998/2021), a experiência das pessoas negras no Brasil comporta em si uma marca de singularidade, pois elas se confrontam, desde os primórdios de suas existências (o que inclui momentos anteriores ao nascimento), com as tensões em torno da construção da imagem de si que se baliza pelos elementos e contradições presentes entre os desejos transmitidos pelos pais e as dinâmicas que se apresentam nos demais laços sociais.

Para Gonzalez (1983/2020), há um modo singular de constituição do racismo no Brasil que leva as dinâmicas de racialização a terem sua interpretação determinada pelo “lugar em que nos situamos” (p. 76). Sendo assim, enquanto no Brasil os aspectos fenotípicos e socioeconômicos se mostram essenciais para a leitura racial que se faz de cada pessoa, em outros territórios, como nos Estados Unidos da América (EUA), que também se caracteriza por ser uma sociedade multi-racial, temos uma leitura racial que geralmente se pauta nos aspectos que são atribuídos às diferentes origens étnico-raciais. Conforme hooks (2019), o processo de construção da nação norte-americana deixou marcas históricas que seguem presentes no imaginário das pessoas. Assim, ainda é possível identificar a circulação das narrativas que contam como

os africanos que se aventuraram para o “novo mundo” antes de Colombo reconheceram seu destino comum com os povos nativos que lhe deram abrigo e um lugar para descansar. Não vieram para comandar, tomar, dominar ou colonizar. Não ansiavam por cortar seus laços com a memória; não haviam esquecido seus ancestrais. Esses exploradores africanos voltaram para casa pacificamente depois de um tempo de comunhão com os americanos nativos. (p. 315)

Esta perspectiva da história traz contornos muito diferentes dos que se apresentam nas narrativas históricas sobre a chegada de africanas(os) em nosso território, visto que a violência colonial, por meio do processo de escravização e migração forçada, foi a ferramenta que garantiu o contato entre os diferentes grupos étnicos no Brasil. Ao se referir às dinâmicas psíquicas que se impõem às pessoas negras que vivem em territórios atravessados pela colonialidade, Fanon (1952/2008) ressalta que “o problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições” (p. 84). Portanto, há de se levar em conta que

Todas as formas de exploração se parecem. Todas elas procuram sua necessidade em algum decreto bíblico. Todas as formas de exploração são idênticas pois todas elas são

aplicadas a um mesmo “objeto”: o homem. Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascara-se o problema capital, fundamental, que é repor o homem no seu lugar. O racismo colonial não difere dos outros racismos. (Fanon, 1952/2008, p. 87)

Sendo assim, independentemente dos aspectos que singularizam as relações entre pessoas brancas e negra em cada território, precisamos atentar como a manutenção da existência de um mito negro permite a recusa da humanidade das pessoas negras por meio da associação de suas existências a grupos não-humanos como os macacos. Fanon (1952/2008) afirmou a necessidade de demolir este conjunto de ideias que veicula a noção de que as pessoas negras são inferiores intelectual, estética e culturalmente em relação às pessoas brancas por compreender que “a inferiorização é o correlativo nativo da supervalorização européia” (p. 90), e, portanto, “é o racista que cria o inferiorizado” (p. 90). Os dispositivos que garantem a preservação destas representações depreciativas sobre o povo negro são amplamente debatidos por diversos autores.

O compromisso com o movimento de fazer cair o mito negro, que consiste na ideia de que “os pretos são selvagens, estúpidos, analfabetos” (Fanon, 1952/2008, p. 109), também esteve presente nas falas acerca das trajetórias pessoais de reelaboração dos referenciais familiares e dos signos associados à negritude, que são socialmente compartilhados pelas(os) entrevistadas(os). A manutenção desse mito se faz cotidianamente na sociedade por diversos mecanismos, sendo sustentada por um conjunto de estereótipos e preconceitos que são perpetuados por instituições e pela cultura dominante. Para Fanon (1952/2008), esses estereótipos não cumprem só o papel de desumanizar as pessoas negras, mas também de reforçar a hierarquia racial, para que os negros sejam constantemente vistos através de lentes distorcidas e negativas. Corroborando esta perspectiva, Souza (1983/2021) aponta que o mito negro é alimentado pelas representações sociais que associam a negritude a características negativas, como a criminalidade e a falta de capacidade intelectual. De acordo com este olhar, o racismo estrutural, a valorização da ideologia do embranquecimento e a manutenção de uma dinâmica de exclusão social e econômica ajudam a manter esse mito em operação. Entretanto, nas entrevistas também se destaca o fato de que os laços familiares aparecem como referências cruciais para a instituição de um olhar sobre si como pessoa negra(o), o que pode convocar a uma experiência paradoxal onde tanto se pode potencializar a construção de uma auto-imagem positiva, quanto se pode corroborar crenças pejorativas e auto-depreciativas sobre a negritude. A direção que vai orientar tais caminhos geralmente é dada a partir do letramento racial das pessoas que integram cada família, do contexto social no qual elas se inserem e das preferências individuais de cada sujeito.

Assim, vemos nas falas de Meekulu como sua vivência acadêmica foi marcada por experiências de transição no modo como foi se entendendo enquanto pessoa negra. Em seu relato conta que “cheguei na faculdade com cabelo de chapinha, cabelo liso, e eu nunca tinha parado pra pensar em questões raciais, até porque as pessoas me diziam que eu era branca, né? Minha mãe é preta retinta, meu pai pardo, meus irmãos, um é mais retinto e outro um pouquinho mais escuro e eu sou a mais clara, então eu passei uma vida acreditando que eu era uma pessoa branca. E as pessoas diziam pra mim, você é uma negra bonita, tem traços de brancos [...]. E meus pais não queriam, minha mãe preta retinta, meu pai branco não queria que eu casasse com meu marido, dizia que eu tinha que clarear a família”. Meekulu também aponta como notou a ausência de discussões sobre racialidade ao longo da formação em Psicologia, o que influenciou para que iniciasse seu percurso rumo à construção de uma formação complementar e o desenvolvimento de um letramento racial. Suas falas indicam que a conexão com coletivos de mulheres negras e com o movimento negro foi essencial para entender melhor as dinâmicas raciais e como elas afetam a saúde mental das pessoas negras no Brasil, e enfatizam que esse processo foi fundamental para que pudesse integrar a perspectiva racial em sua prática clínica.

Vale destacar que, além de compreender o que se impõe às pessoas negras, as(os) entrevistadas(os) também pontuaram a importância de aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas de racialização das pessoas brancas, tomando este aspecto como elemento essencial para que se opere uma desconstrução das dinâmicas de privilégio e uma reformulação dos modos de interação entre os distintos grupos raciais. Sobre isso, Nzinga destaca que já escutou de analisantes brancas(os) e negras(os) a afirmação de que foram até ela por ser uma pessoa negra, o que chama sua atenção é que “às vezes nem necessariamente é uma pessoa negra. [...] já escutei isso de uma paciente que vinha de um lugar social periférico e entendia que uma analista negra conseguiria escutar ela diferente de uma analista branca. Ela fazia essa fantasia, você é pobre como eu”.

Portanto, compreendemos que a identidade racial da(o) analista e o ponto em que se situa quanto a seu percurso de letramento racial se constituem como elementos cruciais que não podem ser desconsiderados dentro dos espaços de formação, visto que as falas das(os) participantes reafirmam a ideia de que a trajetória adotada na formação das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise e em seu letramento racial repercute na escuta clínica que cada um consegue sustentar. Logo, entendemos que a ausência de formação e letramento racial geralmente se mostra associada à impossibilidade de escutar, não só determinados grupos sociais, mas também alguns significantes específicos – especialmente aqueles que carregam

uma origem etimológica desconhecida por pertencer a um referencial afro-diaspórico. Miriam Debieux Rosa (2015) aborda as resistências em psicanálise e aponta que

a resistência à escuta é do analista, pois, para o analisante, é necessário que ele cumpra com a regra fundamental da psicanálise, bastando somente que ele fale tudo o que lhe vem à mente sem censuras. Daí em diante, para que haja análise tem que haver escuta. Ou seja, que o analista ocupe o seu lugar, que deve ser o de escuta. Essa resistência nos aflige, uma vez que diz claramente que o fundamental está na escuta e não nas limitações imaginárias do paciente. Converte com os testemunhos de pessoas que voltam de conflitos relacionados à guerra e a outras situações dramáticas, as quais afirmam não poderem falar, pois não há quem se disponha a escutar. (p. 90)

Ao se dedicar à discussão sobre o atendimento clínico de pessoas migrantes e refugiadas, esta autora também pôde identificar a existência de resistências que envolvem as diferenças de classe e o estranhamento diante de expressões étnicas e culturais. Rosa (2015) enfatiza que “há no analista uma resistência de classe na escuta clínica. [...] A escuta só torna-se possível se é rompido o pacto do grupo social que os exclui — fora disto não há escuta, mas relação de subordinação entre classes sociais” (p. 25). As experiências de supervisão com profissionais que oferecem suporte a esta população e a observação das expressões de choque apresentadas por pessoas pertencentes às classes médias diante das situações de miserabilidade, violência, desamparo, dor e humilhação a que este grupo é constantemente submetido permitiram que esta autora tivesse acesso a muitos exemplos que confirmam sua perspectiva. Portanto, corroborando este olhar, compreendemos que a discussão acerca das resistências que podem surgir por parte dos psicanalistas e praticantes de psicanálise na clínica com pessoas negras deve levar em conta o grupo de pertença com o qual cada profissional se identifica e seu percurso de letramento racial.

Ademais, também visualizamos as resistências da comunidade científica, como é apontado por Freud (1912b/2010) em sua observação sobre como as viradas epistemológicas geram resistência, pois

No decorrer dos tempos, a humanidade teve de tolerar dois grandes insultos a seu ingênuo amor-próprio, por parte da ciência. [...] quando descobriu que nossa Terra não é o centro do universo, e sim uma ínfima partícula de um sistema cósmico cuja grandeza mal se pode imaginar. [...] quando a pesquisa biológica aniquilou a suposta prerrogativa humana da criação, remetendo a descendência dos homens ao reino animal e apontando o caráter indelével de sua natureza animalesca. [...] a mania de grandeza humana deve sofrer pesquisa psicológica atual, que busca provar ao Eu que ele não é nem mesmo senhor de sua própria casa, mas tem de satisfazer-se com parcas notícias do que se passa inconscientemente na sua psique. [...] Nós, psicanalistas, não fomos os primeiros nem os

últimos a exortar ao autoexame, mas parece que cabe a nós defendê-lo com a máxima insistência e sustentá-lo como material empírico ao alcance de todos (pp. 380-381)

Atualmente, em nosso caso, vemos uma resistência de parte da comunidade psicanalítica que se recusa a acolher os argumentos sobre como as dinâmicas raciais repercutem nas relações de poder, nos padrões de dominação global, implicando, conseqüentemente, as dimensões sociopolíticas do sofrimento psíquico. Sendo assim, é importante questionar porque localizamos um reduzido número de publicações sobre a clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil, em comparação com a imensa quantidade de materiais que compõem o campo de conhecimentos psicanalíticos sobre a subjetivação e socialização das pessoas sem levar em conta os atravessamentos raciais?

Uma das falas de Amina desenvolve esta questão, pois mencionou que “tanto Freud quanto Lacan foram sujeitos de suas épocas. Portanto com os debates que a sociedade apresentava. Porque é claro que eles eram inquietados e provocados pelos movimentos que aconteciam na sociedade, pelos que os circulavam também. Então, embora a gente saiba que as discussões sobre o antissemitismo não resolve as discussões sobre racismo, a gente não pode fazer uma transposição direta. Mas eu entendo que elas trazem indicativos importantes e sinalizações importantes. [...] indicativos sobre a necessidade de discutir essa forma de exclusão. Por exemplo, o racismo, Freud já traz na obra dele. O que me causa espanto, desde sempre e ainda eu não aquiete essa inquietação, porque eu até sei mas não paro de perguntar, por que os textos foram lidos por tantos anos por mim e pelos meus colegas e a discussão foi invisibilizada?”

Cida Bento (2022) traz respostas para tais questionamentos ao observar que a complexa relação que se estabelece entre pessoas brancas(os) e negras(os) no Brasil é marcada por uma dinâmica problemática. De acordo com a perspectiva apresentada por esta autora, podemos reconhecer como

Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas. [...] É possível identificar a existência de um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta. Assim é que a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito do seu grupo, ou seja, como se não tivesse nada a ver com os atos anti-humanitários cometidos. (p. 23)

Sendo assim, concordamos com esta perspectiva e identificamos este argumento na fala de Nzinga quando afirma que “a própria epistemologia da psicanálise dá conta de trabalhar o racismo. O problema é que os analistas não conseguiram ler isso em Freud, não conseguiram ler isso em Lacan. E quando leem muitas vezes, ô meu deus, às vezes eu tenho tanta raiva... às vezes eu tenho tanta raiva de algumas discussões e tudo mais assim. Então eu acho que Freud e Lacan, o clássico. [...] eles nos dão indicadores clínicos norteadores pra trabalhar a questão racial. Mas há algo disso que o racismo à brasileira produz, de uma ignorância absurda, que todo mundo sabe que tem racismo, mas ninguém assume o racismo, não é uma possibilidade de responsabilização por esse racismo. Acaba impossibilitando o trabalho disso nas análises”.

Coadunando com esta visão, também visualizamos a defesa da noção de que a condução da escuta operada pela(o) analista – tanto na clínica com pessoas negras(os) quanto com não negras(os) – não pode ser indiferente à raça da(o) analisante e da(o) própria(o) analista ou praticante de psicanálise, assim como não pode estar alheia às dimensões sócio-histórico-culturais que conformam a identidade racial no seu território de atuação. De acordo com as(os) entrevistadas(os), os laços com autores negras(os), a presença de colegas negras(os) nos espaços de formação e a aproximação de movimentos sociais organizados compõem o percurso de formação que as(os) habilita para a prática clínica. Estes elementos foram apresentados como cruciais para uma ampliação da compreensão acerca de si mesma(o) enquanto pessoa negra, das dinâmicas raciais vivenciadas no cotidiano e do que pode vir a repercutir na atuação profissional como psicóloga(o) clínica(o).

Ao longo do aprofundamento nesta temática, as(os) participantes se viram face a novos questionamentos e lançaram interrogações para a epistemologia da clínica que vinham praticando. Destacaram como buscam reconhecer e atravessar suas limitações e fizeram menção ao que percebem de sua atuação clínica antes do percurso de letramento racial. Nzinga destaca que “atuava com um ouvido extremamente incapaz de sacar as sutilezas”, e só foi identificando os diversos aspectos que passavam despercebidos – e que posteriormente puderam ser levados para discussões clínicas –, ao longo de seu percurso de formação como psicanalista e de seu entendimento sobre si como pessoa negra. Kanuni mencionou a utilização do conceito de Sankofa³⁵ na clínica psicanalítica por reconhecer que em sua atuação se coloca “disponível a visitar o passado, no tempo presente, tentando modificar o

35 O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Ele transmite uma mensagem acerca da importância de olhar para o passado para entender e construir o futuro. Este conceito é frequentemente representado por um símbolo visual que faz menção a uma ave com a cabeça voltada para trás, pegando algo com o bico.

futuro”. Sua fala fez destaque à ideia de que esta aposta vem permitindo – a si mesma e a seus analisantes negras(os) – “um processo de ressignificação do futuro que se faz de dentro e de fora”.

Sendo assim, as(os) falas das(os) participantes convergiram na compreensão de que levar uma análise ao fim pode permitir ao sujeito se metamorfosear, posto que é uma experiência que torna possível ao sujeito seguir com suas marcas, situando-as em novas dinâmicas que permitem reduzir o modo como geram dor, impedem de amar e de trabalhar. Contudo, podemos enquadrar a experiência de contato das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise negras(os) e das(os) analisantes negras(os) na clínica como um encontro que é contingente. Buscando apoio na noção de pontos de junção, temos em vista que algo de um lado – da(o) analista negra(o) – e de outro – da(o) analisante negra(o) –, permite que uma análise se dê. Esse movimento de dobradiça se faz ver na construção da transferência, na entrada em análise, na passagem de analisante a analista e também na produção da(o) analista racializada(o).

Por fim, destaca-se o papel central de uma supervisão racializada, em especial em trabalhos com equipes de saúde mental no Brasil. Pois, as experiências de supervisão também foram mencionadas pelas(os) entrevistadas(os) como sendo um aspecto relevante para a formação e por ser atravessada pelas dinâmicas de racialização. A fala de Nzinga problematiza o modo como algumas pessoas buscam seu serviço de supervisão, pois é comum escutar frases como: “– Eu vim pra você porque eu acho que esse paciente tá discutindo racismo e eu não dou conta desse assunto; – Eu posso fazer essa intervenção? Porque eu to achando que isso é meu”.

Estes e outros exemplos indicam que, quando diante de supervisores negras(os) com letramento racial, se apresentam vias potenciais para a ampliação das possibilidades de escuta das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise brasileiras(os). Porém, quando levados para supervisores sem letramento racial, podem corresponder a cenários onde se apresentam tensões, silenciamentos e/ou violências raciais. É o que vemos na fala de Nzinga que compartilha o relato de um paciente negro sobre sua supervisora, pois, chamou sua atenção a sinalização de que “ele não tava entendendo porque ele não tava conseguindo mais ir pra supervisão. E aí eu perguntei o que tem acontecido, né. E aí ele falou que a supervisora tinha dito que essa história de racismo é mimimi”.

Conforme já discutido, a negação de violências e tensões raciais é uma estratégia comum de silenciamento que se impõe às pessoas negras desde o período da colonização. Van Dijk (1992) discute o papel proeminente da negação do racismo nas sociedades

contemporâneas, ele afirma que existem várias estratégias e tipos de negação. Estas estratégias de negação se manifestam tanto na formação de percepções interpessoais quanto no contexto sócio-político relacionado à gestão de minorias e imigração. No entanto, é importante reconhecer que existem diversas formas de negação que podem ser identificadas em conversas cotidianas, reportagens e discussões parlamentares. Essas formas incluem renúncia, mitigação, eufemismo, desculpas, culpabilização da vítima, inversão, entre outros mecanismos de defesa, bem como a manutenção da face e a apresentação positiva de si mesmo em discursos negativos sobre a população negra. Logo, consideramos que, conforme foi apontado por Gonzalez e Hasenbalg (1982), “o racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor” (p. 69). Consequentemente, as dinâmicas racistas de negação podem se fazer presentes em quaisquer interações, não deixando de se fazer ver no *setting* clínico e nas experiências de supervisão. Pois, a negação pode ser usada como uma forma de evitar enfrentar a realidade das relações raciais e da opressão, ela pode se manifestar através da minimização ou invisibilização dos problemas enfrentados pelas pessoas negras, também pode se manifestar por meio da evitação do problema racial por parte dos grupos hegemônicos, na assimilação forçada de referenciais que representam a branquitude e no apagamento cultural da população negra. Nesse contexto, a negação geralmente serve a função de preservação da ordem social existente devido a consequente minimização da percepção de desigualdade e injustiça, desse modo pode exercer um impacto profundo tanto no nível psicológico quanto no social, pois influencia a maneira como as pessoas e grupos percebem e respondem às suas próprias experiências e às dos outros.

Nogueira (1998/2021) nos indica que a supervisão é um espaço crucial para a formação profissional e pessoal das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise. De acordo com sua perspectiva, a supervisão pode ser um momento de reflexão e análise crítica onde os sujeitos podem explorar e compreender melhor suas próprias intervenções e a dinâmica transferencial que ocorre na prática clínica. Neste espaço de aprendizado, a relação com aquele(a) que ocupa a função de supervisor(a) pode refletir e amplificar questões que também se mostram presentes na relação das(os) analistas com seus analisantes. Também é comum que apareçam desafios, como o risco de repetição dos padrões relacionais ou a dificuldade em lidar com questões específicas. Assim, compreende-se que as relações construídas nas experiências de supervisão devem permitir a abertura para o confronto e o questionamento, assim como para processos de acolhimento, de modo a criar um espaço seguro e acolhedor

para que as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise possam expor e explorar suas dúvidas e dificuldades, potencializando, assim, a formação e o desenvolvimento pessoal.

Ao fundar sua Escola, Lacan (1964/2003) apresentou a ideia de que

os problemas urgentes a serem formulados sobre todas as questões da didática encontrarão aqui [*na supervisão*] meios de ter seu caminho aberto por um confronto contínuo entre pessoas que tenham a experiência da didática e candidatos em formação. (...) É no interior desse problema e como um caso particular que deve situar-se o problema da entrada em supervisão. Prelúdio para que se defina esse caso com base em critérios outros que *não a impressão de todos e o preconceito de cada um* (p. 236, adendo e grifo meu).

Logo, conforme a proposta lacaniana de formação psicanalítica, a experiência de supervisão faz parte da formação da(o) analista e seu momento de início é contingente às dinâmicas particulares no percurso, podendo estar direcionada à Escola, por ser a instituição imbuída de zelar pela formação.

Por fim, destacamos que as(os) pessoas entrevistadas também enfatizaram que suas perspectivas não se opõem à compreensão de que as(os) analistas e praticantes de psicanálise não negras(os) que concluem sua análise, realizam sua formação com rigor e caminham com seriedade em seu percurso de letramento racial podem conduzir adequadamente a escuta de pessoas negras. Sendo assim, é possível afirmar que independentemente do grupo racial ao qual pertence cada analista e praticante de psicanálise, é a sua formação (sustentado no tripé composto por análise pessoal, supervisão e estudo teórico) e o seu letramento racial que permitirão a oferta de um trabalho adequado.

Portanto, temos um compartilhamento da a ideia de que os caminhos de formação das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise exigem passos em comum que são dados de modo particular por cada pessoa, posto que envolvem as experiências de análise pessoal, leitura teórica, supervisão, e, em muitos casos, um direcionamento à Escola – que pode ser compreendido como o laço construído a partir da transferência de trabalho com a comunidade psicanalítica e/ou com instituições específicas.

Orientação da escuta psicanalítica

A escolha por nomear esta seção a partir do significante orientação (que foi utilizado com uma grafia que remete à aglutinação com o termo *Orí*³⁶), revela em si mesma o movimento de atijamento das tentativas de aproximação, afastamento, tensões e torções teóricas – que também podem ser de ordem linguística – que se fazem presentes nos debates sobre as relações raciais que são propostos pela Teoria Racial Crítica e pelos estudos decoloniais. Esta opção se deve ao fato de que as falas das(os) entrevistadas(os) também apresentaram tais movimentos, principalmente quando se mostram conectadas a ideias que carregam as noções de preservação do rigor teórico, manejo da transferência e quando dizem das formas como cada um(a) busca se posicionar (ou não) frente aos impactos trazidos pelas dinâmicas raciais na condução da clínica psicanalítica.

De acordo com a definição lexical, o termo orientação refere-se a “ato ou efeito de orientar ou de se orientar; determinação da posição de algo ou alguém [...]; lado para onde algo ou alguém se movimenta ou se vira” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2024). Porém, quando consideramos que é um significante que pode carregar diferentes sentidos, torna-se essencial discutir o contexto de sua utilização. É comum que este significante seja utilizado de modo a carregar ideias distintas – como quando é empregado para identificar uma orientação sexual, fornecer instrução ou aconselhamento, dizer do alinhamento a determinados princípios ou valores, ou, ainda, para apontar preferência, inclinação ou predisposição a algo. A temática denominada de *orientação* se destacou na fala das(os) entrevistadas(os) de modo associado à ideia de adesão à teoria psicanalítica enquanto orientação teórica. Pois, quando as(os) psicólogas(os) se dizem orientadas(os) por uma determinada abordagem teórica agem de modo a demarcar um contorno, circunscrevendo o conjunto de sentidos que compõem suas vias de entendimento sobre o mundo e os fenômenos que o compõem, assim como sobre suas possibilidades de atuação e intervenção profissional, conforme foi mencionado por Amina ao falar sobre sua formação em Psicologia. Em seu relato, ela diz que “a teoria que orienta minha prática é a psicanálise. Então o debate sobre identidade é um debate muito sensível na psicanálise. E apesar de eu também, enquanto psicanalista, não praticar uma escuta a partir de uma perspectiva identitária, a minha escuta ela passa um pouco sim por um início de identidade”.

36 De Jagun (2018) destaca que o termo *Orí* se refere a uma divindade que, segundo a cultura iorubá, está associada à criação das cabeças. É uma entidade que está imbuída da dimensão que tange aos campos dos “sentidos, da inteligência, da memória, do consciente e do inconsciente. (...) A cabeça é capaz de produzir, então, uma representação metafórica muito mais abrangente” (p. 25). A escolha por recorrer a este significante se deve ao fato de que dentre tantos sentidos que abriga, há um que se refere à dimensão psíquica, que também é campo de estudo da Psicologia e da Psicanálise.

Sendo assim, compreendemos que segundo a perspectiva de Amina, a orientação teórica vai permitir diferentes possibilidades de escuta, e as leituras que o sujeito for adquirindo em seu percurso de letramento racial podem se associar aos entendimentos teóricos e repercutir em seu manejo clínico.

A discussão sobre orientação também apareceu em conexão com a noção de direção do tratamento – tanto no que tange aos percursos pessoais de análise, quanto aos caminhos pelos quais as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise negras(os) conduzem suas práticas na clínica e lidam com os percalços que se evidenciam na condução dos casos de seus analisantes. Sobre isso, Shaka Zulu destaca que, com frequência, no atendimento de analisantes negras(os), busca questionar “quando é uma questão social? É uma discriminação? Ou realmente tem algo aqui de uma outra ordem? [...] Eu preciso enquanto profissional saber disso”. Em perspectiva semelhante, Meekulu conta como “hoje a minha clínica é majoritariamente de pessoas pretas. Quando chegam as brancas eu fico até assim: – Meu deus, e agora? Como é que vou trabalhar aqui?” Na entrevista, Meekulu também discute como a prática psicanalítica com pessoas negras exige uma atenção especial ao manejo clínico, destacando a importância de considerar a racialidade das(os) analisantes, pois, entende que as questões raciais podem repercutir na relação transferencial. Logo, de acordo com sua perspectiva, a escuta psicanalítica deve ser sensível às especificidades da vivência negra, incluindo o impacto do racismo estrutural na vida psíquica e social das pessoas. Este mesmo argumento também é apresentado por Shaka Zulu, Sundiata Keita, Nzinga e Amina, que em suas falas enfatizam a importância de construir um *setting* que permita aos analisantes expressarem suas dores e falarem dos traumas relacionados ao racismo sem que tais experiências sejam minimizadas ou ignoradas.

Em concordância com o que se apresenta na teoria freudiana sobre os operadores clínicos necessários, as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise, consideram o procedimento de associação livre³⁷ – que é operado a partir da regra técnica fundamental – e a interpretação dos sonhos, dos discursos e da transferência como o conjunto de ferramentas e técnicas fundamentais para a sustentação da experiência analítica. Então, no intuito de colaborar com a prática das(os) analistas e praticantes da psicanálise na clínica com pessoas negras, destacamos que as(os) entrevistadas(os) apresentam uma diversidade de

37 Conforme vemos em Freud (1913/2010), “após o abandono da hipnose, adotou-se a associação livre, em que o paciente permanece em seu estado de consciência normal. Isso tornou possível a aplicação do procedimento a um número bem maior de casos de histeria, a outras neuroses e também a pessoas sadias. Por outro lado, foi necessário desenvolver uma técnica especial de interpretação, a fim de extrair conclusões do material revelado na associação livre. [...] Para resolver o conflito e, desse modo, curar a neurose, requer-se a orientação de um médico treinado na psicanálise” (p. 206). Logo, entende-se que a associação livre consiste em uma técnica a partir da qual as(os) analisantes se submetem a proposta de renunciar a toda atitude crítica, trazendo em palavras todo o material de pensamentos espontâneos que lhes ocorrerem durante as sessões.

compreensões acerca dos operadores clínicos que balizam a prática na clínica psicanalítica com pessoas negras.

Neste sentido, chama atenção a fala de Kanuni ao descrever a criação de um consultório voltado especificamente para atender o sofrimento psíquico de pessoas negras. Nessa direção, considera que um aspecto central da prática clínica está associado à compreensão de que, no Brasil, os laços transferenciais são influenciados pelas dinâmicas raciais. Portanto, na clínica psicanalítica com pessoas negras, é necessário atentar para o fato de que pode existir uma suposição de saber que vai além do conhecimento acadêmico, referindo-se à vivência compartilhada de racismo.

A reformulação da técnica psicanalítica a partir da formalização lacaniana propôs um caminho de entendimento que passou a orientar as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise na escuta de cada caso, na interpretação e na proposição de intervenções. Castro e Ferrari (2013) enfatizaram como “a formação de analistas, a partir da perspectiva da Escola de Lacan, exigia, portanto, novos modos de operar a psicanálise, principalmente a partir de uma política que fosse condizente aos princípios éticos e conceitos fundamentais da psicanálise” (p. 70). No entanto, vale destacar que, de acordo com Lacan (1971/2003)

a Escola afirma-se antes de tudo freudiana, por isto – se há uma verdade que sem dúvida se sustenta numa presença paciente a reiterá-la, mas que, por esse efeito, tornou-se consciência como que da área francesa – é que a mensagem freudiana ultrapassa em muito, em sua radicalidade, o uso que dela fazem os praticantes de obediência anglófona. (...) É a Escola que repõe em questão os princípios de uma habilitação patente e do consentimento daqueles que notoriamente a receberam. (...) No que Freudiana revela-se ela mais uma vez, vindo agora o termo Escola a nosso exame. Ele deve ser tomado no sentido em que, em tempos antigos, significava certos lugares de refúgio, ou bases de operação contra o que já então se podia chamar de mal-estar na civilização. (...) A nos atermos ao mal-estar da psicanálise, a Escola pretende oferecer seu campo não somente a um trabalho de crítica, mas à abertura do fundamento da experiência, ao questionamento do estilo de vida em que ela desemboca. (...) Os que aqui se engajam sentem-se sólidos o bastante para enunciar a situação manifesta: que a psicanálise, presentemente, nada tem de mais seguro para fazer valer em seu ativo do que a produção de psicanalistas – ainda que este balanço pareça deixar a desejar (pp. 243-244).

Cabe destacar o intenso debate acerca dos caminhos na formação e atuação das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise que segue agitando a comunidade psicanalítica.

Concordamos com Castro e Ferrari (2013) acerca do necessário aprofundamento acerca do entendimento lacaniano sobre o que se nomeia como desejo do analista³⁸ e como

38 O desejo do analista é definido por Lacan como sendo o que permite ao analista sustentar a posição em que se coloca, posto que é necessário ocupar um lugar de destituição subjetiva para que a(o) analisante possa tomá-lo como objeto causa do desejo.

ética da psicanálise³⁹, pois são noções que também se apresentam como operadores clínicos essenciais para orientar a prática psicanalítica. Estes autores enfatizam que “por meio do desejo do psicanalista, como leme a dirigir a cura, o Outro é desvanecido e de seu campo é extraído o objeto *a*” (p. 66). Ou seja, conforme a orientação psicanalítica a partir da teorização lacaniana, as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise devem se apropriar de um conjunto de conceitos que se mostram essenciais porque balizam a prática clínica.

Portanto, conforme vemos em Lacan (1964/1998), “sem entrar na mola da transferência, é o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise” (p. 868). Logo, é no encontro entre o desejo do sujeito e o desejo do analista que despontam os elementos necessários para o estabelecimento do laço transferencial, ao mesmo tempo em que é a partir daí que se dão as coordenadas que vão orientar a condução clínica. O aprofundamento de Lacan no debate sobre o que orienta e permite a sustentação da clínica psicanalítica levou ao entendimento de que a questão do desejo do analista é crucial para a condução clínica. Sobre isso, Lacan (1960/1998) enfatiza que

deve o analista preservar para o outro a dimensão imaginária de sua não-dominação, de sua imperfeição necessária, eis o que é tão importante estabelecer quanto ao fortalecimento, nele voluntário, de sua insciência quanto a cada sujeito que vai procurá-lo em análise, de sua ignorância sempre renovada de que algum deles constitua um caso (p. 839).

Esta discussão perpassa diferentes entendimentos sobre como as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise devem se orientar ao longo do tratamento de analisantes negras(os). Pois, ainda que seja mantida a compreensão de que a escuta se dá no caso a caso, e de que cada sessão é única, nas falas das(os) entrevistadas(os) também é possível notar que são identificadas dinâmicas em comum que se repetem no acompanhamento de analisantes negras(os), como a suposição de saber, a identificação, a presunção de experiências compartilhadas e a expectativa de superação dos traumas raciais. Assim, Amina afirma que “a expectativa de identificação é uma expectativa, digamos assim, inicial. É uma expectativa que funciona basicamente como pretexto de laço transferencial. Mas, não é o que orienta o tratamento. À medida em que o sujeito vai caminhando em sua análise, em suas associações livres, apesar de trazerem situações de violência, muitas vezes de opressão, que tem relação, sim, com o fenótipo. Mas, via de regra, o sujeito vira só um sujeito do inconsciente. Apesar dos relatos que obviamente aparecem no discurso de uma pessoa preta e não vão aparecer no

³⁹ De acordo com Lacan (1960/1988), a psicanálise traz consigo a possibilidade de realização de uma revisão da ética sob a qual conduzimos nossas ações. Portanto, as(os) analistas devem orientar suas práticas pela ética psicanalítica, posto que ela leva em conta “a relação da ação com o desejo que a habita” (p. 366); ou seja, ela se constitui como uma ética do desejo, que se opõe à ética tradicional e do serviço dos bens.

discurso de uma pessoa branca. [...] Então há encruzilhadas que percorrem sujeitos, né? E que não percorrem outros sujeitos que não são homossexuais, por exemplo, ou que não são mulheres, ou que não são negros. Mas o que essencialmente aparece é o sujeito do inconsciente que aí não tem gênero, não tem orientação sexual, não tem raça”.

Logo, temos a afirmação de que as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise lidam apenas com o sujeito do inconsciente, também na clínica com pessoas negras, ainda que tenhamos em mente que, conforme é discutido por Nogueira (1998/2021), a cor da pele incide sobre as formações inconscientes, devido ao universo de linguagem que constitui os sujeitos e as dinâmicas sociais que são construídas para cada grupo racial.

Fazendo referência à sobredeterminação inconsciente, Shaka Zulu pontuou em sua fala que, “sem saber a razão das escolhas, mas eu tive dois profissionais que me acompanharam um enquanto terapeuta e outro enquanto analista, os dois negros, uma mulher e um homem”. Então, de acordo com sua perspectiva, além das identificações que se estabelecem a partir da leitura do fenótipo e que direcionam a escolha das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise, também temos um direcionamento que pode se dar a partir de instâncias inconscientes.

Ao abordar a direção do tratamento, as(os) entrevistadas(os) também consideraram a construção do dispositivo clínico, o estilo, a transferência e seu manejo. Como aqui a noção de dispositivo clínico compreende as dimensões de estrutura e contexto, destaca-se que a composição do *setting* é desenhada por cada profissional de maneira singular. Por ser compreendido como algo que está para além de um espaço físico onde ocorrem as sessões, a noção de *setting* aparece de modo a abarcar o conjunto de condições e técnicas que são dispostas para realização do processo terapêutico.

Sendo assim, repara-se que todas(os) as(os) entrevistadas(os) realizam atendimento psicanalítico individual em *setting* tradicional, ainda que também mencionem atuação em áreas como a educação e a pesquisa, e em dispositivos das Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). As falas que se associam à noção de *setting* apresentam movimentos de reflexão sobre os locais de atendimento, atentando para o debate acerca das desigualdades que se fazem presentes em cada território, para as implicações que se mostram em cada região geográfica e se revelam a partir de dinâmicas específicas que vão de desafios na mobilidade urbana a maior (ou menor) exposição a episódios de racismo cotidiano e de outras tensões raciais – tanto para as(os) analisantes quanto para as(os) analistas negras(os).

As escolhas estéticas compareceram nas falas das(os) participantes como elementos que exigem especial atenção das(os) analistas negras(os), pois, ao longo da formação e das

experiências profissionais, se mostram como possíveis pontos de tensão, de reconhecimento, de crítica, de aceitação e/ou de afirmação da negritude. Meekulu conta que durante o curso de graduação em Psicologia teve que lidar com comentários e orientações que traziam a reprodução de preconceitos, violências e microagressões raciais. Recebia conselhos não solicitados que diziam “quando você sair que for fazer sua clínica você tem que alisar seu cabelo, ninguém vai pra um psicólogo com cabelo desse jeito não, parecendo uma doida? Não vai não. Você precisa dar uma amaciada nesse fio, dar uma “quimicazinha” só pra quebrar os fios”.

Sendo assim, consideramos que a decisão sobre o que vestir, como utilizar os cabelos e outros acessórios pessoais se mostra particularmente sensível para as pessoas negras que vivem numa sociedade na qual o modelo ideal é construído a partir de uma referência que é *brancocentrada*. É comum que as(os) profissionais negras(os) se vejam diante de conflitos em torno da associação ou da dissociação de elementos simbólicos que façam referência à negritude. As(os) psicanalistas e praticantes de psicanálise entrevistadas(os) relataram momentos em que estiveram diante de reflexões acerca de suas escolhas estéticas e associaram o movimento de afirmação estética de sua negritude nos ambientes profissionais ao contato com episódios de racismo cotidiano. Abordando esta questão, Meekulu destaca em sua fala “hoje eu uso turbante como símbolo de resistência, né? Então quanto maior, mais bonito, mais eu me acho, e ele fechado então eu acho um luxo. E aí na faculdade as pessoas ficavam olhando como se tivessem vendo um bicho. E eu me lembro de um congresso de psicanálise quando eu entrei e todo mundo me olhando, eu falei meu deus do céu [...] amanhã não vou poder vir de turbante, tá todo mundo me olhando e eu tenho certeza de que estão fazendo mil e uma construções”. Kilomba (2019), ao discutir como “o racismo cotidiano incorpora uma cronologia que é atemporal” (p. 29), argumenta que o compartilhamento de uma dinâmica vivenciada por pessoas negras na diáspora – onde as repercussões do passado colonial se associam subjetivamente às vivências de racismo –, marca suas subjetividades, posto que são expostas de modo recorrente a um conjunto de violências que são potencialmente traumáticas. Com isso, podemos entender que independentemente dos indícios de materialidade que possam cercar a cena de racismo cotidiano, é por meio de seus efeitos que vemos sua ação nos sujeitos.

As marcas destas experiências atravessam cada sujeito de modo particular – ainda que sejam compartilhadas coletivamente como uma experiência comum a que todas(os) se veem expostas(os) independentemente de sua região geográfica, nível de formação, tempo de atuação e condição socioeconômica. Estas repercussões também se associam ao fato de que

as(os) analistas negras(os) lidam com desvantagens econômicas na clínica, pois enfrentam desafios particulares no manejo do dinheiro na relação que se estabelece tanto com analistas negras(os) quanto com não-negras(os). As falas de Nzinga aprofundam este debate e trazem à tona o questionamento “qual o analista que leva mais calote? E não é por conta de manejo da transferência”. A percepção que foi apresentada nesta entrevista se associou ao que foi transmitido pelo olhar de Amina, pois suas falas indicam o reconhecimento de barreiras que se apresentam para a formação, reconhecimento e valorização profissional de psicanalistas e praticantes da psicanálise negras(os). Pois, geralmente elas(es) se vêem obrigadas(os) a lidar com a constante solicitação por preços “sociais” e/ou negociações no preço da sessão, bem como no que se percebe como sendo uma frequência menor de períodos de férias, quando em relação a(os) analistas brancas(os). Sendo assim, podemos notar que as entrevistas de Nzinga e Amina trazem a percepção de que as pessoas negras lidam com uma dificuldade mais acentuada para alcançar retorno financeiro e um contato mais frequente com barreiras financeiras para assegurar o percurso de formação – incluindo aí o compromisso com a sustentação da análise pessoal.

Nota-se também que todas (os) as(os) entrevistadas(os) salientaram em suas falas que a heteroidentificação⁴⁰ racial pode exercer a função de pretexto para o laço transferencial, pois a leitura que as(os) analisantes negras(os) e não-negras(os) realizam sobre suas características fenotípicas geralmente comparece como elemento presente na transferência – ainda que se constitua como algo que só é possível acessar quando nomeado pelo sujeito. Na apresentação de seus entendimentos acerca da transferência, Freud (1917/2014) nos deixou o alerta de que “toda essa disposição para o sentimento provém de outra parte [...] ela já estava pronta no doente e, por ocasião do tratamento analítico, é transferida para a figura do médico. A transferência pode surgir como turbulenta exigência amorosa ou sob formas mais moderadas” (p. 585). Já no texto em que descreve a dinâmica da transferência, Freud (1912/2010a) destaca que

As peculiaridades da transferência para o médico, em virtude das quais ela excede em gênero e medida o que se justificaria em termos sensatos e racionais, tornam-se inteligíveis pela consideração de que não só as expectativas conscientes, mas também as retidas ou inconscientes produziram essa transferência. (p. 102)

A partir dessa perspectiva, compreendemos que é totalmente natural e compreensível que o investimento libidinal da(o) analisante seja direcionado para as(os) psicanalistas e

40 A heteroidentificação é um método de identificação étnico-racial de uma pessoa a partir da percepção social de outrem. Geralmente ele se dá a partir da leitura que é realizada levando em conta a cor da pele, o tipo de cabelo, além de outros traços físicos e/ou marcadores sociais.

praticantes da psicanálise. Portanto, é importante levar em conta que este investimento vai se conectar com modelos já existentes, posto que vem a se ligar aos clichês do sujeito, de tal forma que passa a incluir a figura da(o) analista em uma das “séries” que foram formadas até aquele momento. Ou seja, de acordo com a proposição freudiana, temos a indicação de que as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise sempre devem atentar para o caráter imaginário da transferência. Assim, também vemos em Lacan (1954/1996), que “a transferência não é de modo algum um fenômeno ilusório” (p. 274). Pois, de acordo com sua compreensão, a experiência da transferência vai envolver o automatismo de repetição, fazendo comparecer no *setting* um complexo emaranhado de palavras, posições subjetivas e desejos de satisfação. Em geral, as falas das(os) entrevistadas(os) fizeram referência a algo que é descrito como sendo um ponto de enganchamento da transferência, que decorre tanto da questão fenotípica quanto da leitura relativa à origem social que é atribuída – acrescentando aqui a reprodução frequente de enganos que mascaram preconceitos, pois geralmente as(os) analistas negras(os) são lidas(os) como pertencentes a grupos sociais marginalizados, residentes em regiões periféricas e/ou inclusas(os) nas classe de consumo C, D e E –, ainda que esta não seja necessariamente sua realidade.

Ao abordar a questão da entrada e do final de análise, Quinet (2009) aponta como “trata-se de dois momentos dissimétricos: se no final há a destituição subjetiva, no início temos a identificação subjetiva com a emergência do sujeito do Inconsciente pela via epistemofílica” (p. 17). Logo, para compreender os elos estabelecidos entre a transferência e a noção de sujeito suposto saber, devemos levar em consideração que “a relação do sujeito com o objeto que o causa se apresenta na fantasia, na qual o sujeito é completado e descompletado pelo objeto, e na prática analítica em que o analista vem fazer semblante de objeto *a* causando a divisão do sujeito.” (Quinet, 2009, p. 34).

O preço pago pelas(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise por ocupar essa função é o de abdicar da sua posição enquanto sujeito, passando a assumir, no *setting*, apenas a posição de analista. Ou seja, conforme Quinet (2009)

para poder bancar o objeto *a* para o analisante e abdicar de seu nome para poder ser reduzido ao significante qualquer com o qual o sujeito o investirá na transferência. [...] O analista causa o desejo do analisante à custa de se apagar como sujeito. Essa posição de consentimento implica o sujeito ter passado pela experiência de destituição subjetiva em sua própria análise como analisante quando do passe, ou seja, da passagem a analista em sua própria análise. (p. 37)

De acordo com esta perspectiva, podemos considerar que os laços transferenciais podem assumir o formato de um amor de transferência, que consiste em uma demanda de

amor direcionado aos psicanalistas e praticantes da psicanálise, que são convocados a encarnar o sujeito suposto saber. Sendo assim, entende-se que o sujeito suposto saber surge como “efeito de significado da articulação significante, ou seja, o produto da associação livre desencadeada pelo enganche simbólico da transferência” (Quinet, 2009, p. 44). Seguindo na mesma via de entendimento, Sundiata Keita corroborou a perspectiva de Kanuni ao afirmar que “eu opero com a transferência, eu opero de um lugar que já está. [...] são lugares que já estão, entidades e lugares institucionalizados na psicanálise como essa posição de sujeito suposto saber”.

Portanto, compreendemos que a discussão sobre manejo da transferência deve sempre abarcar a noção de que, conforme vemos em Lacan (1954/1996), a transferência imaginária se dá por meio de mecanismos que convocam as(os) analisantes a projetar fantasias e clichês inconscientes sobre a figura da(o) analista; por esta via se estabelece uma relação que é, em grande parte, construída em torno de identificações e representações do imaginário. Assim, as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise podem ser colocadas(os) pelas(os) analisantes na posição de ideal do eu ou de duplo, de forma com que a relação se mantenha apenas com base em dinâmicas de reconhecimento e espelhamento, correndo, portanto, o risco de um aprisionamento em dinâmicas de reforço do narcisismo, o que pode, também, levar a uma estagnação do processo.

Para Lacan, se faz essencial o deslocamento da transferência imaginária para a transferência simbólica, pois, compreende que, apenas nesta última, as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise podem ocupar a posição de sujeito suposto saber, permitindo um trabalho efetivo no que tange a exploração do inconsciente e interrogação do desejo. Em diálogo com estas questões, emerge nas falas das(os) entrevistadas(os) um conjunto de entendimentos que fazem referência às expectativas por reconhecimento, acolhimento, segurança e compartilhamento de vivências que geralmente as(os) analisantes negras(os) direcionam para as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise negras(os). Cada um desses movimentos é importante e não se confunde com a noção de identificação.

Contudo, aqui, destacamos o fato de que o pertencimento ao mesmo grupo racial aparece como aspecto essencial que sustenta as dinâmicas de identificação entre analisantes e analistas negras(os). As(os) entrevistadas(os) trouxeram a percepção de que estas experiências geralmente fazem parte de um processo de identificação que passa pela heteroidentificação e que comparece como uma suposição de saber que abrange um campo amplo, de modo a ultrapassar a suposição de saber imaginária – que contempla a ideia de que a(o) analista sabe algo sobre o sujeito –, para abarcar, também, uma suposição de saber

teórico sobre temas associados à negritude, e, uma suposição de saber vivencial que poderia ser compartilhado pelas(os) analistas como forma de estimular as elaborações das(os) analisantes negras(os).

Kanuni descreve como o processo transferencial passa por uma suposição de saber. Sua experiência clínica permitiu identificar que “uma pessoa negra quando procura uma analista negra está dando uma suposição de saber que tá pra além do saber acadêmico, a suposição de saber de que se ela é negra, ela sabe de mim, ela já deve ter passado por aquilo que eu passei. Então ela tem como ouvir isso de mim”. Shaka Zulu aprofunda esta questão ao destacar que, de acordo com sua perspectiva, sustentar uma posição de sujeito suposto saber é um grande desafio que se mostra particularmente mais complexo na experiência com analisantes negras(os), pois “quando ele nos convoca e ele supõe que pelo fato da questão racial a gente tem todo saber, por também ser negro, e, que viveu tudo isso que ele viveu. Eu acho que aí tem um cuidado, um desafio. Se o analista não estiver advertido da sua posição é rápido de ele sair desse lugar de analista e assumir uma posição ali de sujeito com o outro, numa troca de experiência entre sujeitos, que não é o lugar”.

No que tange às interpretações no *setting*, as(os) participantes disseram que as repercussões do racismo estrutural na subjetividade das(os) analisantes negras(os) exigem a realização de um diagnóstico diferencial que abarque mais do que o entendimento sobre a estrutura psíquica, pois o reconhecimento de dinâmicas sociais, econômicas e culturais torna-se crucial para a escolha dos caminhos de intervenção, sendo elemento fundamental no manejo da transferência.

Destacando os desafios que diferenciam a experiência clínica com pessoas negras e não negras, Kanuni observa que “na clínica com analisantes negras(os) geralmente a construção do sujeito suposto saber tá pra além do imaginário. Sabe, assim, nos três registros de um real. De um real de quem passa pela dor de se ver como nada, de que busca uma simbolização pra poder sair dessa dor, desse real que imaginariza com certeza que [a(o) analista negra(o)] passou por isso e sabe o que é isso”.

Assim, conseguimos perceber que as falas das(os) entrevistadas(os) carregam a noção de que é necessário tomar cuidados específicos para manejar a transferência de analisantes negras(os), como por exemplo: atentar para as diferenças entre o que é da experiência social do racismo e o que é da experiência particular do sujeito, e, igualmente, ampliar o entendimento sobre as discussões de gênero, classe e raça.

Ademais, as falas das(os) participantes desta pesquisa também apontam que as(os) analistas negras(os) precisam de cuidados específicos para manejar a transferência de

analistas não negras(os), como por exemplo: manter-se atenta(o) às dinâmicas de preconceito e violência racial a que geralmente são expostas(os) nas interações interracialis; reconhecer as diferenças nas demandas quando em relação ao que se apresenta pelas(os) analistas negras(os); e, sobretudo, considerar a raça das pessoas brancas como elemento estruturante da subjetividade.

Logo, fica destacado que as(os) analistas negras(os) que participaram desta pesquisa acreditam que por compartilharem com seus analistas negras(os) do fato de que também atravessam a experiência de ser uma pessoa negra no Brasil, mostra-se necessária uma condução diferenciada na construção do dispositivo e no manejo da transferência quando diante de analistas negras(os) e não negras(os). Contudo, em suas falas, as(os) participantes também consideram que, na prática clínica de orientação psicanalítica, as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise negras(os) vão lidar com o sujeito do inconsciente independentemente da raça da(o) analisante.

Como resultado do tensionamento entre os conhecimentos acessados conforme o aprofundamento no letramento racial e os entendimentos teóricos de psicanálise, as(os) analistas negras(os) passam a construir um estilo próprio, uma espécie de recurso necessário para tentar dar conta das subversões operadas no que se identifica como referências clássicas que são desnecessariamente eurocentradas e/ou baseadas em noções racistas.

O acesso a conhecimentos que decorrem de referenciais filosóficos africanos, assim como de cosmogonias africanas e afro-brasileiras, permite a ampliação do acervo léxico das(os) analistas negras(os) e ajuda a moldar o estilo que cada profissional desenvolve na clínica. Sem perder de vista os princípios estabelecidos nos pressupostos freudianos e lacanianos, as(os) participantes mencionam o diálogo com autoras do feminismo negro e com intelectuais negras brasileiras – como Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez e Isildinha Batista Nogueira –, que construíram um trabalho aprofundado sobre o tema da racialidade a partir da psicanálise.

Ética, política (e poética) na clínica psicanalítica com pessoas negras

Na clínica psicanalítica, as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise se ocupam de como operar a função de suporte do semblante de objeto *a*; ou seja, orientam sua prática a partir do que se entende como uma direção relativa à sustentação do discurso da(o) analista. Consideramos que na prática clínica, a(o) analista vem a comparecer com seu desejo, aquele que é esvaziado de sujeito, posto que consiste em um desejo de interpretação. Sobre este aspecto, Érik Porge (1977) nos indica que “para que exista uma direção da cura, não se deve assumir que o analista seja desejanter? Logo, o problema é então articular a subjetividade desejanter com a objetividade da função chamada de desejo do analista”. (p. 158). Ao longo de seu argumento, Porge (1977) aponta que pode existir uma tensão que incide sobre a sustentação da função do analista, posto que esta ocupação exige do sujeito um afastamento de seus desejos pessoais a fim de fazer operar, no dispositivo, apenas as dinâmicas de transferência. A partir dessa perspectiva, compreendemos que no *setting* psicanalítico pode comparecer uma espécie de contradição que tensiona, mas, ainda assim, permite que o desejo do analista opere, mesmo que de forma sublimada, haja vista que ele se restringe apenas ao desejo de fazer acontecer uma análise, ou seja, de garantir que haja a possibilidade das(os) analisantes associarem livremente e de falar, sem reservas, tudo que lhes ocorrer. Portanto, devemos considerar que, na perspectiva psicanalítica, os entendimentos sobre o desejo indicam que ele se encontra nas falhas e lacunas entre percepção e consciência, entre demanda e necessidade, entre o enunciado e a enunciação. Logo, o desejo do analista deve ocupar precisamente esse hiato, e, os(as) psicanalistas e praticantes da psicanálise devem “reconhecer que seu lugar é determinado pela estrutura” (Porge, 1977, p. 36). Contudo, como as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise não respondem às demandas das(os) analisantes, o desejo do analista vem a substituir o desejo do Outro, permanecendo como um mistério, uma incógnita, para o sujeito. Assim, temos que o objeto do desejo do analista se situa justamente como “esse efeito de perda, no cruzamento do Imaginário, do Simbólico e do Real, o objeto *a*, que o analista incorpora em troca de sua enunciação. [...] é, portanto, a irracionalidade que dá – para o analisante – a razão do desejo, para o desejo do Outro, resto de uma pura alteridade” (pp. 37-38).

Corroborando tal perspectiva, Jacques Alain Miller (1996, p. 112) indica que, “trata-se de uma coisa diferente de estar sem desejo – trata-se, ao contrário, de manejar com o desejo do analista”. À medida que exploramos as falas das(os) participantes da pesquisa,

adentramos em um campo de explicações sobre o operador clínico que é anunciado por meio dos significantes que fazem referência à ética da psicanálise.

Vemos, de acordo com Lacan (1960/1988), que “se há uma ética da psicanálise (...) é na medida em que, de alguma maneira, por menos que seja, a análise fornece algo que se coloca como medida de nossa ação – ou simplesmente pretende isso” (p. 364). A práxis psicanalítica inaugura uma nova categoria ética na qual o sujeito, por meio do retorno ao sentido, pode acessar o desejo que habita e/ou se relaciona com suas ações. Assim, a(o) analisante consegue operar uma revisão da ética que orienta suas ações, para que possa, então, seguir conforme o que se tem como uma reorientação. Sobre este aspecto, Juan-David Nasio (1999) se direciona para as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise e afirma que “com as nossas intervenções e perguntas, temos que introduzir, de certa forma, um canto na relação do sujeito com a sua demanda, para permitir-lhe retificar a sua posição subjetiva em relação ao seu sofrimento, para modificar a maneira que ele tem de interpretar o seu sofrimento, experimentá-lo e vivê-lo” (p. 163).

Na entrevista com Nzinga apareceram falas que apontam para a discussão acerca da responsabilidade ética das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise em considerar como as dinâmicas de racialidade comparecem no atendimento. Em seu argumento defende que as(os) profissionais de saúde mental – que não são necessariamente apenas psicanalistas, de modo a comportar um grupo mais amplo que geralmente inclui psicólogas(os), psiquiatras, etc –, independentemente de seu grupo racial e do público que as(os) acessa, devem se posicionar politicamente contra o racismo, passando a adotar uma prática que tenha como base o antirracismo. Nzinga destaca que “tem coisas que eu escuto hoje na clínica que são rolê de gente branca [...] e poder escutar essa diferença é poder inclusive entender a dinâmica de quem tem e quem não tem. O que não passa mais por uma organização de uma diferença sexual, mas de uma diferença racial”. De acordo com esta perspectiva, a psicanálise não pode se abster das questões sociais e políticas. Portanto, principalmente no contexto brasileiro, a ética do cuidado deve incluir a compreensão acerca das desigualdades raciais, socioeconômicas e culturais. Entretanto, vale destacar que a ética do cuidado difere da ética da psicanálise em seus fundamentos, objetivos e prática. Em síntese, pode-se dizer que enquanto a primeira tem origem na filosofia e na ética feminista, valorizando as relações interpessoais, a empatia e a atenção às necessidades dos outros. Além de enfatizar a importância do contexto social e relacional, para propor uma abordagem mais direta e prática para atender às necessidades das pessoas. A ética da psicanálise se baseia na teoria psicanalítica, está relacionada a proposta de respeito às singularidade do sujeito e a não

imposição de perspectivas, valores e/ou juízos morais da(o) analista. Logo, enquanto a ética do cuidado valoriza a interdependência e o suporte mútuo entre as pessoas, a ética da psicanálise preza pela autonomia do sujeito.

Com argumentos semelhantes aos de Nzinga, Meekulu e Amina falaram sobre a importância das(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise assumirem uma postura ética comprometida com a justiça social e com a luta contra o racismo, não apenas dentro de seus consultórios, mas também na sociedade como um todo. De acordo com a perspectiva de Meekulu, no Brasil, “a prática clínica deve ser politicamente engajada e a comunidade psicanalítica precisa se posicionar contra as opressões que afetam os corpos negros”. Nessa mesma direção, Amina enfatiza que “a psicanálise não pode ser neutra frente às questões sociais e deve assumir, portanto, seu papel como ferramenta de transformação social. Pois acredita que quanto mais pessoas trouxerem essas discussões, a gente consegue vencer as resistências. Porque nós não estamos aqui inadvertidos quanto a existência delas, mas a gente vai se fortalecendo, a gente vai formando uma [comunidade atenta, com] cada vez mais vozes fazendo barulho e convocando mais gente pra vir dialogar com a gente”.

Nas falas das(os) entrevistadas(os) também é possível identificar a alegação de que na clínica psicanalítica com analisantes negras(os), as(os) analistas e praticantes de análise negras(os) se veem diante de algo que é recorrentemente deslegitimado por parte da comunidade psicanalítica, e que é descrito como uma especificidade que se dá nesse encontro entre duas pessoas negras (ainda que a(o) analista não compareça como sujeito). Ao abordar esta questão, Sundiata Keita nos aponta que “quem faz uma formação analítica, que leva sua análise até o final, dá novos significados às experiências traumáticas. Você tem a possibilidade de reescrever experiências e marcas traumáticas e marcas significantes, mas não desaparecem, elas não desaparecem. Elas podem não doer tanto como doíam, elas podem não impedir de amar e trabalhar, [...] o sujeito é metamorfoseado mas a marca fica. [...] Eu aposto que é nesse ponto de resto, de sintoma, e de resto inalcançável, e ininterpretável do sintoma, que ainda que o sujeito tenha feito atravessamentos na sua fantasia, mas esse ponto que se chegou do gozo do sujeito. Que eu não separo, ai eu não separo até porque é borromeano, é real, simbólico e imaginário que atravessam questões racializadas também. Eu penso que é esse ponto da experiência do analista negro que talvez, somado com a seriedade da sua formação, porque ele sozinho não basta, possibilite chegar mais perto do que outro tá trazendo [...]. Dessa vivência toda, desses restos que ficaram, [...] talvez aí tenha algo de uma verdade que chegue mais perto de uma verdade do outro”.

Desse modo, é possível compreender que para as(os) entrevistadas(os) esta especificidade se deve ao fato de que o inconsciente advém da relação com a linguagem e, como tal, está sempre atrelado às palavras que o compõem, de modo que as pessoas negras e não-negras podem trazer marcas distintas que se inscrevem a partir dos campos discursivos nos quais estão imersas. A fala de Nzinga sintetiza esta percepção ao demarcar que “é preciso ter uma escuta atenta e forte, coisa de Caetano. Porque são “n” situações que tem atravessamento racial. Se é que alguma coisa nesse país não tenha atravessamento racial”.

Vale destacar que as especificidades também são referidas ao encontro que se dá no *setting* quando a(o) analisante e a(o) analista ou praticante da psicanálise são atravessados subjetivamente pelas dinâmicas raciais que se apresentam no território em que se localizam, de modo que algo diferenciado pode se dar quando ambas(os) são marcadas(os) pelo racismo estrutural. Soma-se a esta perspectiva, a defesa de que há uma importância na prática clínica de analistas e praticantes da psicanálise negras(os) ao receberem analisantes negras(os), pois esta experiência se mostra particularmente relevante devido ao caráter significativo que representa para as(os) analisantes.

Logo, conforme dito por Nzinga, podemos afirmar que “é uma grande subversão poder ter uma clínica que faz a pulsão de vida ser possível a um corpo que a necropolítica mata o tempo inteiro. [...] lógico que a gente sabe que numa certa medida um analista serve pra gente inventar a vida pra todos, mas eu acho que tem uma incidência maior a população preta, que a morte já tá tão dada, que a gente vai fazer uma outra coisa de ficcionar isso que é tão escancarado desse gozo racista, sabe. E aí a gente escapa, não sem sequelas, não sem dores, não é desse lugar de romantizar, enfim, de encontrar inclusive os próprios limites da prática. Mas entender também que o analista produz algo que faz falar a vida e isso é muito caro a nós, população preta’.

Reafirmando esta leitura, localiza-se também nas falas das(os) demais entrevistadas(os), a percepção de que existe uma subversão na clínica com pessoas negras(os), que se dá a partir da posição que as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise racializadas (os) sustentam, posto que esta operação subversiva está atrelada à aposta na possibilidade de manutenção do alinhamento à ética da psicanálise em articulação com a oferta de um trabalho que se dá a partir de uma prática clínica que inclui a perspectiva decolonial.

Não há unanimidade quanto ao desejo de ocupar-se dessa tarefa subversiva. Contudo, entre as(os) entrevistadas(os) compareceu uma motivação em comum para a sustentação de um compromisso com o que se apresenta através de um *saber-fazer* na clínica psicanalítica

com pessoas negras que busca abrir caminhos para a possibilidade de emancipação das amarras da colonialidade e de uma reorientação ética, no sentido de assumir uma ética decolonial⁴¹; motivação esta que surgiu em tempos diferentes para cada entrevistada(o), mas que em todos os casos adveio do percurso de letramento racial. Ademais, compreendemos que de acordo com Teixeira (2021), esta é uma perspectiva que assume como

o pensamento ético tem apreço pela dimensão da alteridade, pelo reconhecimento do outro enquanto sujeito e não como alvo. A ética, nesses termos, propõe, a partir de críticas aos modelos vigentes de ação, da representação e da percepção de mundo, a construção de uma realidade justa. Uma ética decolonial respira a recusa aos valores que se aportam na supremacia, na hierarquização dos sujeitos e forçados na banalização dos corpos enunciados como dissidentes. A ética decolonial recusa a moral restritiva e denuncia a sua utilização como mecanismo que retroalimenta a injúria (pp. 36-37).

Assim como a ética da psicanálise, a ética decolonial não corresponde ao que se estabelece hegemonicamente como uma ética tradicional. Pois, respondendo a outros pressupostos, ambas, inclusive, se opõem ao direcionamento que se localiza no que vem se operando como uma ética de tradição eurocêntrica – porque de origem cristã e alinhada a noção de supremacia racial –, que se molda conforme as coordenadas do sistema de produção capitalista.

Ao longo do seminário 7, Lacan (1960/1988) propõe uma diferenciação em relação a ética do bem, a ética dos bens e a ética da psicanálise. Sua perspectiva indica como as duas primeiras estão vinculadas a lógica do capital e reforçam estruturas que implicam uma concentração de poder, o que lhe permite afirmar que

Na experiência de vocês [psicanalistas e praticantes da psicanálise] tudo lhes sugere que a noção e a finalidade do bem lhes sejam problemáticas. [...] A cada instante temos de saber qual deve ser nossa relação efetiva com o desejo de fazer bem, o desejo de curar. Temos de contar com ele como algo suscetível de desencaminhar-nos, e, em muitos casos, instantaneamente. Diria mais – poder-se-ia de maneira paradoxal, ou até mesmo decisiva, designar nosso desejo como um não-desejo de curar. Essa expressão não tem outro sentido senão o de nos alertar contra as vias vulgares do bem, tal como elas se oferecem a nós tão facilmente em seu pendor, contra a falcatrua benéfica do querer-o-bem-do-sujeito. (Lacan, 1960/1988, p. 267, adendo nosso.)

Dessa maneira, entendemos que, conforme a leitura psicanalítica, a questão do bem está, desde o princípio, “articulada em sua relação com a Lei” (Lacan, 1960/1988, p. 270). Sendo assim, as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise devem considerar que “a

41 Segundo Teixeira (2021), “propor uma ética decolonial significa criticar os valores, os saberes, as normas e relações que, como herança moderna, se firmam na destruição ‘dos outros’, como um destino irrevogável” (p. 32).

dimensão do bem levanta uma muralha poderosa na via de nosso desejo” (p. 280), pois em nossa prática vamos nos deparar com ela a todo momento. Aprofundando este debate, Lacan (1960/1988) também aponta que

Fazer as coisas em nome do bem, e mais ainda em nome do bem do outro, eis o que está bem longe de nos abrigar não apenas da culpa, mas de todo tipo de catástrofes interiores. Em particular, isso não nos abriga certamente da neurose e de suas consequências. Se a análise tem um sentido, o desejo nada mais é do que aquilo que suporta o tema inconsciente, a articulação própria do que faz com que nos enraizemos num destino particular, o qual exige com insistência que a dívida seja paga, e ele torna a voltar, retoma nos traz sempre de volta para uma certa trilha, para a trilha do que é propriamente nosso afazer. (p. 383)

A defesa de uma contraposição à lógica hegemônica como alternativa para a construção de novos caminhos éticos que é apresentada por Rufino (2019) também dialoga com a proposta lacaniana, este autor ressalta que

para a ciência moderna Ocidental, as palavras são indispensáveis ao exercício explicativo, por isso devem ser exploradas ao máximo para o alcance daquilo que convencionamos enquanto crítica e compreensão. Para os saberes que se riscam de forma encruzada, para as epistemologias codificadas na encruza ou para uma ciência encantada, as palavras vão além: são detentoras de axé, construtoras de mundo, invocam e fazem baixar moradores do invisível, desobsediam a má sorte e abrem caminhos. As palavras podem dizer mais quando não são ditas, falam mais ainda quando são dobradas, enigmatizadas como poemas enfeitados (p. 155).

Por meio disso, nós entendemos que, conforme foi dito pelas(os) analistas negras(os) que participaram desta pesquisa, o diálogo com outras práticas de saber – a partir de um direcionamento comum que se orienta pelos saberes e questionamentos relativos à perspectiva decolonial – permite a construção de saídas inventivas que são percorridas por cada analista sempre de modo singular. Em um trabalho que é praticamente artesanal, posto que se faz sempre singular – e no um a um –, a prática clínica das(os) analistas negras(os) também se revela como um fazer poético, na medida em que, ao ampliar seu léxico, passa a incluir significantes relativos aos repertórios filosóficos, culturais, religiosos, éticos e estéticos de origem africana e afrodiáspórica. De modo que seja possível fazer uso do *pretuguês* anunciado por González (1988/2020) ao discutir as marcas “de africanização do português falado no Brasil” (p. 128), assim como das simbologias presentes nas religiões de matriz africana, ou ainda, dos saberes preservados pelos *itâns*⁴². Sobre esta questão, Nzinga

42 Os *itâns* são um conjunto de narrativas tradicionais e mitológicas de origem Iorubá que geralmente são utilizados para transmitir valores éticos, lições de vida e princípios morais; eles também tem a função de contar sobre a origem do mundo e dos seres humanos, a natureza dos orixás e os fenômenos naturais.

nos conta que “teve um dia desse que um paciente fez um sonho e ele sonhava exatamente a analista com a imagem se transformando em Xangô. Ora, sem a mínima possibilidade de entender que raio são as entidades aí, eu jamais conseguiria manejar aquilo que tava se colocando como transferência ali. Sobretudo porque tem uma figura assim, a figura da pomba-gira se transformando em Xangô mas isso tudo enodado na figura da analista. Então, sem saber disso, como é que maneja? Eu ia fazer o que se eu não soubesse o que era Xangô? Deixava passar, [...] Não consegue fazer a intervenção ali porque tem a ver com o que o sujeito tá colocando, não é o que o analista tá colocando. É poder escutar esses significantes que aparecem”.

Cabe destacar que o modo como estes conhecimentos vão ser utilizados na prática psicanalítica não fica completamente evidenciado, visto que as(os) entrevistadas(os) falam sobre a ampliação no repertório cultural e linguístico, apontando a conseqüente expansão nos caminhos de interpretação. Contudo, é possível identificar que a este *saber-fazer* é atribuído um conjunto de sentidos positivos, que indicam benefícios para as(os) analisantes negras(os) em específico e, também, para a população negra em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu estudo raça pra salvar a minha própria pele”

(Nzinga)

A experiência de propor uma questão, operacionalizar o projeto, realizar a pesquisa e refletir sobre o alcance dos achados em relação aos objetivos presumidos é sempre única e desafiadora. Mas, me atrevo a afirmar que, dessa vez, pude viver também uma experiência transformadora. Ao reler os diários de campo nos conectamos com as inseguranças iniciais sobre a escolha dos caminhos mais coerentes para abordar o dizer das(os) psicanalistas sobre seu *saber-fazer* na clínica. Também relembramos a calorosa recepção das(os) entrevistadas(os) que, ao mesmo tempo em que disseram estar mais confortáveis com uma entrevistadora negra, mencionaram certo estranhamento inicial porque imaginaram que estariam diante de uma entrevistadora não-negra, posto que as pessoas brancas ainda são vistas como maioria nos espaços de pesquisa e transmissão da psicanálise.

Souza (1983/2021), em sua pesquisa sobre a subjetividade de pessoas negras em ascensão social no Rio de Janeiro, mencionou situações semelhantes às que vivenciei na condução desta pesquisa. Ela conta que esteve diante de desafios e estranhamentos na realização das entrevistas, em episódios associados a interações interracialis e a experiências de heteroidentificação racial. Ademais, destaca que as(os) participantes ficaram mais confortáveis ao falar com outra pessoa negra, o que também se enunciou na fala das(os) entrevistadas(os) durante a realização desta pesquisa. Uma outra expressão afetuosa que se fez presente nas entrevistas e chamou atenção foi o compartilhamento de comentários gentis sobre as referências que meu nome evocou, por remeter a Tarsila do Amaral, que é uma importante figura da cena artística brasileira que geralmente está associada a ideias modernistas e feministas. De acordo com Luciana de Paula e Douglas Souza (2019), ainda que ela tenha sido uma mulher branca e rica, sua biografia “reflete e refrata sua história como parte da história brasileira e apresenta as contradições dessa nação de maneira metalinguística, metafórica e metonímica” (p. 80). O caráter subversivo de seus trabalhos e do movimento antropofagista trouxe a arte como ferramenta para questionar e desconstruir visões eurocêntricas, assim como inseriu a ambivalência e as contradições como elementos que compõem a humanidade (e a sociedade brasileira).

Tendo em vista que o objetivo central deste estudo foi investigar o que psicólogas(os) brasileiras(os) autodeclaradas(os) negras(os) dizem de sua atuação na clínica psicanalítica

com pessoas negras no Brasil, considera-se que este propósito foi devidamente alcançado. O instrumento de pesquisa utilizado, que consiste no roteiro de entrevista clínica que se encontra em anexo, deu o contorno necessário para a proposta e permitiu abordar os sujeitos de pesquisa ao longo do estudo. A intenção de contribuir para a construção de operadores clínicos que considerem o psicanalista, suas invenções e a singularidade de seu fazer também foi efetivada, visto que o material resultante das entrevistas com analistas negras(os) possibilitou o acesso à teia de sentidos que circunda as noções de desejo da(o) analista, ética, construção do *setting* e manejo da transferência na clínica psicanalítica com analisantes negras(os).

A estruturação da psicanálise enquanto práxis exigiu de Freud acurada dedicação na experiência de transmissão, a discussão de casos clínicos é uma prática que historicamente se faz presente no meio médico, e que, a partir do advento da psicanálise, tornou-se tarefa habitual entre os interessados na perspectiva psicanalítica. Seja por meio do texto, do matema, dos fragmentos, do traço do caso, etc. A transmissão que as(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise empreendem sobre o que surge no *setting* com seus analisantes é comum dentro da comunidade psicanalítica e geralmente ocorre nos espaços de formação.

Entretanto, também vemos muitos profissionais fazendo circular o discurso psicanalítico fora das instituições de psicanálise. Conforme já introduzimos, a universidade se tornou um espaço privilegiado para o florescimento de importantes leituras e conceitos psicanalíticos, assim como para o exercício da prática clínica nos cursos de graduação em Psicologia. Os meios de comunicação em massa também trazem um papel importante na veiculação de ideias que carregam a marca das noções psicanalíticas e em sua consequente disseminação cultural. Sendo assim, compreendemos que as pessoas que não estão apropriadas dos aspectos teóricos, técnicos e éticos da psicanálise, podem ter contato com leituras apresentadas pelas(os) psicanalistas e praticantes da psicanálise acerca de suas experiências, questões e desafios. Portanto, reconhecemos a importância de uma atenção redobrada quando vamos compartilhar qualquer aspecto relativo à clínica. Como vemos desde os casos clínicos de Freud, além de resguardar o sigilo das(os) analistas também é necessário cuidar dos possíveis impactos que nossas palavras podem gerar no que tange à preservação do discurso psicanalítico, o manejo dos casos e as dinâmicas sociais. Com isso, concluímos que não é fácil falar sobre a nossa clínica quando estamos cientes que as(os) analisantes que acompanhamos terão a possibilidade de acessar nossas impressões e conjecturas, podendo se reconhecer, ou até identificar elementos que venham a implicar em repercussões no percurso de análise. Dessa forma, podemos entender que convidamos as(os)

entrevistadas(os) para proceder com algo que pode ser extremamente delicado e custoso (e foi mesmo, pelo menos para mim⁴³).

As tensões, barreiras e desafios com as quais me deparo ao longo da minha formação como psicanalista dizem, principalmente, dos esforços para sustentar a análise financeiramente, da escolha da(o) analista na tentativa de evitar a exposição a violências raciais; de questões geográficas que dificultam e/ou impedem o acesso a atividades de formação (mesmo as gratuitas), assim como da localização dos consultórios que geralmente se concentram em áreas nobres da cidade o que traz uma série de dinâmicas raciais associadas; do desconforto nas instituições psicanalíticas que se mantêm enquanto espaços predominantemente brancos, com poucas pessoas jovens, que em sua maioria apresentam um cenário onde nota-se pouco acolhimento por parte das(os) membras(os), e, curiosamente, com uma hegemonia do discurso médico por meio da presença de um grande número de psiquiatras.

Ao olhar para as encruzilhadas com as quais me deparo na minha prática clínica com pessoas negras percebo que há um contato frequente com microagressões, violências raciais e com uma postura de desconfiança e que atribui pouca credibilidade à minha formação e possibilidades de atuação (que chega por parte de colegas, chefes e analisantes); além do exercício constante para manter uma sustentação da posição de analista, mesmo diante de situações em que entram em cena a reprodução de ideias, comportamentos e visões de mundo racistas e misóginas; da serenidade para acolher o tempo do processo de cada analisante em seu percurso de letramento racial, a ignorância e a recusa de quem se nega a construir um olhar crítico sobre as dinâmicas raciais; dos pedidos de gratuidade, preço social e desconto nas sessões que estão associados a uma lógica de desvalorização da profissão, mas não só, visto que culturalmente a mulher é associada ao lugar de quem cuida voluntariamente e a mulher negra ao lugar de quem serve incondicionalmente; de toda sorte de situações desrespeitosas, como os comentários sobre roupa e cabelo, o espanto diante de marcadores que distanciam dos estereótipos raciais, os contratos financeiros quebrados (por parte das(os) analisantes e das(os) gestores das instituições de saúde), etc.; também acrescento aqui um aspecto que sempre me chamou atenção e que diz da recorrência com que ocorre a indicação de analisantes que são considerados como casos mais difíceis e/ou complexos, o que pode estar atrelado a crença de que vou dar conta devido aos inúmeros preconceitos e generalizações acerca da experiência de ser uma pessoa negra no Brasil.

43 Aqui destaco que escrevo o texto em primeira pessoa a partir deste ponto para demarcar que a dissertação é um produto que foi construído em diálogo com minha orientadora, mas que também há algo do singular da minha experiência que escolhi compartilhar nesta seção.

A discussão sobre o que as(os) psicólogas(os) negras(os) disseram acerca de sua prática, também abarcou uma série de questionamentos e impressões pessoais das(os) entrevistadas(os). Construimos essa tessitura de articulações, destacando pontos de contato e de afastamento com diversas proposições teóricas, como forma de propor uma contribuição significativa para o debate sobre a formação das(os) analistas, a prática na clínica psicanalítica com pessoas negras e nos dispositivos da RAPS. No texto em que funda sua Escola e apresenta os detalhes de sua estrutura, Lacan (1967/2003a) situa a “psicanálise em extensão, ou seja, tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo” (p. 251). Considerando os limites do que se discute sobre formação, podemos afirmar que a construção de uma reflexão sobre os caminhos, apostas e invenções que foram compartilhados pelas(os) entrevistadas(os) levou à proposição de articulações entre o corpo teórico da psicanálise, a perspectiva decolonial, os saberes africanos e afro-diaspóricos.

Os achados com os quais nos deparamos ao longo da realização desta pesquisa revelam que as(os) analistas negras(os) trouxeram significantes privilegiados para veicular suas perspectivas particulares sobre o *saber-fazer* diante dos embaraços e desafios que surgem na clínica com analisantes negras(os). Também apontaram dinâmicas que as(os) impulsionam a propor saídas criativas e invenções que colaboram com a sustentação da escuta e o manejo da transferência.

Estes resultados são significativos porque permitem um aprofundamento no entendimento do que as(s) analistas e praticantes de psicanálise negras(os) estão tomando como os caminhos para a formação da(o) analista racializada(o), a *orientação* da escuta psicanalítica, a condução ética, e, o *saber-fazer* poético, na clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil.

Todo o conjunto material desta dissertação contribui para a área da Psicologia Clínica ao agregar valor ao fortalecimento das iniciativas (de/para) pessoas negras, por considerar que pode haver potência no encontro entre pessoas negras, devido ao impacto positivo que as experiências de aquilombamento podem representar para os sujeitos. Porém, também procuramos enfatizar que este debate pode trazer contribuições para a psicanálise enquanto campo de conhecimento, e para a prática clínica no Brasil que poderá contar com novos referenciais e perspectivas que poderão adentrar os lugares de formação, o que pode ser particularmente potente se levarmos em conta os espaços que se propõem a sustentar uma orientação psicanalítica e que ainda insistem em desconsiderar a importância das dinâmicas de racialização para a estruturação psíquica e a construção da realidade subjetiva. Sendo

assim, percebemos que as principais contribuições deste estudo incluem o desvelamento de perspectivas, propostas e impressões acerca do *saber-fazer* da(o) analista negra(o) na clínica psicanalítica com analisantes negras(os), assim como compreendem a formalização de uma aposta no entrecruzamento da ética psicanalítica com a ética decolonial.

Apesar das contribuições, este estudo também apresenta limitações que devem ser consideradas. O fato dessa proposta de pesquisa ter sido gestada durante a pandemia de COVID-19 repercutiu não só nos caminhos para a construção da pesquisa, mas também em todo seu processo de elaboração. As escolhas metodológicas estiveram diretamente atreladas às (im)possibilidades de contato com as(os) participantes, contudo, nota-se que pareceu importante optar por um protocolo específico para condução das entrevistas, onde, além de utilizar a EC, optou-se pela leitura e posterior transcrição do TCLE no encontro com cada participante. Este caminho se mostrou pouco proveitoso, visto que as(os) participantes ficaram satisfeitos com o envio do arquivo contendo o TCLE, e, a tarefa de leitura e transcrição produziu um trabalho desnecessariamente custoso.

Com base nas limitações do estudo no que tange à possibilidade de generalização dos achados, sugerimos algumas direções para futuras pesquisas, como a extensão do campo de análise por meio da ampliação no número de participantes, na abrangência dos territórios em que se situam e nas especificidades que compõem o perfil da comunidade psicanalítica. A impossibilidade de generalização já era pressuposta devido ao caráter do objeto que, nesta pesquisa, reafirmamos como sujeitos de pesquisa. Portanto, ainda que isto não permita a consolidação de uma leitura geral, não é compreendido como algo negativo, posto que é na singularidade do dizer de cada analista que se desvelam as características do que vem a compor um *saber-fazer* na clínica.

Em síntese, esta dissertação proporciona um entendimento mais aprofundado sobre a prática clínica realizada por analistas negras(os) no Brasil, demarcando os caminhos em sua formação, as escolhas que permitem sustentar uma atuação orientada pela psicanálise, os desafios com as(os) quais se deparam ao receber analisantes negras(os) e as saídas inventivas a que se dispõem. Espera-se que as visões que foram apresentadas neste trabalho possam repercutir significativamente na formação de psicólogas(os), psicanalistas e praticantes da psicanálise. Também trazemos o anseio por uma contribuição para a sustentação de uma prática clínica que leve em conta as problemáticas e soluções apresentadas pelos estudos decoloniais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alberti, S. (2004). Transferência de trabalho e a universidade. *Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*, 15 (1-2), 55-70. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642004000100011>

Askofaré, S. (2006). A arqueologia do cuidado: da prática ao discurso. *Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*, 17(2), 157-166. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000200008>

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2003). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e Fundação João Pinheiro.

Baldini, L. J. S., & Souza, L. L. D. (2012). Os sentidos tomando corpo. *Sujeito, corpo, sentidos*. Curitiba: Appris, 69-88.

Barros, G. (2013). O setting analítico na clínica cotidiana. *Estudos de Psicanálise*, (40), 71-78.

Bastos, A. V. B.; Gondim, S. M. G. & Rodrigues, A. C. A. (2010). Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos? In: A. V. B. Bastos & S. M. G. Gondim (Orgs.) *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 32-44), Artmed.

Bastos, A. V. B.; Gondim, S. M. G. & Borges-Andrade, J. E. (2010). As mudanças no exercício profissional da psicologia no Brasil profissional da psicologia no Brasil o que se alterou nas duas últimas décadas e o que vislumbramos a partir de agora? In: A. V. B. Bastos & S. M. G. Gondim (Orgs.) *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 419-444), Artmed.

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

Bernardes, J. D. S. (2012). A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. *Psicologia: ciência e profissão*, 32, 216-231.

Bispo, F. (2022). Para uma decolonização da psicanálise. n-1 edições.

Brasil. (1962). Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

Brasil. (1989). Lei n. 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Brasil. (2012). Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Broide, J., & Broide, E. E. (2016). *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. Editora Escuta.

Boahen, A. A. (Ed.). (2010). *História Geral da África - Vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. UNESCO.

Canguilhem, G. (1973). O que é a psicologia. *Tempo brasileiro*, 30(31), 104-123.

Castro, J. E. D., & Ferrari, I. F. (2013). O desejo do psicanalista e sua implicação na transferência segundo o ensino de Lacan. *Psicologia Clínica*, 25, 53-72.

Chisala, U. (2019). *Soft magic*. Andrews McMeel Publishing.

Collins, P. H. (2021). *Interseccionalidade*. (R. Souza, Trad.). Boitempo.

Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

_____. (2013). Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola/>

_____. (2017). *Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP n.º 018/2002.

_____. (2021a). A Psicologia brasileira apresentada em números. Disponível em: <https://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>

_____. (2021b). Censo da Psicologia Brasileira: pesquisa pretende mapear as diversas realidades de atuação profissional da categoria. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/censo-da-psicologia-brasileira-pesquisa-pretende-mapear-as-diversas-realidades-de-atuacao-profissional-da-categoria/>

_____. (2021c). Boletim: Comissão de Direitos Humanos do CFP [recurso eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia. v. 1, n. 8. Brasília: CFP.

Conselho Nacional de Educação (CNE), & Câmara de Educação Superior (CES). (2004). *Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004*. Ministério da Educação. <http://www.mec.gov.br>

Costa, J. F. (2021). Do desamparo narcísico ao desespero: incidências da violência racista na economia psíquica. In: A. Zago (Org.). *Relações raciais na escuta psicanalítica* (pp. 27-43), Zagodoni.

Cury, B. D. M. (2013). Reflexões sobre a formação do psicólogo no Brasil: a importância dos estágios curriculares. *Psicologia em Revista*, 19(1), 149-151.

da Silva, M. L. (2017). Racismo no Brasil: Questões para psicanalistas brasileiros. In: Kon, N. M., Abud, C. C. & Da Silva, M. L. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 71-89), Perspectiva.

da Silva, M. L. (2022). Universidade e racismo. Projeto decolonização e psicanálise. v. 8. PSILACS e n-1 Edições. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/universidade-e-racismo/>

da Silva Ribeiro, C. (2020). Tornar-se negro, devir sujeito: uma investigação psicanalítica acerca das reverberações clínicas e políticas do racismo.

de Carvalho-Freitas, M. N., Bentivi D. e Sandall H. (2022). Diversidade na Psicologia. In: Conselho Federal de Psicologia, *Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente para construir o futuro. v. 1. Formação e inserção no mundo do trabalho* (pp. 54-68), Brasília: CFP.

de Jagun, M. (2018). *Ori: a cabeça como divindade: história, cultura, filosofia e religiosidade africana*. Editora Litteris.

De Paula, L., & de Souza, D. N. (2019). Antropofagia Dialógica: olhar Tarsila do Amaral. *Signum: Estudos da Linguagem*, 22(3), 75-105. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2024). Orientação. Em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. <https://dicionario.priberam.org/orienta%C3%A7%C3%A3o>

Devulsk, A. (2021). Colorismo. Coleção Feminismos Plurais. Editora Jandaíra.

DIEESE e CFP (2016). *Relatório final: Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: DIEESE. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/dieese-divulga-pesquisa-sobre-a-insercao-de-psicologos-as-no-mercado-de-trabalho/>

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. (R. Silveira, Trad.). EDUFBA. (Trabalho original publicado em 1952)

Fanon, F. (2020). Um caso de doença de Friedreich com celírio de possessão: alterações mentais, modificações de caráter, distúrbios psíquicos e déficit intelectual na heredodegeneração espinocerebelar. In *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos* (pp. 297-386). Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 1951)

Ferreira, T. (2018). Pesquisa em psicanálise: a conversação e a entrevista clínica como ofertas de palavra – a aposta na invenção subjetiva. In T. Ferreira & A. Vorcaro (Orgs.) *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita* (pp. 129-151), Autêntica Editora.

Ferreira, T., & Vorcaro, A. (2019). Autismos, psicanálise e pesquisa: Um campo aberto à investigação e à escuta. In *O tratamento psicanalítico de crianças autistas: Diálogos com múltiplas experiências* (pp. 25–34).

Fingermann, D. (2009). O tempo na experiência da psicanálise. *Revista USP*, (81), 58-71.

Frausino, C. C. M. (2020). Virgínia Leone Bicudo: um capítulo da história da psicanálise brasileira. Federação Psicanalítica da América Latina.

Freud, S. (2010a). A dinâmica da transferência. In *Obras completas, volume: 10 - Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos* (pp. 100-110). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912)

_____. (2010b). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In *Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos* (pp. 111-122). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912)

_____. (2010). Princípios básicos da psicanálise. In *Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos* (pp. 204-210). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)

_____. (2010). Recordar, repetir e elaborar. In *Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos* (pp. 146-158). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)

_____. (2010). Observações sobre o amor de transferência. In *Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos* (pp. 159-172). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)

_____. (2010). O mal-estar na civilização. In *Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização e outros textos* (pp. 09-89). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)

_____. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, psicologia das massas e outros textos (1920-1923)* (pp. 81–156, tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)

_____. (2011). O problema da análise leiga. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, psicologia das massas e outros textos (1920-1923)* (pp. 287–305, tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)

_____. (2014). Terceira parte: teoria geral das neuroses. In *Obras completas, volume 13: conferências introdutórias à psicanálise* (pp. 325-613). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917)

_____. (2019). Moisés e o monoteísmo. In S. Freud, *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros textos (1937-1939)* (pp. 163–336, tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1939)

Fonseca, A. R. (2022). Reconhecer o racismo é determinante nas condições da saúde da população negra. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/artigos/reconhecer-o-racismo-e-determinante-nas-condicoes-da-saude-da-populacao-negra/>

Fonteles, C. S. L., & Coutinho, D. M. B. (2016). Psicanálise e universidade: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 50(4), 175-188.

Fundação João Pinheiro (FJP). (2017). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua e a estimativa populacional*. Fundação João Pinheiro. <http://www.fjp.mg.gov.br>

Gilman, S. (1994) *Freud, raça e sexos* (J. C. Guimarães, Trad.). Imago.

García, X. C. (2010). El sujeto atemporal y la psicología. *TRAMAS. Subjetividad y procesos sociales*, (33), 177-185.

Gonzalez, L. (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In F. Rios & M. Lima (Orgs.) *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 75-93). Zahar, 2020.

_____. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. In F. Rios & M. Lima (Orgs.) *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 127-138), Zahar, 2020.

Gonzalez, L., & Hasenbalg, C. (1982). Lugar de negro (Vol. 3). Editora Marco Zero.

Gouveia, M. & Zanello, V. (2019). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo*, 24(42738), 1-15. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>

Guerra, A. M. C. (2020). O Papel da Psicanálise na Desconstrução do Racismo à Brasileira. *Revista Subjetividades*, 20(Esp2), 1-14. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iEsp2.e9547>

Hook, D. (2019). O significante mestre, análise de discurso e o inconsciente. In N. Lara Junior, C. I. L. Dunker, & D. Pavón-cuéllar (Orgs.), *Análise Lacaniana de Discurso* (pp. 81-101). São Paulo, SP: Editora Zagodoni.

hooks, b. (2019). Olhares negros: raça e representação (T. Breda, Ed.; S. Borges, Trans.). Editora Elefante.

Instituto de Psicologia da USP. (2019). Racismo estrutural é negligenciado por psicólogos não-negros em atendimentos. <https://www.ip.usp.br/site/noticia/racismo-estrutural-e-negligenciado-por-psicologos-nao-negros-em-atendimentos/>

Kaufmann, P. (Ed.). (1996). Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan. Jorge Zahar.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Lacan, J. (1996). A função criativa da palavra. In *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud* (pp. 269-279). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1954)

_____. (1988). Os paradoxos da ética ou Agiste em conformidade com teu desejo? In *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise* (pp. 364-380). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1959-1960)

_____. (1998). A função do bem. In *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (pp. 266-280). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1960)

_____. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1966)

_____. (1998). A psicanálise e seu ensino. In *Escritos* (pp. 438-460). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1957)

_____. (1998). Do Trieb de Freud e do desejo do psicanalista. In *Escritos* (pp. 865-868). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1964)

_____. (2003). Ato de fundação. In *Outros escritos* (pp. 235-239; Anexo, 1971, pp. 239-247). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1964)

_____. (2003a). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre O psicanalista da Escola. In *Outros escritos* (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1967)

_____. (2003b). Da psicanálise em suas relações com a realidade. In *Outros escritos* (pp. 350-358). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1967)

_____. (2008a). Do sujeito suposto saber, da díade e do bem. In *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (pp. 218-230). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1964)

_____. (2008b). Da interpretação à transferência. In *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (pp. 237-252), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1964)

_____. (2001). O ato psicanalítico. In *O Seminário, livro 15: o ato psicanalítico* (pp. 213-229). Porto Alegre, RS: Escola de estudos psicanalíticos. (Trabalho original publicado em 1967-1968)

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas* (pp. 107-126). CLACSO.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018a). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: Coordenação de População e Indicadores Sociais*.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual. Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>

Izcovich, L., & Oliveira, C. (2018). Psicanálise e política. *Stylus* (Rio de Janeiro), (36), 19-26.

Laurentino, T. (2020). A (in)consciência racial na psicologia. *COLETIVA*, Dossiê 28, Racismo, Mai, Jun, Jul, Ago.

Léon, J. e Pêcheux, M. (1982). In *Análise de Discurso: Michel Pêcheux textos selecionados*, Eni Puccinelli Orlandi (Org.), *Análise sintática e paráfrase discursiva* (pp. 163-173). Pontes Editores., 2015.

Lima, R. A. (2021). *A psicanálise na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985): História, clínica e política* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. 3ª ed. (p. 07). São Paulo: n-1 Edições.

_____. (2020). A farmácia de Fanon. In A. Mbembe, *Políticas da inimizade* (pp. 111-166), n-1 edições.

Miller, J. A. (1996). *Não há clínica sem ética*. In *Os fundamentos da psicanálise* (pp. 85-99). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1999). Elementos de biologia lacaniana. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise.

Minayo, M. C. S. (1998). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. HUCITEC-ABRASCO

Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira. In N. M. Kon, C. C. Abud & M. L. Silva (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 33-44), Perspectiva.

_____. (2019). *Negritude: Usos e sentidos*. Autêntica Editora.

_____. (2021). *Memórias de África e do Brasil: Apontamentos sobre a imigração negra*. São Paulo: Editora.

Nasio, J. L. (1999). *A interpretação psicanalítica*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Nascimento, A. (2021). Quilombismo: um conceito científico histórico-social. Literafro. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/1444-abdias-nascimento-quilombismo-um-conceito-cientifico--historico-social>.

Navasconi, P. V. P. (2023). Da ausência para a existência – Intelectualidades negras no espaço colonial em busca da construção de uma psicologia brasileira antirracista. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), 16(Edição Especial).

Nogueira, I. B. (2021). A cor do inconsciente: *Significações do corpo negro*. Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1998)

_____. (2021). Do olhar do outro à sublimação de se constituir negro. In E. C. David & G. Assuar (Orgs.), *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil* (pp. 46-56), Hucitec.

Nogueira, S. G. (2020). *Libertação, descolonização e africanização da psicologia: breve introdução à psicologia africana*. EdUFSCar.

Pêcheux, M. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento* (E. P. Orlandi, Trad.). Pontes Ed., 2015.

Pedraço, F. C. (2007). Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. Revista Recôncavos, 1(1), 5-19.

Porge, E. (1977). Sobre o desejo do analista. *Ornicar?*, 15, 158-160.

Quinet, A. (2009). *A estranheza da psicanálise: a Escola de Lacan e seus analistas*. Jorge Zahar.

Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura: A clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento* (Tese de livre docência). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Rufino, L. (2019). *Pedagogia das encruzilhadas*. Mórula Editorial.

Russo, J. A. (2002). A difusão da psicanálise no Brasil na primeira metade do século XX—da vanguarda modernista a rádio-novela. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2(1), 51-61.

_____. (2004). Uma leitura antropológica do mundo "psi". *Mnemosine*.

Sacco, A. M., de Paula Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250.

Said, E. (2004). *Freud e os não-europeus* (A. Clemesha, Trad.). Boitempo.

Sampaio, A. S., de Araujo, L. A., & Rauter, C. M. B. (2023). O corpo negro no setting-corpo terapêutico: Desafios e potencialidades dos encontros e desencontros analíticos. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 16 (Edição Especial).

Sandall, H. Queiroga, F. e Gondim, S. M. (2022). Quem somos? Caracterizando o perfil das(os) psicólogas(os) no Brasil. In: Conselho Federal de Psicologia, *Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente para construir o futuro. v. 1. Formação e inserção no mundo do trabalho* (pp. 42-53), Brasília: CFP.

Santos, A. O. & Schucman, L. V. (2015). Desigualdade, relações raciais e formação de psicólogos(as). *Revista EPOS*. 6(2), 117-140. Recuperado em 15 de novembro de 2021, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&tlng=pt.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].

Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (1981). *História da psicologia moderna* (A. U. Sobral & MS Gonçalves, Trads.).

Skerrett, A. (2011). English teachers' racial literacy knowledge and practice. *Race Ethnicity and Education*, 14(3), 313–330.

Silva, J. A. P. D., Coelho, M. T. Á. D., & Pontes, S. A. (2019). Estágio supervisionado em psicologia clínica com orientação psicanalítica: uma revisão de literatura. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 35.

Silva, J. C. B. D. (2010). *As políticas educacionais e a formação do profissional da psicologia: suas implicações para a atuação profissional* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista em Araraquara].

Silva, R. S. (2020). *Corpos negros e identidades no tempo presente: experiências de estudantes do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia].

Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, 17(39), 203-219.

Sorrentino, A. K. C. (2018). Juliano Moreira: o primeiro divulgador da psicanálise no Brasil e a contraposição com o projeto nacional. *Revista Brasileira de História da Psicologia*, 10(1), 58-74. <https://doi.org/10.24872/rbhp2018.1.58>

Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro em ascensão social*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1983)

_____. (2021a). O Corpo em psicanálise. In N. S. Souza. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro em ascensão social* (pp. 155-161). Zahar. (Trabalho original publicado em 2008)

_____. (2021b). Contra o racismo: com muito orgulho e amor. In N. S. Souza. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro em ascensão social* (pp. 162-163). Zahar. (Trabalho original publicado em 2008)

Teixeira, T. (2021). *Decolonizar valores: ética e diferença*. Editora Devires.

Umebinyuo, I. (2016). *Questions for ada*. CreateSpace. Vale, S. C., & Castro, J. E. D. (2013). O tempo e o ato psicanalítico na direção do tratamento. *Tempo Psicanalítico*, 45(2), 439-451.

Van Dijk, T. A. (1992). Discurso e a negação do racismo. *Sociedade do Discurso*, 3(1), 87

Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31, 244-248.

Villas Boas, F. (2021) Clínica Psicanalítica das Relações Raciais: Há muito passado pela frente. In: Adriano Zago (Org.), *Relações raciais na escuta psicanalítica*. (pp. 47-59). Zagodoni.

Xavier, G. (2019). *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Malê.

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA CLÍNICA

Pesquisadora responsável: Tarsila Nery dos Santos Amaral

Título da pesquisa: Clínica psicanalítica com pessoas negras - O que dizem as/os psicólogas/os negras/os no Brasil?

Questão-chave 1) O que tem a dizer sobre sua atuação profissional na clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil?

Questão-chave 2) Você recebe pessoas negras que demandam experiências de identificação, acolhimento e/ou práticas clínicas afrocentradas?

Questão-chave 3) Pode falar de suas experiências, manejos transferenciais e encruzilhadas na clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil?

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada(o) participante,

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa *Clínica psicanalítica com pessoas negras: O que dizem as(os) psicólogas(os) negras(os) no Brasil?*, desenvolvida por Tarsila Nery dos Santos Amaral, discente do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Dr^a. Suely Aires Pontes. O objetivo central do estudo é investigar o que psicólogas/os brasileiras(os) autodeclaradas(os) negras(os) dizem de sua atuação na clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil. Este convite se deve ao reconhecimento da sua atuação profissional na clínica psicanalítica com a população negra brasileira, também foram considerados critérios de autodeclaração racial, formação acadêmica e nacionalidade.

A participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, a(o) convidada(o) tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Serão garantidas as devidas medidas para preservação da confidencialidade e privacidade das informações prestadas ao longo do estudo. Ao consentir com a participação você tem o direito de acessar o teor do conteúdo do instrumento antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada. Também tem direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, não havendo qualquer penalização caso decida não consentir com sua participação ou desistir da mesma, podendo retirar sua participação a qualquer momento. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Consideramos a possibilidade de publicização de dados pessoais da(o) participante, tais informações somente poderão constar no trabalho final quando houver assentimento da(o) participante, ou seja, em caso de manifestação expressa de sua concordância quanto à divulgação de seu nome ou de sua instituição. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar das pesquisadoras informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Tomaremos todas as condutas éticas, conforme as resoluções 466/2012 e 510/2016 do CNS. Sua participação consistirá na realização de uma entrevista individual que será previamente agendada e realizada em ambiente virtual. Será necessário acesso a conexão estável de internet e utilização de dispositivo eletrônico (smartphone, tablet ou computador) com configuração que permita a realização de videochamada em plataforma de telecomunicação a distância. Esta pesquisa se dará exclusivamente a partir da utilização de

ferramentas eletrônicas sem custo para o seu uso. Durante a realização da entrevista é recomendada a utilização de fones de ouvido, presença em um cômodo que garanta total privacidade, condições adequadas de luminosidade e acústica. O encontro deverá ser gravado para realização da transcrição. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. Os registros vão ficar armazenados em arquivos digitais, somente terão acesso aos mesmos a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido serão mantidos em dispositivo eletrônico local, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/2012 do CNS.

Os resultados serão publicizados na dissertação de mestrado, eventos acadêmicos, relatórios de pesquisa e/ou artigos científicos. Possíveis benefícios relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa são relativos a construção de operadores clínicos que considerem o psicanalista, suas invenções e a singularidade de seu fazer, além de colaborar para novas articulações teórico-clínicas entre Psicologia, Psicanálise e estudos decoloniais. Todas(os) as(os) participantes poderão acessar os procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa quando solicitado. Advertimos que serão coletados dados sobre experiências e fenômenos que podem mobilizar afetos e engendrar vivências de ansiedade. Para minimizar potenciais riscos, oferecemos a possibilidade de realizar um momento de acolhimento imediatamente após a entrevista, assim como eventual encaminhamento para atendimento psicológico quando solicitado pelas(os) entrevistadas(os). Após uma semana da realização da entrevista entraremos em contato com as(os) participantes para verificar seu estado emocional e oferecer nova possibilidade de acolhimento quando necessário. Compreendemos que falar sobre situações vivenciadas na clínica requer cuidados éticos específicos devido ao caráter privado da experiência, logo a investigação também será norteadada pelos princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo.

A pesquisadora do campo deverá zelar pelo compromisso e atenção necessários para a minimização dos riscos durante os contatos com as(os) entrevistadas(os), a condução da interação estará sustentada em conhecimentos teórico-metodológicos, assim como em uma postura de acolhimento, empatia e disponibilidade. Também consideramos os riscos característicos do ambiente virtual em função das limitações das tecnologias utilizadas. Portanto, informamos das limitações das pesquisadoras para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação. Logo, enfatizamos a importância da(o) participante de pesquisa zelar pela segurança do dispositivo eletrônico utilizado e orientamos a guardar uma cópia deste documento eletrônico. Este termo é redigido em duas vias, sendo uma para a(o) participante e

outra para a pesquisadora. Todas as páginas deverão ser rubricadas pela(o) participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia – CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações: Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA. Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail: cepips@ufba.br

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep):

Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879

E-mail: conep@saude.gov.br

Tarsila Nery dos Santos Amaral – (pesquisadora do campo)

Contato com a pesquisadora responsável: Suely Aires Pontes

Tel.:(71) 98181-0759

E-mail: suely.aires7@gmail.com

SALVADOR, _____ DE _____ DE 2022.

Nome do participante:

Assentimento para publicação de dados pessoais:

() Concordo com a divulgação de dados que permitam minha identificação como participante

() Não concordo com a divulgação de dados que permitam minha identificação como participante

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura da(o) participante da pesquisa

ANEXO IV PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Clínica psicanalítica com pessoas negras: O que dizem as/os psicólogas/os negras/os no Brasil?

Pesquisador: Tarsila Amaral

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57541422.8.0000.5686

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFBA

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.494.703

Apresentação do Projeto:

Trata-se da análise (versão 2) do projeto "CLÍNICA PSICANALÍTICA COM PESSOAS NEGRAS: O QUE DIZEM AS/OS PSICÓLOGAS/OS NEGRAS/OS NO BRASIL?" de responsabilidade da pesquisadora Tarsila Amaral vinculada ao PPG em Psicologia da UFBA em nível de mestrado sob orientação da Prof. Dra. Suely Aires Pontes.

O projeto de caráter qualitativo tem por objetivo geral investigar o que psicólogas/os brasileiras/os autodeclaradas/os negras/os dizem de sua atuação na clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil. Os dados serão coletados junto à 7 participantes que serão entrevistados e os conteúdos de suas falas submetidos à Análise do Discurso.

Objetivo da Pesquisa:

São apresentados os seguintes objetivos:

Geral: Investigar o que psicólogas/os brasileiras/os autodeclaradas/os negras/os dizem de sua atuação na clínica psicanalítica com pessoas negras no Brasil.

Específicos: 1-Interrogar profissionais da Psicologia sobre suas experiências, manejos transferenciais e encruzilhadas diante da negritude na clínica psicanalítica; 2-Analisar as falas de psicólogas/os negras/os que atuam na perspectiva psicanalítica; 3-Identificar operadores clínicos que considerem a/o psicanalista, suas invenções e a singularidade de seu fazer; 4-Tecer

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.210-730

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

Continuação do Parecer: 5.494.703

articulações teórico-clínicas entre psicologia, psicanálise e estudos decoloniais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos apresentados são a impossibilidade de assegurar total confidencialidade e a potencial risco de violação dos dados coletados em ambientes virtuais. Além disso, há risco de constrangimentos, exposições, negação identitária, dano emocional e/ou social durante os contatos e na realização das entrevistas.

Para lidar com os riscos, a pesquisadora compromete-se a realizar o acolhimento e encaminhamento para atendimento especializado imediatamente após a entrevista. Além disso, uma semana após a coleta de dados os participantes serão contatados para checar seus estados emocionais e verificar se há necessidade de encaminhamentos.

Os benefícios da pesquisa são relativos à construção de operadores clínicos que considerem a/o psicanalista negra/o, suas invenções e a singularidade de seu fazer, além de colaborar para novas articulações teórico-clínicas entre psicologia, psicanálise e estudos decoloniais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta adequação às normativas éticas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

São apresentados os seguintes documentos de forma correta:

- 1- Termo de compromisso da pesquisadora
- 2- Roteiro de entrevista
- 3- Declaração de concordância do orientador
- 4- Folha de rosto
- 5- Termo de autorização institucional
- 6- Termo de consentimento livre e esclarecido

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram sanadas.

Após a finalização da pesquisa, a responsável deve encaminhar o relatório final para apreciação e encerramento do protocolo junto ao CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

Telefone: (71)3283-6437

CEP: 40.210-730

Município: SALVADOR

E-mail: cepips@ufba.br

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 5.494.703

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1920990.pdf	30/05/2022 17:04:16		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/05/2022 17:03:56	Tarsila Amaral	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	29/03/2022 18:50:28	Tarsila Amaral	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodepesquisa.pdf	29/03/2022 11:42:08	Tarsila Amaral	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostocep.pdf	29/03/2022 11:40:14	Tarsila Amaral	Aceito
Declaração de Pesquisadores	documentoscep.pdf	28/03/2022 21:59:27	Tarsila Amaral	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	28/03/2022 18:08:31	Tarsila Amaral	Aceito
Outros	roteiro.pdf	28/03/2022 17:57:52	Tarsila Amaral	Aceito
Outros	termodecompromisso.pdf	28/03/2022 17:25:08	Tarsila Amaral	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 28 de Junho de 2022

Assinado por:
Mauro de Oliveira Magalhães
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

Município: SALVADOR

CEP: 40.210-730

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br